n. 20 2019

SOUZA EAD
Revista Acadêmica Digital

Periodicidade - Mensal



INDICE

Editorial	**03**
Gestão de Pessoas e a Importância do Processo de Recrutar e Selecionar. Silva, Ana Daniela da. Págs. 4 – 14	**04**
Reflexões sobre a Saúde do Homes na Atenção Primária. Nicaretta, Cendy Castro. Págs. 15– 26	**15**
A Mediação Familiar Como Instrumento Adequado Para a Prevenção e Tratatamento da Alienação Parental. Cunha, Danielle Milani. Págs. 27 – 43	**22**
Importância de Formação do Grupos nas ESFs para Adesão ao Tratamento Antitabagismo. Barbosa, Elaine da Silva Avila Bassani. Págs. 44 – 51	**44**
Arborização Urbana das Principais Vias Públicas da Cidade de Japruca – MG: Uma Abordagem Quantitativa. Ignácio, Ione Cavalcante. Págs. 52 – 68	**52**
A Gestão Democrática na Prática Escolar: A Participação Social Como Eixo Promotor da Cidadania. Silva, Helena Nogueira da. Págs. 69 – 82	**69**
Sindicância. Franco, José Henrique de Barros. Págs. 83 – 92.	**83**
A Importância da Nutrição Esportíva no Serviço Operacional de Guarda - Vidas. Lorenzzeto, Rafael. Págs. 93 – 101.	**93**
Contribuições da Neuropsicologia para O Processo de Reabilitação de Pacientes Acometidos Pelo Alzheimer. Ferreira, Mateus Alves. Págs. 102 – 112.	**110**
A Atuação do Ministério Público Brasileiro no Âmbito da Educação e as Escolas Cívico-Militares. Gomes, Iago Rodrigo. 113 – 125.	**113**
A Resistência no Uso das TICs nos Âmbientes Escolares e a Transformação Tecnológica do Setor. Santos, Luzimar Von Randow Vieira Dos. Págs. 126 – 136.	**110**

Editorial



FaSouza adota uso de canecas permanentes e realiza ações visando a educação ambiental

Boas práticas devem ser compartilhadas e reproduzidas. Em acordo com essa ideia, a Faculdade Souza adotou em sua unidade o projeto de utilização de canecas permanentes em substituição aos copos descartáveis. A iniciativa, além de demostrar a preocupação da instituição diante as questões ambientais, contribuiu para alertar sobre a necessidade de uma consciência voltada para a preservação de recursos.

Todos os colaboradores da FaSouza receberam uma caneca personalizada para ser utilizada no ambiente de trabalho. Além do seu efetivo uso cotidiano e a consequente redução da produção de lixo, a utilização diária das canecas lembra do dever de incorporar a ideia de redução de consumo e desperdício e economia.

A ação faz parte de um conjunto de estratégias elaboradas pela faculdade, todas com foco no desenvolvimento da consciência ambiental. Nessa perspectiva, a FaSouza também orienta aos colaboradores sobre a urgência de economizar água e energia por meio de encontros em que são abordados os assuntos e lembretes afixados nas portas e murais.

A redução do uso do papel também faz parte das estratégias. A instituição mantém investimentos em um sistema de gestão automatizado, que permite a digitalização de diversos documentos escolares e estimula o uso racional do papel e a realizar o reaproveitamento de materiais impressos. Para o próximo ano, a Faculdade Souza planeja ampliar as estratégias com foco na educação ambiental e desenvolver atividades com envolvimento dos seus diversos públicos.

Você sabia?

O copo descartável compõe o time de vilões do meio ambiente e leva em média 200 a 400 anos para se decompor. O plástico, utilizado na fabricação dos copos, não é biodegradável, ou seja, não pode ser destruído por um agente biológico. Além disso, são inúmeras as substâncias cancerígenas do copo descartável, quando em contato com substâncias quentes, como líquidos. O simples cafezinho diário pode se tornar extremamente prejudicial à saúde.

Suelen Gomes
Jornalista- MG- 10.097/JP

GESTÃO DE PESSOAS E A IMPORTÂNCIA DO PROCESSO DE RECRUTAR E SELECIONAR

Silva, Ana Daniela da

RESUMO

Algumas instituições não costumam aplicar as técnicas de recrutamento e seleção, e a maioria não possui nenhum tipo de planejamento voltado para a área de recursos humanos e não sabem como isso é importante. A falta de um recrutamento e seleção pode causar sérios prejuízos para empresa, como falha no atendimento aos clientes, baixa motivação dos funcionários, redução da rotatividade de pessoas e má colocação de pessoas para preencher o cargo certo. Em uma época em que os avanços tecnológicos contribuem para o surgimento de empresas cada vez mais competitivas, pessoas são consideradas, verdadeiros capitais humanos, peças fundamentais para o sucesso da empresa, contribuindo de forma efetiva para alcance dos resultados das organizações. O objetivo deste trabalho é propor um projeto com planejamento de recursos humanos e escolha de técnicas de recrutamento e seleção, demonstrando através de pesquisas de campo e conceitos de renomados autores conhecedores da gestão de pessoas, que a colocar a pessoas certas no lugar certo é necessário para o desenvolvimento de qualquer empresa. A metodologia utilizada será a pesquisa bibliográfica descritiva, tendo como base livros, reunindo um conjunto de opiniões de diversos autores que abordem o assunto e apresentem argumentos e materiais que forneça a coleta e descreva informações sobre a importância e técnicas empregadas no processo de recrutamento e seleção na organização e formação de empresas, bem como identificar as competências necessárias que um candidato ao assumir um cargo deverá possuir diminuir riscos e custos nos processos por tratar-se de ferramentas valiosas para um bom desempenho e valorização das empresas no mercado competitivo.

PALAVRAS - CHAVE: Gestão de pessoas. Recrutamento e seleção de pessoal.

INTRODUÇÃO

A Gestão de Pessoas passou por um longo processo de modificação ao longo da história. Na época da Segunda Revolução Industrial, os empresários virão à necessidade de aperfeiçoar os métodos que regulamentavam as relações trabalhistas. Nessa época não havia um controle fixo, tudo era feito através do bom senso.

> Com o surgimento da teoria Clássica da Administração e a Teoria da Burocracia iniciou o processo de padronização da gestão de pessoas, passando assim a adquirir uma forma piramidal onde o autoritarismo e o mecanismo eram as

> características principais desse processo (CALDAS et all, 2015).

Nessa fase as organizações passaram a estruturar o departamento de pessoal, onde o mesmo passou a ser um regulador e implementador de normas garantindo assim o bom funcionamento das organizações. COSTA (2010) destaca que esse processo foi lento, por conta da forte influência da antiga forma de se administrar as empresas, que foram bem resistentes as mudanças. Os colaboradores eram vistos como maquinas e como tal deveriam ser padronizadas.

Por causa das transformações do ambiente surgiu assim a teoria neoclássica, que fez uma nova sugestão para a estrutura organizacional estrutura utilizada nessa nova teoria deu espaço para uma estrutura funcional, mais flexível visando uma interação maior entre os setores, a fim de alcançar maior produtividade.

Mesmo com toda essa expansão o processo ainda continuava lento, de forma rígida e inflexível se baseando na teoria da burocracia.

Mas toda essa dificuldade não conseguiu parar os processos, as organizações implementarão a área de gestão de pessoas afim de desenvolver os setores alocando cada funcionário em suas tarefas especificas, adquirindo maior produtividade para a organização.

> A cultura organizacional deixou de privilegiar as tradições passadas e passou a concentrar-se no presente, enquanto o conservantismo cedeu lugar à inovação. A velha concepção de Relações Industriais foi substituída por uma visão da Administração de Recursos Humanos. As pessoas como recursos vivos e não como fatores inermes de produção (CHIAVENATO, 2006).

As organizações assim passaram a buscar profissionais pelas suas qualificações e o cliente interno ou colaborador era desenvolvido, avaliado e recrutado.

De acordo com Bolgar (2002) a gestão de pessoas deve encontrar um ponto de equilíbrio adequado, onde os seus principais papeis dentro de uma organização deve funcionar adequadamente.

Bolgar (2002) diz que a gestão de pessoas deve ter tempo, foco em estratégia ao longo prazo e operacional em curto prazo tudo isso simultaneamente, englobando a administração de processos e a de pessoas tradicionais.

Através dessa perspectiva a gestão de pessoas deve concentrar sua atenção nas metas e resultados da organização a ser alcançada, essa combinação dará a organização um sucesso de forma sustentada.

Com esse novo desafio pela frente, os profissionais de gestão de pessoas foram os primeiros a se reinventar. Através dos principais processos da gestão de pessoas, iniciou-se todo o processo e o principal deles se tornou o processo de recrutamento e seleção.

As empresas atualmente estão sempre em busca de melhores resultados, maior qualidade na prestação de serviços e um bom atendimento visando maiores lucros e oportunidades.

Isto só é possível através do desenvolvimento das pessoas que estão inseridas no ambiente organizacional, pois estas são responsáveis pela existência da empresa. Sendo assim atrair pessoas certas para ocuparem as funções corretas só é possível através de um processo de recrutamento e seleção eficaz.

> Os objetivos organizacionais podem ser atingidos somente com, e através das pessoas, por isso a importância da condução do processo de seleção, que visa escolher a pessoa mais adequada aos requisitos da vaga. Sendo assim, torna-se essencial saber atrair e reter as pessoas que tenham condições para satisfazer as demandas organizacionais. Um processo seletivo planejado evita desperdício de tempo, dinheiro e recursos. (OLIVEIRA, 2008, p.01).

Para NÓBREGA et all, (2002) uma organização ser bem-sucedida, não basta possui a melhor tecnologia, instalações modernas, estrutura organizacional bem definida e um planejamento estratégico, tem que possuir profissionais qualificados. A organização só irá crescer como um todo quando todos os setores estiveram alinhados. É de fundamental importância que o bom processo de recrutamento e seleção para obtenção de bons colaboradores.

Refletir sobre a relevância do processo de recrutamento e seleção nas organizações, partindo da compreensão de que uma boa escolha dos colaboradores faz toda diferença nos processos de trabalho prestados e se faz nesse trabalho como um objetivo.

UM OLHAR MAIS APURADO PARA O PROFISSIONAL DE GESTÃO DE PESSOAS

VILAS et all, (2009) relata que a área de gestão de pessoas é um processo de planejamento, organização, direção e controle de pessoas dentro da organização. Promovendo o desempenho eficiente de pessoas, para alcançar os objetivos organizacionais e individuais, relacionados direto ou indiretamente com a empresa.

Prover as organizações de pessoas necessárias (provisão), aplicar elas aos seus cargos e funções (aplicação), manter as pessoas trabalhando (manutenção), desenvolver as pessoas quanto as suas atribuições e funções (desenvolvimento) e controlá-las (monitoração), se faz necessário um processo de recrutamento e seleção assertivo.

Segundo Chiavenato (2000) para uma empresa ser bem-sucedida deve-se pensar em toda sua estrutura organizacional, para isso acontecer o capital humano é de fundamental importância. Com a crescente globalização dos negócios e a gradativa exposição à forte concorrência mundial, a palavra de ordem passou a ser produtividade, qualidade e competitividade.

Por um longo tempo se cultuou demasiadamente o capital financeiro, como sendo o principal recurso da organização. Com tudo a realidade é outra, pois existem grandes empresas com um elevado nível de capital financeiro que simplesmente desapareceram. Por causa desse

cenário de instabilidade que ocasionou constantes mudanças no cenário econômico e cultural das organizações.

Para SANTOS, (2004) essas mudanças estão afetando diretamente a todas as áreas da organização. Por isso se fez necessário redefinir os profissionais e olhar com mais atenção ao principal recurso das organizações que é o capital humano.

As empresas são construídas de pessoas, mas estas nem sempre são adequadamente utilizadas e motivadas pelas organizações, muitas das vezes são submetidos a uma cultura organizacional bitolada e estreita com chefias igualmente obtusas, que se baseiam ainda na teoria da burocracia.

Mesmo depois de anos continuam com o pensamento obsoleto, vendo as pessoas como maquinas e como tal devendo ser padronizadas e não as valorizam como pessoas, ou seja, como aliadas no desenvolvimento de qualquer organização.

É bem mais barato administrar inteligência, do que tocar a empresa exclusivamente com a força de capital financeiro, que depende da força humana. Para CHIAVENATO, (2000) o capital somente será bem aplicado quando for inteligente bem investido e administrado.

Para tanto, administrar pessoas vem antes, durante e depois da administração do capital ou da administração de qualquer outro recurso empresarial, como máquinas, equipamentos, instalações, cliente etc. Segundo CHIAVENATO, (2000). As empresas bem-sucedidas deram-se conta disso e voltou-se para seus funcionários como os elementos alavancadores de resultados dentro da organização.

Por causa das constantes mudanças, as organizações foram obrigadas a olhar com mais atenção para o setor de gestão de pessoas. Pois é através dele que se recruta, desenvolve e avalia toda uma organização. Foi necessário quebrar antigos monopólios dentro das organizações que eram tradicionais, tudo isso para sobreviver dentro do novo cenário cultural e econômico, que se encontra o mundo.

CHIAVENATO, (2000) norteia que será um grande desafio para a área de gestão de pessoas, abordar as pessoas como seres humanos, e não como um simples recurso organizacional.

Pensando nisso Bolgar (2002) disse que na medida em que há mudanças nas organizações por causa das constantes pressões e por conta da grande competitividade, será mais frequente e presente os novos papeis do profissional de gestão de pessoas.

As metas assumidas pela área de gestão de pessoas são mais complexas, múltiplas e interdependentes, os quais possuem um objetivo de criar valor e trazer resultados para a organização.

Possui como seu principal desafio de mudar o pensamento das organizações que insistem em ver a área de recursos humanos como despesas dentro da empresa e não investem nesse setor de extrema importância.

Conforme VILAS et all, (2009) os objetivos estratégicos da organização devem estar alinhados, de acordo com as metas da organização. Cada setor possui uma meta a ser cumprida, estimulando assim o crescimento e o fortalecimento dos setores dentro da organização.

GESTÃO DE PESSOAS UMA FERRAMENTA FUNDAMENTAL PARA A ORGANIZAÇÃO

Fazemos parte de um mundo repleto de mudanças que nos desafia a sempre sermos ágeis e criativos. Atualmente as empresas estão descobrindo que o maior potencial para o seu desenvolvimento no mercado reside nas perspectivas humanas.

Com o grande desenvolvimento tecnológico e o grande fluxo de informações, surge a necessidade de pessoas qualificadas e capazes para compor a organização o e dar vida as diversas empresas e enfrentar desafios, e isso só é possível através de um processo de recrutamento e seleção bem aplicado.

Além do processo de recrutamento bem aplicado, as empresas precisam oferecer condições para que estas pessoas se desenvolvam e contribuam para o alcance dos objetivos organizacionais, uma forma é o treinamento de desenvolvimento de pessoas para que conheçam e desempenhem na prática bem sua função.

Para manter estas pessoas motivadas é necessário o monitoramento destas técnicas de treinamento e oferecimento por parte da empresa de benefícios que satisfaça as necessidades básicas e os façam sentir seguros a permanecerem nesta.

Atualmente, a grande dificuldade de recrutar e selecionar pessoas qualificadas se dá pela falta de mão-de-obra qualificada para um mercado super competitivo e exigente, em contra partida as pessoas também buscam por empresas que oferecem além do salário que compense uma remuneração completa com diferentes benefícios.

Tanto as empresas precisam das pessoas para produzir bens e serviços e serem parceiras e colaboradoras da organização, as pessoas também necessitam das empresas para alcançarem seus objetivos pessoais, que sem as organizações não poderiam alcançar tais esforços sozinhos.

Hoje a grande falha existente nas instituições é a falta de um processo de recrutamento e seleção, ou seja, há falha na seleção de pessoas adequadas para ocupar o cargo certo e desempenhar bem as funções, acarretando falha no desenvolvimento dos processos, como o atendimento aos clientes. As técnicas utilizadas atualmente baseiam se em análise superficial do currículo, indicação e entrevista de forma empírica.

Quando se fala em recrutamento refere-se à busca por mão-de-obra para abastecer o processo seletivo de determinada empresa, tendo com função buscar pessoas para atender as necessidades da empresa, atraindo candidatos com perfil adequado para determinada vaga.

> O recrutamento é feito a partir das necessidades presentes e futuras de recursos humanos da organização. Consiste na pesquisa e intervenção sobre as fontes capazes de fornecer à organização um número suficiente de pessoas necessárias à consecução dos seus objetivos. É uma atividade que tem por objetivo imediato atrair candidatos dentre os quais serão selecionados os futuros participantes da organização. (CHIAVENATO, 2002 p. 198).

A seleção funciona como um filtro que permite que apenas aquelas pessoas que apresentam características desejadas pela empresa ingressem na mesma. Em uma época em que a competição é um fator presente nas organizações, a concorrência por profissionais com qualidade e que agreguem valor, são determinantes no diferencial de qualidade das empresas. O recrutamento e seleção tornam-se ferramentas fundamentais para o alcance deste êxito.

Atualmente as empresas estão sempre em busca de melhores resultados, maior qualidade na prestação de serviços e um bom atendimento visando maiores lucros e oportunidades para vencer o grande desafio competitivo do mercado.

Isto só é possível através da aplicação e monitoramento das pessoas que estão inseridas no ambiente organizacional, pois estas são responsáveis pela existência da empresa, formando um verdadeiro capital humano. Sendo assim, atrair pessoas certas para ocuparem as funções corretas hoje se torna fundamental para a melhoria dos processos e a excelência no atendimento.

A implantação de técnicas de recrutamento e seleção se aplica como um grande passo a ser dado, pois este possui uma estrutura física de qualidade que aliado com a proposta de planejamento de recursos humanos forma uma empresa com potencial mais competitiva no mercado.

RECRUTAR E SELECIONAR DEFINIÇÃO E IMPORTÂNCIA?

O processo de recrutamento e seleção se coloca como um excelente instrumento de qualificação dos serviços prestados em uma organização que se tem notícia, no entanto, observa-se que poucas instituições fazem uso, o que motivou a abordagem do tema gestão de pessoas e a importância do processo de recrutar e selecionar.

Metodologicamente trata-se de uma pesquisa bibliográfica de natureza teórico-conceitual. Segundo Gil (2010) a pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material já publicado com o objetivo de analisar posições diversas em relação a determinado assunto.

Sabe-se que todo gestor precisa estar de olhos muito abertos na famosa hora do recrutamento e da seleção de futuros colaboradores ao considerar que e**scolher a pessoa certa para ocupar um cargo na empresa é fundamental**. Quando o que se deseja são colaboradores que farão toda a diferença dentro da organização. CHIAVENATO, (2004).

A Gestão de Pessoas possui o seu contexto firmado nas pessoas e

organizações, pois elas são interdependentes para funcionar, já que as pessoas passam boa parte de suas vidas trabalhando dentro de organizações.

O processo de recrutar é a buscar no mercado por candidatos com qualificação ou com potencial para ocupar uma vaga em aberto, para a realização de um processo seletivo enquanto que s**elecionar visa** fazer a análise dos candidatos e a escolha dos que apresentam as melhores condições, dentro do perfil e das competências definidas, para ocupar a vaga.

Considerando o parágrafo exposto acima nota-se que ao abordar o assunto contratação de um funcionário que para os empresários principalmente os de micros e pequenas empresas enfrentam um verdadeiro dilema, definir o perfil, as atribuições do cargo, anunciar a vaga, entrevistar os candidatos.

Pensando em todas essas etapas muitas empresas preferem percorrer o caminho mais fácil, ou seja, perguntar na empresa se algum funcionário tem algum conhecido para indicar, ou se ele mesmo conhece alguém naquele perfil já faz a contratação, ou ainda os próprios funcionários sabendo da existência da vaga voluntariamente comentam que conhece algum parente ou amigo que precisa trabalhar.

É sabido que o cotidiano de trabalho das empresas é bem corrido, e que um processo de recrutamento e seleção muitas vezes não é tão rápido quanto à necessidade que a empresa tem no preenchimento da vaga, no entanto a contratação por meio informal, mais popularmente conhecido como "indicação" traz diversos riscos à empresa, que pode economizar no tempo de contratação, mas depois isso pode gerar para empresa prejuízos diversos, a falta de empenho do funcionário é uma delas, pois muitas vezes não tem o perfil para vaga e quase sempre essas situações acabam em rescisão de contrato gerando gastos os quais a empresa não esperava.

Por isso o processo de recrutamento é de suma importância para o sucesso das organizações, visto que é através dele que as organizações conseguem identificar talentos que fazem o diferencial neste mercado competitivo.

Segundo Guimarães & Arieira (2005) um recrutamento bem feito é sinônimo de economia para a empresa, pois, através dele a organização não vai necessitar de treinamentos, visto que um profissional capacitado intera-se rapidamente dos objetivos da organização.

Deve-se pensar em conjunto, comunicando-se com todos da empresa, em todas as áreas e em todos os momentos, focando-se no lucro, na produtividade e no desenvolvimento das pessoas o que Chiavenato (2009) confirma ao dizer: A rigor, toda a organização deve estar engajada no processo de recrutar pessoas: trata-se de responsabilidade que deve ser compartilhada por todas as áreas e por todos os níveis.

Não tem como você acertar no recrutamento se não conhecer bem a empresa e o cargo disponível. Apenas assim é possível selecionar o melhor perfil para a vaga e para complementar a equipe.
A tarefa de recrutar é uma das mais fáceis do processo seletivo. Afinal, sempre há alguém querendo trabalhar. **O desafio está em realizar uma divulgação efetiva que favoreça a escolha do melhor profissional.**
No que se referem a talentos, eles são definidos por Chiavenato (2004) como conhecimentos, habilidades e competências constantemente reforçados, atualizados e recompensados. Dessa forma, o talento humano deve ser valorizado e reconhecido, dando a ele liberdade e autonomia para se desenvolver.

> Ainda é possível dizer que as pessoas são parceiras da organização, conduzindo a mesma a excelência e ao sucesso empresarial. Contudo, além de parceiras, realizam investimentos nas organizações, como esforço, dedicação, responsabilidade, comprometimento, riscos etc, na expectativa de colherem retornos desses investimentos (CHIAVENATO, 2004).

A capacidade técnica virá acompanhada de um conjunto de competências, pois as empresas valorizam também o potencial intelectual e emocional do candidato. São valores bem avaliados no bom processo de recrutamento e seleção que irão demonstrar a capacidade de liderança, de trabalho em grupo, tomadas de decisão, situações diferentes do dia a dia e assim consolidar a imagem da empresa. Depois do recrutamento, o próximo passo é selecionar o profissional em destaque, ou seja, aquele que está mais intimamente ligado com as necessidades do cargo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos concluir que a contratação de profissionais adequados e bem qualificados vem diminuindo os custos com pessoal, melhorando assim a qualidade dos serviços e a imagem das empresas. Por isso os processos de Recrutamento e Seleção de Pessoal dentro de uma organização deve ser criterioso.
Assim verifica-se a importância de planejar a captação de novos funcionários para as empresas por se tratar de uma atividade com metodologia própria para o preenchimento de vagas. Planejar corretamente a necessidade de pessoal, recrutar, selecionar, capacitar e desenvolver um ambiente produtivo dentro de uma organização é um trabalho que exige um olhar crítico e objetivo visando atender as demandas da empresa.
A proposta deste trabalho foi mostrar que o processo de recrutamento e seleção visa valorizar o capital humano de uma organização e que, quando esses processos são feitos adequadamente garantirão a entrada de novos talentos com potencial

e qualidade, bem preparados para motivar o processo de crescimento empresarial.

Assim, as pessoas devem ser consideradas como o bem mais precioso das corporações, pois são elas que geram as ideias que fazem com que as mesmas tenham sucesso.

REFERENCIAIS

BOAS, Ana Analice Andrade; ANDRADE, Rui Otávio Bernandes de . Gestão Estratégica de Pessoas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

BOLGAR, P. H. O papel do Profissional de RH. Portal Rh.com.br, Artigo, n. 3374, set. 2002.

CALDAS, P. T.; FIRMO, L. A.; AMORIM, B. P.; OURIQUES, R. A. B. Administração de Pessoal ou Gestão de Talentos? Um estudo nas Administrações Públicas do Cariri Paraibano. XVII Semead – Seminários em Administração, nov. 2015.

CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de Pessoas. O novo papel de recursos humanos nas organizações. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

CHIAVENATO, Idalberto. Planejamento, recrutamento e seleção de pessoal: como agregar talentos à empresa. 7 ed., Barueri, SP.: Manole, 2009.

CHIAVENATO, Idalberto. Recursos Humanos. São Paulo: Atlas. 2000.

COSTA, P. C. Gestão de Pessoas: Arte ou Ciência. Rh portal- Rh pratica. Out. 2010.

GUIMARÃES, Marilda Ferreira e ARIEIRA, Jailson de Oliveira. O Processo de Recrutamento e Seleção como uma Ferramenta de Gestão. Rev. Ciências Empresariais da UNIPAR, Toledo, v.6, n.2, jul./dez., 2005.

NÓBREGA, M. F.; FERRUCCIO, M. A. O Impacto da Gestão de Pessoas no Desempenho das Empresas Brasileiras. XXII Enegep – Encontro Nacional de Engenharia de Produção, out. 2002.

SANTOS, M. J. N. Gestão de Recursos Humanos: Teoria e Práticas. Scielo, jul/dez, 2004.

VILAS, B.; ANA, A.; BERNARDES, A.; RUI, O. Gestão estratégica de pessoas. 1ª Ed. São Paulo: Elsevier, 2009.

VILAS, B.; ANA, A.; BERNARDES, A.; RUI, O. Gestão estratégica de pessoas .1ª Ed. São Paulo: Elsevier, 2009.

REFLEXÕES SOBRE A SAÚDE DO HOMEM NA ATENÇÃO PRIMÁRIA

Silva, Carla Rosane Pereira da[1]

RESUMO
A saúde do homem não é vista com tanta frequência como foco de cuidado, mas sim mulheres, idosos e crianças. No entanto, o homem também é sujeito de direitos e, desta forma, precisa se cuidar e ser cuidado. A saúde do homem na atenção primária foi o tema deste trabalho. A justificativa que motivou essa reflexão foi de que os homens não optam por prevenção, mas sim costumam recorrer aos serviços de saúde apenas quando há alguma enfermidade já instalada. No entanto, essa atitude traz uma carga cultural muito forte que precisa ser rompida. O objetivo, portanto, foi compreender aspectos da saúde do homem na atenção primária. O método para realizar tal estudo foi bibliográfico e a conclusão a que chegou-se foi que orientar e promover um espaço de acolhimento é a principal meta da Política Nacional analisada, ou seja, homens têm igual relevância na sociedade assim como crianças, mulheres e idosos e, por isso, a partir de 2009, as unidades de saúde passaram a trabalhar com o mesmo afinco em prol da população masculina.

PALAVRAS-CHAVE: Saúde do Homem. SUS. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem. Unidades de Saúde.

INTRODUÇÃO

Historicamente, o homem é concebido na sociedade como o provedor da família, o indivíduo que deve se manter forte e saudável para cumprir com esta determinação social. No entanto, reconhece-se que o homem é igualmente à mulher, ao idoso e à criança uma pessoa e, por isso, suscetível à diversas enfermidades e ocorrências de saúde.

Diante disto, os cuidados em saúde do homem devem ter a mesma importância que esses três públicos citados acima, o que no decorrer de décadas não acontece, pois as políticas de saúde atendem desde muito tempo tais públicos-alvo. No entanto, a partir de 2009 com a criação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem, essa realidade vem mudando.

Além da barreira histórica, outra que também pode ser considerada cultural é o convencimento ao próprio homem da necessidade de autocuidado. O homem, imbuído nesta cultura de não adoecer, está imerso nesse conhecimento equivocado de que não precisa de cuidado. Sendo assim, para auxiliar principalmente a esse público, é necessário que se aborde cada vez mais esse tema, de forma que se reconheça a necessidade de atendimento, também, à saúde do homem. A justificativa,

[1] Formada em Enfermagem e pós-graduanda em Saúde da Família
Orientadora: Cheila Souza

Arborização Urbana das Principais Vias Públicas da Cidade de Japruca – MG: Uma Abordagem Quantitativa. Ignácio, Ione Cavalcante. Págs. 52 – 68

portanto, para este trabalho, é beneficiar homens de modo que maiores informações os façam reconhecer a importância de sua saúde.
Sendo assim, o problema de pesquisa considerado no estudo é: quais os aspectos relevantes no estudo da saúde do homem na atenção primária?
O objetivo geral da pesquisa é refletir sobre a saúde do homem na atenção primária e os objetivos específicos são: a) compreender as questões gerais sobre a saúde do homem; b) relacionar a atenção básica à saúde do homem; c) e compreender as abordagens mais significativas sobre a saúde do homem na unidade de saúde.
Para corroborar para o alcance desses objetivos, a metodologia de realização de pesquisa é bibliográfica, onde serão estudados artigos de bases digitais científicas a fim de compreender melhor sobre o tema. Os artigos focos da pesquisa são os publicados de 2009 a 2019 e as palavras-chaves buscadas são: saúde do homem, unidade básica de saúde e Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem.
O trabalho está dividido em três seções além da introdução e considerações finais: uma seção sobre saúde do homem, a seguinte sobre a atenção básica e a terceira a respeito das abordagens que mais ocorrem na unidade de saúde.

SAÚDE DO HOMEM

Segundo Dantas e Couto (2018), doenças do coração, câncer e colesterol alto são problemas que mais incidem na população masculina do que na feminina. No entanto, a procura dos serviços de saúde pela população masculina ainda é pouca. Segundo dados do Ministério da Saúde, em cada três adultos que morrem no Brasil, dois são homens. Ainda, eles vivem sete anos a menos que as mulheres.
No entanto, essa realidade muda com o passar do tempo. Cada vez mais, os homens procuram auxílio em saúde por iniciativa própria, ainda que muitas vezes a atitude é incentivada pela família.
Muitas razões afastam os homens dos serviços de atenção primária à saúde e também criam uma ideia de que o homem não precisa ter um autocuidado com sua saúde. Porém, dependendo da faixa etária, alguns cuidados devem ser tomados.
Dos quinze aos vinte e cinco anos, por exemplo, é preciso estabelecer uma rotina de exames para identificar possíveis infecções das doenças sexualmente transmissíveis. É ainda nessa faixa etária onde os homens abusam mais do álcool e de outras drogas, envolvendo-se mais em acidentes de trânsito e em relações de violência (SOUZA, et al., 2015).
A partir dos vinte e cinco anos até, em média, os quarenta anos, é necessário se atentar nos comportamentos como a conduta alimentar e na prática de atividades físicas. Exercícios diários, em média de 20 a 40 minutos são recomendados. Outro fator é uma alimentação saudável, não industrializada e consumir alimentos com base dos Carotenoides, ou seja, alimentos que auxiliam na imunidade e auxiliam a combater o

aparecimento de alguns tipos de cânceres mais comuns em homens (SOUZA, et al., 2015).

A partir dos quarenta anos, questões hormonais precisam ser observadas e também problemas cardiovasculares, obesidade e depressão. Desta forma, o homem precisa desenvolver rotina de exames para auferir a pressão e medir colesterol no sangue. Em relação à depressão, é nessa faixa etária que é registrado um maior número de suicídio. E é nessa faixa etária também que há alterações nos hormônios dos homens, fazendo com que passem por alguns problemas que não são revelados: diminuição da libido, ressecamento da pele e do cabelo, problemas de maior irritabilidade, crises de ansiedade, alteração na composição dos ossos, problemas musculares e de insônia (SOUZA, et al., 2015).

O homem tem a possibilidade de procurar profissionais de saúde para que essa fase seja vencida com qualidade de vida, compreendendo a naturalidade dos fatos.

Conforme Miranda et al., (2019), uma das principais questões a serem tratadas a respeito da saúde do homem é sobre o câncer de próstata. O movimento Novembro Azul surgiu em 2003 na Austrália, ou seja, um mês dedicado à conscientização da população masculina em busca da prevenção do câncer de próstata. Em 2011, o movimento foi popularizado no Brasil por organizações que se dedicaram a expandir informações não só sobre o câncer de próstata, mas sobre a saúde do homem.

Segundo os mesmos autores, todo homem a partir de 50 anos deve fazer a prevenção do câncer de próstata. Uma coleta é feita através de exame de sangue e exame de toque, via transrretal um exame digital da próstata. Duas populações são de risco: a população negra e a população que tem familiares de primeiro grau com essa doença. Nessa população, os exames são feitos a partir dos quarenta e cinco anos de idade.

Afirma ainda Miranda et al., (2019) que com a conscientização, o homem não precisa tanto ser abordado, mas os pacientes já procuram com o intuito de fazer o exame em uma busca ativa. Quando realiza-se o exame não há necessidade de convencimento, ainda que exista um tabu, principalmente na população mais idosa. É possível conceber que essa abordagem deve ser feita já no âmbito familiar, além da escola para então, em fase posterior, em âmbito de saúde.

No entanto, embora sejam necessários tais cuidados, a saúde do homem nunca foi tratada como primordial, como pode ser observado no decorrer da história, onde as políticas direcionadas às mulheres sempre tiveram prioridade. Esse cenário mudou em 2009, quando elaborada a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem.

A Política foi lançada em 2009 sobre a perspectiva de trabalhar na questão da promoção, do cuidado e da atenção à saúde, principalmente levando o homem para a atenção primária para que o mesmo possa receber orientação de saúde, como também o cuidado com a família (TEIXEIRA, et al., 2014).

O objetivo é que o homem se reconheça no espaço da unidade de saúde, um espaço até então voltado para o materno-infantil. A Política faz o acompanhamento das questões referentes aos homens e trabalha estratégias para reduzir a mortalidade com diversas ações. Destaca Teixeira et al., (2014) que essa Política é transversal, dialogando com outras que trabalham também com esta temática.

O homem então tem um espaço para procurar atendimento centrado na escuta para que seja atendida a sua necessidade. Atualmente, as unidades de saúde realizam diversos exames de acordo com a anamnese do médico, que estabelece um diagnóstico. Dentre esses exames, são feitos os testes rápidos para infecções sexualmente transmissíveis. Além de exames diante de diagnóstico, orientações sobre a melhoria da qualidade de vida são oferecidas como serviço (SOUZA, et al., 2014).

Embora a Política tenha um recorte de 20 a 59 anos, é fundamental que se pense no homem antes e depois dessa faixa etária. Dentro deste recorte, as causas externas vêm em primeiro lugar sobre o que mais acomete os homens: acidentes, violência afetam muito a população mais nova e, além disso, problemas cardiovasculares, câncer, problemas estomacais, hipertensão, diabetes e obesidade. Muitas dessas causas estão relacionadas aos hábitos de vida (SOUZA, et al., 2014).

Entende-se, portanto, que há décadas o homem é preparado para ser o provedor da família e, desde cedo, o homem acredita que não vai adoecer e que não precisa ser cuidado, pois não irá fragilizar. Salienta Trilico et al., (2015) que outra questão é o papel da masculinidade atrelado às questões socioculturais: homens quilombolas e ciganos, por exemplo, espera-se que estes exerçam determinados papéis e, estes papéis, exigem que sejam fortes.

Outro fator é que desde muito cedo o homem é cuidado pela mãe, pela avó. Assim, não se empodera o homem da sua adolescência em diante a realizar o seu autocuidado (TRILICO, et al., 2015). Essas questões culturais, de educação em família, principalmente, precisam ser mudadas. A Política Nacional Atenção Integral à Saúde do Homem tem como um dos seus focos essa mudança do olhar sociocultural.

A prevenção ainda é o melhor caminho. Os homens são responsáveis diretos pelo seu autocuidado. Hábitos saudáveis de vida são fatores principais de prevenção.

ATENÇÃO BÁSICA E SAÚDE DO HOMEM

Uma questão primordial dentro da atenção básica da saúde do homem é trazê-lo para a unidade de saúde, bem como a sua acomodação dentro do espaço de uma gama de serviços prestados. Essa proposição veio com a necessidade de atender a Portaria 1944, de 27 de agosto de 2009, que trouxe a discussão sobre a atenção da saúde integral do homem.

Destacam Mozer e Corrêa (2014) que desde 1930 toda a programação e eventos de saúde foram direcionados à atenção de grupos específicos, principalmente a área materno-infantil. Em 1983 o programa de atenção

especial à saúde da mulher já havia sido instalado. A política de atenção do homem se tornou uma meta nacional a partir de 2007, no governo do então ministro José Gomes Temporão, com o mesmo atribuindo uma das metas do governo implementar ações em prol da saúde do homem.

Em 2008, o Ministério da Saúde tem como uma das suas áreas temáticas a saúde do homem. Com isso, o Brasil se torna inovador, pois entre as Américas, somente o Canadá tinha uma área voltada para este grupo. Os demais países ainda não haviam organizado esta situação. O Brasil, então, foi o segundo País das Américas a ter essa área temática (MOZER; CORRÊA, 2014).

De acordo com Cavalcanti et al., (2014), esta área temática ficou sob responsabilidade em 2008 do médico ginecologista Ricardo Cavalcante que trouxe às discussões questões voltadas para o trabalho com a sexualidade do homem. Quando discutiu-se sobre a saúde do homem os primeiros direcionamentos se referiram à fertilidade, questões relacionadas ao planejamento familiar, etc.

Em 2009 a área temática de saúde do homem foi amadurecendo as suas condutas e reflexões, instituindo-se a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem, regida pelos princípios de equidade, universalidade direcionadas desde o consumo, materiais educativos até a questão de equipamentos necessários para fazer a atenção. A questão da humanização e qualificação em saúde do homem eram outras questões discutidas. Buscou-se também articulação com outras áreas do governo que poderiam contribuir com as questões relacionadas à saúde do homem. Ainda a questão da orientação para a população masculina, pensando no homem em seu contexto familiar e de trabalho, buscando a prevenção, promoção e recuperação de sua saúde (CAVALCANTI, et al., 2014).

O objetivo principal da Política, então, é promover a melhoria das condições de saúde da população masculina no Brasil e contribuir de modo efetivo para a redução da morbidade e mortalidade dessa população. Para alcançar esse indicador, busca-se o enfrentamento dos fatores de risco ao facilitar o acesso do homem aos serviços de saúde e garantir que esse serviço de saúde use de ações integrais para atender as condições e as características do público masculino (CAVALCANTI, et al., 2014).

Segundo Mozer e Corrêa (2014), até então, os homens não tinham espaço definido dentro do serviço de saúde. Com a possibilidade de se direcionar ações específicas para os mesmos, os serviços de saúde tendem a direcionar e ter a condição de construir ações, de ofertar serviços, de atender demandas específicas dessa população.

O fato de se oportunizar a presença do homem nos serviços de saúde faz com que esta população queira estar em tais serviços, não só com o mito de que homem só procura serviço de saúde quando está doente ou quando tem que tratar a doença, mas o objetivo da política é uma via de

contramão desta ideia ao pensar que o homem busca por esses espaços para prevenção.
Conforme Storino, Souza e Silva (2013), quando discutiu-se a questão dessa Política, abriu-se espaços para a oferta diferenciada de serviços e a própria Política encaminhou sua discussão pensando nos exames preventivos, especialmente o exame de PSA, para identificação de alteração precoce na próstata, outras relacionados à prevenção de acidentes, como causas epidemiologicamente de acidentes de transito e de trabalho. Também trouxe ações sobre o tabagismo, implementando cartilhas educativas.
Todo esse contexto foi organizado para ser realizado dentro da estratégia de saúde da família. Logo, de pano de fundo, a operacionalização da política fez também necessário especializar a equipe para que os profissionais estivessem mais atentos ao que se pode ser feito em prol da saúde do homem. Além disso, houve a necessidade de fortalecimento da atenção básica, sendo um dos objetivos da Política. As estratégias também necessitavam estar preparadas para discussões mais amplas, como as discussões sociais, questão de gênero, a percepção das mudanças dos cenários de famílias, ainda estimular para que os homens fizessem o cuidado com sua própria saúde, trazendo um outro público para o serviço de saúde. Este é um grande desafio para as equipes de saúde da família, pois além de uma rotina pré-estabelecida, precisa-se agregar mais esse serviço especializado (STORINO; SOUZA; SILVA, 2013).
Dentro da Política pensou-se nesses aspectos de como operacionalizar. Uma das falhas que os profissionais percebem é que toda Política se organizou sem a discussão dos usuários, ou seja, sua participação. Representantes da sociedade, equipes especializadas, ONGs, movimentos sociais discutiram sobre a Política, mas os cidadãos não foram (e costumam não ser) parte da discussão. Assim, as ações propostas, muitas vezes, não vão ao encontro dos reais interesses da população (CAVALCANTI, et al., 2014).
Desta forma, a política pública passa a ser revista e melhor adequada quando a população masculina começou a contribuir com o operacional, com o que estava posto enquanto programação, enquanto organização mais técnica da política formulada dentro dos gabinetes e promulgada por técnicos e especialistas.
Para que a Política fosse operacionalizada, alguns questionamentos surgiram por parte de profissionais, como, por exemplo: como seria organizado o serviço de saúde? Quais eram as ações? Como os indivíduos seriam trazidos para a unidade de saúde?
Outra característica apontada como discussão é que o público-alvo da Política são homens entre 20 a 59 anos, como salientam Vieira et al., (2013). No entanto, muitas unidades de saúde têm como público idosos acima de 60 anos ou crianças do gênero masculino. Esse público proposto

pela Política, geralmente, não faz parte da rotina de cuidados e, assim, ações diferenciadas precisaram ser pensadas, pois homens entre 20 e 59 anos são produtivos e que, nos horários das atividades das unidades de saúde, esse público não tinha disponibilidade para procurar o serviço. Logo, os serviços precisaram despertar o interesse da população foco.

Outro cenário importante no cumprimento dos objetivos da Política é que os usuários costumavam procurar os serviços para a recuperação da saúde e não para medidas de prevenção. No entanto, o foco de atuação passa para a promoção da saúde. Outro desafio às equipes se constitui, pois o homem tem uma nova possibilidade de perceber a unidade de saúde como ferramenta para ter melhor qualidade de vida (VIEIRA, et al., 2013).

Outra questão importante é a integralidade, finaliza Vieira et al., (2013). O homem deve ser atendido não por questões pontuais, como, por exemplo, vítima de acidente, ou com problemas de ordem de planejamento familiar ou de ordem sexual ou devido ao tabagismo, mas sim, um homem que estivesse no serviço de saúde por conta de um contexto de vida, de um contexto social ou de uma programação para o seu bem-estar. A partir disto, surgiu o grande desafio da operacionalidade diante dos escassos recursos, tanto humanos quanto materiais.

ABORDAGENS SOBRE A SAÚDE DO HOMEM NA UNIDADE DE SAÚDE

A saúde do homem na atenção básica perpassa, em primeiro momento, pela existência do Sistema Único de Saúde-SUS. Para Separavich e Canesqui (2013), o SUS cria e permite e cria os diversos planos de saúde disponíveis à população e depende ainda de ser gratuito e de um bom financiamento do Estado. Somente desta maneira haverá condições de universalidade, equidade e integralidade, os quais são os seus princípios básicos. O SUS atende qualquer pessoa que lhe procura, seja quem for.

A atenção à saúde do homem proposto pelo SUS tem a promoção, a prevenção, assistência e recuperação de qualquer indivíduo que o procure. Muitas vezes, esse atendimento não é possível de forma eficaz, pelos diversos problemas que envolvem o Sistema de Saúde. No entanto, os homens são focos também de atendimento (SEPARAVICH; CANESQUI, 2013).

Reafirma Miranda et al., (2019), uma das questões principais a ser abordada quando trata-se da saúde do homem é sobre sua saúde e alimentação. Com uma alimentação saudável, hipertensão, diabetes esses problemas podem ser evitados. Isso inclui o consumo de agrotóxicos, pois a maior parte dos alimentos consumidos os contém muito, estando estes diretamente relacionados à diversas doenças. Outra abordagem muito importante quando refere-se à atenção integral do homem é a atividade física regular, bem como as atitudes frente aos problemas do dia a dia.

As ações de promoção e/ou prevenção de saúde envolvem as questões sobre tabagismo, alcoolismo, hipertensão, diabetes, obesidade e DSTs. O primeiro problema se relaciona ao uso de drogas. Na sociedade brasileira

a questão da droga é discutida com preconceito. No entanto, isso refere-se às drogas ilícitas. No entanto, uma das drogas que causam maiores malefícios ao organismo é o uso do álcool, uma droga lícita. O homem costuma usar mais álcool que a população feminina. A partir disto, é preciso interagir com o indivíduo e indagar se o mesmo faz uso de substâncias químicas, inclusive e principalmente, as lícitas (MIRANDA, et al., 2019).

Por uma questão cultural, é mais aceito na sociedade que o homem faça uso de álcool. Sendo assim, esse problema, geralmente, não é exposto pelos próprios homens, mas por algum outro familiar: esposa, filhos ou irmãos que procuram a unidade básica.

Outra droga chamada de lícita é o tabaco. Este é muito prevalente na sociedade. Esse é um tema que também deve ser abordado no atendimento na atenção básica. A utilização do cigarro constitui-se em agravo à saúde, não só para o indivíduo, mas para seus familiares. Ações integradas devem ser realizadas, pois a Política de Atenção ao Homem deve agir também sobre as pessoas que interagem com o paciente (MOZER; CORRÊA, 2014).

Afirmam Dantas e Couto (2018) que a hipertensão é outra doença recorrente no homem. O sedentarismo, a alimentação com excesso de sal, a falta de frutas e verduras são prejudiciais. Da mesma forma, o diabetes. Com dieta e atividade física é possível diminuir a quantidade de medicamentos e o tratamento teria mais sucesso em pessoas hipertensas e diabéticas.

A obesidade é outra mazela do dia a dia muito recorrente na população masculina. Esta também depende muito da atividade física e da alimentação. Além da obesidade, outra abordagem no âmbito da saúde do homem são as doenças sexualmente transmissíveis. Esta ocupa um lugar importante na questão da atenção integral da saúde do homem, pois os descuidos em relação a essa questão ainda são comuns (DANTAS; COUTO, 2018).

Relembram Santos e Nardi (2018), no dia a dia, dentro da unidade de saúde, as questões principais encontradas quando diz respeito à saúde do homem são: infecções virais, fúngicas e/ou bactérias, dermatopatias, ansiedade e distúrbios de humor, afecções músculo-esqueléticas, distúrbios gástricos, afecções cardiovasculares, afecções pulmonares, violência (o homem também pode sofrer violência), câncer, problemas relacionados ao processo de trabalho e ainda ocorre a automedicação, principalmente pela falta de conhecimento e informação.

Importante destacar nesses tópicos citados é que a questão educacional é fundamental, pois fornecer uma educação de qualidade permite que o indivíduo compreenda melhor as questões e tenha outras ações. A questão da violência se relaciona diretamente com esse tema. A violência citada não só se refere ao ambiente doméstico, mas no trabalho também.

O assédio moral são questões comuns que ocorrem no ambiente de trabalho.

Outra questão importante é a mídia. Muitas vezes, o indivíduo passa por informações da mídia que o faz acreditar ter sintomas de doenças gravíssimas que, na verdade, não são tão consideráveis. Por isso, os profissionais das unidades de saúde devem se atentar em qual informação que o usuário tem e onde o mesmo coletou tais informações.

De acordo com Miranda et al., (2019), umas das conversas fundamentais com o homem quando o mesmo procura a unidade de saúde é a questão do câncer de próstata. A equipe conversa conjuntamente com o indivíduo e a decisão pela a realização do exame é feita de forma compartilhada, inclusive sobre as implicações caso o resultado do rastreamento seja positivo.

É possível afirmar, portanto, que a agenda da unidade de saúde é atendida pela equipe de saúde da família. Desta forma, equipes que têm insuficiência de pessoal e de recursos materiais não conseguem atender adequadamente ou cumprir sua agenda, prejudicando de forma intensa a população atendida, inclusive, indivíduos homens.

Diante de uma das dificuldades principais da operacionalização da política, ou seja, em relação aos horários de atendimento nas unidades de saúde coincidirem com o horário de trabalho da população masculina, foi lançado o Programa Saúde na Hora pelo Ministério da Saúde. Este Programa traz a ampliação do horário atendido. As unidades poderão trabalhar em período noturno e nos sábados, o que constitui um avanço pela ampliação do acesso ao serviço de saúde não só aos homens, mas a todos os públicos atendidos (CECILIO; REIS, 2018).

A Portaria 930, publicada em 2019 visa estender os horários de atendimento das UBS-Unidades Básicas de Saúde. A unidade de saúde não funciona em horário do almoço e encerra suas atividades entre 17h e 18h. Com essa nova Portaria, o governo federal visa estender o horário de funcionamento das 18h até às 22h (CECILIO; REIS, 2018).

Este Programa, portanto, é uma organização da atenção primária, tendo um olhar que facilita que o gestor municipal reorganize o horário de funcionamento, o número de equipes, reorganização dos critérios mínimos de atendimento para qualificá-lo, priorizando todo o público atendido pelas unidades.

Em relação à escassez de recursos, tanto humanos quanto materiais, 52 municípios e o Distrito Federal receberam mais recursos do governo federal para fortalecer ações na área de saúde do homem (CECILIO; REIS, 2018).

Portanto, compreende-se que se as medidas de prevenção primárias fossem tomadas, a mortalidade e morbidade seriam consideravelmente diminuídas na população masculina. No entanto, quando o agravo está muito adiantado, além de trazer muitos malefícios para o homem, significa um ônus para o sistema, pois acarreta mais custos para o SUS.

Assim, para atrair os homens para o atendimento preventivo, as equipes trabalham de forma considerável as variáveis socioculturais. De maneira geral, os estereótipos de gênero estão enraizados há séculos na cultura mundial que potencializam práticas e valores do que é ser homem. A ideia de que ser homem é ser forte e doença é sinal de fragilidade são construções históricas na sociedade. Consequentemente, os homens não querem ser identificados com a fragilidade, que costuma ser ligada à criança, mulheres e idosos. Com isso, os homens não reconhecem os serviços de saúde como espaços masculinos e os serviços de saúde não reconheceram até pouco tempo, os homens como sujeitos de cuidado.

Por isso, há um trabalho intenso em tornar as unidades de saúde ambientes propícios ao atendimento também à população masculina, orientando que o homem pode ser saudável em todas as suas fases de vida. Desta forma, só se pode falar em integralidade do atendimento do SUS se houver a incorporação da população masculina em seus serviços.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluiu-se, portanto, que de encontro à cultura de que homens não precisam de cuidados em saúde, é preciso propor um espaço para que os mesmos se sintam acolhidos. Isto envolve trabalhar com estratégias de comunicação, onde os homens sejam priorizados nas unidades básicas, assim como crianças, mulheres e idosos. É preciso trabalhar conteúdos específicos para que os profissionais de saúde possam abordar os homens, pois há dificuldade dos mesmos em comunicar o que sentem.

Assim, as estratégias trabalhadas na Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem devem ser trabalhadas em nível sociocultural, bem como diante das barreiras institucionais, onde é preciso buscar continuamente oferecer atendimento de qualidade em horários alternativos, pois conforme visto no decorrer do estudo, muitas unidades de saúde funcionam em horário em que os homens estão em seus locais de trabalho. Como solução, horários alternativos de atendimento podem ser oferecidos.

É uma atitude de empoderamento procurar o serviço de saúde. Desta forma, é preciso considerar que as mulheres têm papel fundamental nessa Política, pois elas, enquanto companheiras, filhas, esposas, irmãs podem auxiliar os homens a procurar ajuda. O empoderamento masculino é foco da Política de modo que os mesmos possam ter consciência que também são sujeitos de direitos e de cuidado.

A lógica do cuidado não é só feminino, mas também dos homens que devem ter atitudes de prevenção primária como não fumar, não beber, e se beber, o fazer moderadamente, praticar exercício físico, ter uma alimentação saudável e realizar exames de rotina.

REFERÊNCIAS

CAVALCANTI, Joseane da Rocha Dantas et al. Assistência integral à saúde dos homens: necessidades, barreiras e estratégias de enfrentamento. **Escola Anna Nery - Revista de Enfermagem**, [s.l.], v. 18, n. 4, p.1-10, 2014.

CECILIO, Luiz Carlos de Oliveira; REIS, Ademar Arthur Chioro dos. Apontamentos sobre os desafios (ainda) atuais da atenção básica à saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, [s.l.], v. 34, n. 8, p.512-520, 20 ago. 2018.

DANTAS, Suellen Maria Vieira; COUTO, Marcia Thereza. Sexualidade e reprodução na Política Nacional de Saúde do Homem: reflexões a partir da perspectiva de gênero. **Sexualidade, Saúde e Sociedade (Rio de Janeiro)**, [s.l.], n. 30, p.99-118, dez. 2018.

MIRANDA, Sérgio Vinícius Cardoso de et al. Necessidades e reivindicações de homens trabalhadores rurais frente à atenção primária à saúde. **Trabalho, Educação e Saúde**, [s.l.], v. 18, n. 1, p.315-322, 2019.

MOZER, Isabele Torquato; CORRêA, Áurea Christina de Paula. Implementation of the National Policy for Men's Health: case in a Brazilian capital. **Escola Anna Nery - Revista de Enfermagem**, [s.l.], v. 18, n. 4, p.1-8, 2014.

SANTOS, Helen B.; NARDI, Henrique C.. Entre o trabalhador e o vagabundo: produção de masculinidades na história da saúde no Brasil. **Temas em Psicologia**, [s.l.], v. 26, n. 4, p.2299-2316, 2018.

SEPARAVICH, Marco Antonio; CANESQUI, Ana Maria. Saúde do homem e masculinidades na Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem: uma revisão bibliográfica. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 22, n. 2, p.415-428, ago. 2013.

SOUZA, Luiz Gustavo Silva et al. Intervenções Psicossociais para Promoção da Saúde do Homem em Unidade de Saúde da Família. **Psicologia**: Ciência e Profissão, [s.l.], v. 35, n. 3, p.932-945, set. 2015.

SOUZA, Luís Paulo Souza e et al. Conhecimento de uma equipe da estratégia saúde da família sobre a política de atenção à saúde masculina. **Trabalho, Educação e Saúde**, [s.l.], v. 12, n. 2, p.291-304, ago. 2014.

STORINO, Luisa Pereira; SOUZA, Kleyde Ventura de; SILVA, Kênia Lara. Necessidades de saúde masculina na atenção primária: acolhimento do usuário e formação de vínculos com os usuários como fortalecedores da atenção integral à saúde. **Escola Anna Nery - Revista de Enfermagem**, [s.l.], v. 17, n. 4, p.45-51, 2013.

TEIXEIRA, Daiane Cristina et al. Concepções de enfermeiros sobre a política nacional de atenção integral à saúde do homem. **Trabalho, Educação e Saúde**, [s.l.], v. 12, n. 3, p.563-576, dez. 2014.

TRILICO, Matheus Luis Castelan et al. Discursos masculinos sobre prevenção e promoção da saúde do homem. **Trabalho, Educação e Saúde**, [s.l.], v. 13, n. 2, p.381-395, 20 mar. 2015.

VIEIRA, Katiucia Letiele Duarte et al. Atendimento da população masculina em unidade básica saúde da família: motivos para a (não) procura. **Escola Anna Nery**, [s.l.], v. 17, n. 1, p.120-127, mar. 2013.

A MEDIAÇÃO FAMILIAR COMO INSTRUMENTO ADEQUADO PARA PREVENÇÃO E TRATAMENTO DA ALIENAÇÃO PARENTAL

Cunha, Danielle Milani[2]

RESUMO

A alienação parental é situação comum no conflito familiar, causando prejuízos no desenvolvimento das crianças e adolescentes vítimas dessa situação, bem como na boa relação que deve existir entre genitores separados. Neste cenário, temos a problemática de como lidar com a Alienação Parental de maneira que suas ocorrências diminuam e tenham o tratamento adequado, objetivando manter o vínculo familiar saudável do infante com ambos os genitores. A mediação familiar por sua vez traz o benefício do tratamento do conflito de maneira que haja colaboração entre os envolvidos. Assim, como hipótese, analisa-se, a necessária aplicação da mediação familiar nos casos de direito de família, inclusive naqueles onde já foi constatada a existência de Alienação Parental, buscando o restabelecimento da comunicação entre os genitores. Utilizar-se a como metodologia o método hipotético dedutivo a partir de análises bibliográficas.

PALAVRAS-CHAVE: Mediação. Alienação Parental. Direito de Família. Tratamento Adequado de conflitos.

INTRODUÇÃO.

A alienação parental foi conceituada pela primeira vez em 1987 pelo psiquiatra americano Richard Garner, assim, no primeiro tópico objetiva-se a conceituação, causas e prejuízos da Alienação Parental.

A diferenciação entre síndrome de alienação parental e a alienação parental está em na primeira o conjunto de atitudes que dão causa a síndrome de fato conseguem a programar a criança para ter receio de seu contato com um dos genitores.

Cabe salientar que na ocorrência de alienação parental um dos genitores, ou outro parente que é guardião da criança desqualifica aquele não detentor da guarda as vezes de maneira inconsciente.

Um dos maiores propulsores da alienação parental é a ruptura do relacionamento conjugal entre os genitores ensejando em ações de divórcio, guarda e visitas.

Acontece comumente que o alienador manipule os pensamentos e ideias da criança e do adolescente até que esse tenha medo de estar em contato com o genitor alienado, muitas vezes pela falsa perspectiva que o rancor

[2] Mestre em Direito na linha de pesquisa Acesso à Justiça e o Paradigma da Eficiência, pela Universidade Nove de Julho, Conciliadora e Mediadora vinculada ao Tribunal de Justiça de São Paulo, Advogada na área Cível, com ênfase em Direito de Família e Direito Trabalhista, pós-graduanda em Direito Civil pelo Instituto Souza.

causado na criança pode promover uma decisão favores ao genitor alienante.

A ausência de harmonia na relação familiar, mesmo que de pais separados, causam prejuízos ao infante, seja no seu desenvolvimento escolar, na sua personalidade, no seu estado emocional, impedindo que o menor atingido esteja devidamente amparado durante sua formação pessoal

O segundo tópico por sua vez trata da legislação brasileira em relação a alienação parental, tendo em vista que o ordenamento jurídico prevê legislação própria para o instituo.

A legislação foi atenciosa em ressaltar as situações que acarretam uma constatação de alienação parental, também os critérios a serem utilizados para que seja verificada sua ocorrência.

Inclusive a legislação prevê de antemão as penalidades que são permitidas para o juiz aplicar quando contatada a existência de alienação parental.

Ocorre que apenas a aplicação da legislação e o conhecimento da Alienação não são suficientes para que a estrutura rompida da família possa se restabelecer.

Por conseguinte, o tópico três trata da mediação e explica os benefícios de sua aplicação nos conflitos, bem como seus métodos e objetivos.

Assim, busca-se no quarto tópico do artigo, explicar as razões e funções no tratamento do conflito familiar com a mediação, sendo possível evitar e tratar a alienação parental, com intuído de propor a aplicação da mediação nos casos de direito de família principalmente de alienação parental.

O estudo pautar-se-á no método de abordagem hipotético dedutivo com base em pesquisas bibliográficas e documental.

LIENAÇÃO PARENTAL CONCEITOS E DEFINIÇÕES.

Nos Estados Unidos em 1987, o psiquiatra americano Richard Garner[3], definiu pela primeira vez o conceito de alienação parental. O autor em suas pesquisas na área de psiquiatria infantil traz à baila o tema e a definição de Alienação Parental e Síndrome de Alienação Parental.

> Alguns que preferem usar o termo Alienação Parental (AP) alegam que a SAP não é realmente uma síndrome. Essa posição é especialmente vista nos tribunais de justiça, no contexto de disputas de custódia de crianças. Uma síndrome, pela definição médica, é um conjunto de sintomas que ocorrem juntos, e que caracterizam uma doença específica. Embora aparentemente os sintomas sejam desconectados entre si, justifica-se que sejam agrupados por causa de uma etiologia comum ou causa subjacente básica. Além disso, há uma consistência no que diz respeito a tal conjunto naquela, em que a maioria (se não todos) os sintomas aparecem juntos. O termo síndrome é mais específico do que o

[3] Richard Garner é um psiquiatra americano, foi professor na Universidade de Columbia em Nova York de 1963 a 2003, desenvolveu ampla pesquisa na psiquiatria infantil com enfoque na Alienação Parental.

Arborização Urbana das Principais Vias Públicas da Cidade de Japruca – MG: Uma Abordagem Quantitativa. Ignácio, Ione Cavalcante. Págs. 52 – 68

> termo relacionado a doença. Uma doença é geralmente um termo mais geral, porque pode haver muitas causas para uma doença particular. Por exemplo, a pneumonia é uma doença, mas há muitos tipos de pneumonia – p. ex., pneumonia pneumocócica e broncopneumonia – cada uma delas tem sintomas mais específicos, e cada qual poderia razoavelmente ser considerada uma síndrome (embora não haja o costume de se utilizar comumente esse ter. A síndrome tem clareza porque a maioria dos sintomas (se não todos) do conjunto manifestam-se previsivelmente untos como um grupo (GARDNER, 2011, p.2).

O psiquiatra, em suas pesquisas, ressalta que a síndrome advém de um conjunto de sintomas que atinge a criança ou o adolescente programado para odiar o outro genitor, enquanto a alienação por si só se restringe ao ato de programação ou implantação de falsas memorias (BARRETO, 2011, p. 25).

> A Síndrome da Alienação Parental é um transtorno psicológico que se caracteriza por um conjunto de sintomas pelos quais o genitor, dominado pelo cônjuge alienador, transforma a consciência de seus filhos, mediante diferentes formas e estratégias de atuação, com o objetivo de impelir, obstaculizar ou destruir seus vínculos com o outro genitor, denominado cônjuge alienado, sem que existam motivos reais que justifiquem essa condição. Em outras palavras, consiste em um processo de programar uma criança para que se odeie um de seus genitores sem justificativa, de modo que a própria criança ingressa na trajetória de desmoralização desse mesmo genitor (TRINDADE, 2004, p. 140)

Não há divisão de classes na ocorrência da Alienação Parental, tampouco sujeitos específicos que a praticam, pode ser gerada por avós, genitores, amigos, tios, qualquer pessoa que manipule os pensamentos, atitudes e ação do menor em detrimento a outro familiar.

A ocorrência mais comum da alienação parental, envolve os genitores e normalmente é desencadeada com a separação conjugal, disputas de guarda, pensão alimentícia e regulamentação de visitas.

O conceito de Alienação Parental insurge da situação que um dos genitores ou qualquer que seja o parentesco com o menor, prejudicando a convivência familiar.

Trata-se de uma situação, na qual os sentimentos do menor são manipulados com consciência ou não de criar conceitos negativos na criança contra o outro genitor, com objetivo de afastar a criança da convivência familiar entre um dos genitores.

> Muitas vezes, quando da ruptura da vida conjugal, quando um dos cônjuges não consegue elaborar adequadamente o luto de separação e o sentimento de rejeição, de traição, surge um desejo de vingança que desencadeia um processo de destruição, de desmoralização, de descrédito do ex-parceiro. Nada mais do que uma "lavagem cerebral" feita pelo guardião, de modo a comprometer a imagem do outro genitor, narrando maliciosamente fatos que não ocorreram ou que não aconteceram

> conforme a descrição dada pelo alienador. Assim, o infante passa aos poucos a se convencer da versão que lhe foi implantada, gerando nítida sensação de que essas lembranças de fato aconteceram. Isso gera contradição de sentimentos e destruição do vínculo entre o genitor e o filho. Restando órfão do genitor alienado, acaba se identificando com o genitor patológico, passando a aceitar como verdadeiro tudo que lhe é informado. (DIAS, 2011, p. 463).

É possível perceber, portanto, que a Alienação Parental tem espaço quando esse conflito intrínseco entre os envolvidos sentimentos obscuros e negativos, que extrernizados deixam de fazer parte apenas do desentendimento do casal e atingem a criança e o convívio harmônico familiar. Mesmo que feito de maneira inconsciente causa prejuízo evidente no relacionamento do menor com um de seus progenitores, pois a criança frágil deixa-se levar pelas opiniões e posições dos adultos e criando a rejeição de um familiar em detrimento do outro.

> O genitor alienador – que geralmente que detém a guarda do filho – movido pela raiva , magoa ou sensação de abandono, dirigida ao ex parceiro amoroso, dá vazão ao lado mais egoísta e/ou desequilibrado de sua personalidade para realizar uma série de atos de intensidades diversas, mas que trafegam todos pela mesma via: que converte o filho em arma, em instrumento de vingança contra o ex parceiro, atingindo-o naquilo que lhe deve ser mais caro, que é o amor e a possibilidade de convivência com a prole. (BARRETO, 2018, p. 653-654)

A criança passa a enxergar o genitor alienado pela visão do alienador, trazendo ódio, desprezo, medo, tornando frutíferas as atitudes do alienador e a própria criança passa a acreditar que não estará segura com o genitor alienado. (FRANÇA, 2009).

É comum que a alienação parental ocorra com mais veemência quando as partes estão em divergência judicial, como por exemplo, na ação de guarda. O genitor que da causa a alienação acredita que quanto mais ressentimento a criança tenha contra o outro genitor, maior sua probabilidade de garantir a custódia sob o menor.

O alienador de maneira consciente ou não, se vale do tempo de convivência maior com a criança para causar rupturas da relação existente entre o filho e o alienado, manipulando a criança com valores e acontecimento ilusórios, por vezes transmitindo ao infante ressentimentos da relação conjugal.

> As crianças são as maiores vítimas da Síndrome da Alienação Parental(SAP) e seus efeitos psicológicos são profundamente nefastos, mas que infelizmente o genitor alienador não consegue enxergar, pois ele mesmo se coloca como vítima de um tratamento injusto e cruel por parte do outro ascendente e sua vingança cria corpo utilizando os filhos, com os quais cria um pacto de lealdade para afasta-lo do não guardião (MADALENO, 2017, p. 256)

Uma das situações que englobam a alienação parental é quando o genitor alienante desenvolve uma fidelidade com o menor, com o tempo vai sendo implantando falsas nas memorias e alterando as vontades da criança, quando essa passar a acreditar apenas no que o genitor alienante lhe transmite. Neste sentido, a criança se vê indefesa e na hipótese de defender ou querer se aproximar do genitor alienado acredita que irá magoar ou quebrar a confiança do genitor alienador, ou seja, a criança fica em uma contramão de seus próprios interesses com o interesse de seu genitor.

Em casos graves, a síndrome da alienação parental é tão impetuosa que o alienador manipula a mente do infante para acreditar ser vítima de maus tratos e abuso, as vezes o próprio alienador acredita que essas situações são verdadeiras, decorrentes muitas vezes de transtorno mental e grande aflição que não foi tratada na ruptura da relação conjugal.

> Ressalta-se, ainda, a importância de saber diferenciar quando está ocorrendo a SAP e quando se trata realmente de uma situação mais grave envolvendo acusação de abuso sexual, pois as acusações vindas do alienador são tão insistentes que a criança pode acreditar ser verdadeiro tudo que lhe dizem, não conseguindo distinguir uma mentira. Por isso, diante das dificuldades em reconhecer a existência de fatos relacionados ao abuso sexual, os operadores do Direito e os profissionais de Psicologia devem ser cuidadosos e analisar ambos os lados, considerando se há outros tipos de sintomas que aparentam se tratar de um caso de SAP e se as acusações foram feitas em um momento de raiva e vingança de um dos genitores (Dias, 2010)

Nessa situação, percebe-se que o alienador em um processo sistemático, onde o alienador sugere acontecimentos, induzindo a criança a acreditar que a situação de fato ocorreu (TEIXEIRA, BENTZEEN, 2005).

A consequência dessa situação não poderia ser benéfica a criança, tendo em vista que a ausência de estrutura familiar durante seu desenvolvimento, as brigas e a ruptura da relação com um de seus genitores não fornecem adequadamente ambiente digno e necessário seu desenvolvimento integral.

> As vítimas da Síndrome da Alienação Parental podem se tornar pessoas com graves problemas como "depressão crônica, transtornos de identidade, comportamento hostil, desorganização mental, e, às vezes, até suicídio", segundo Fonseca. Ainda, diz a autora, a vítima pode apresentar "sintomas diversos: ora apresenta-se como portadora de doenças psicossomáticas, ora mostra-se ansiosa, deprimida, nervosa, e, principalmente, agressiva (FONSECA, 2006)

Uma criança que passa por um desequilíbrio da sua estrutura familiar que visa afastamento da relação entre um de seus genitores, desenvolvera possivelmente algum transtorno psicológico, sendo necessário coibir esse tipo de atitude.

A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA SOBRE A ALIENAÇÃO PARENTAL

O reconhecimento de que a alienação parental causa prejuízos ao desenvolvimento do menor reflete pela Lei 12318/2010 que além de definir conceitualmente o que se entende por AP no Brasil, também prevê sanções para sua ocorrência.
Vejamos o conceito de alienação parental definido pela lei:]

> Art. 2º Considera-se ato de alienação parental a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou pelos que tenham a criança ou adolescente sob a sua autoridade, guarda ou vigilância para que repudie genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculos com este.

Assim como previsto doutrinariamente a alienação parental tem ocorrência em qualquer tipo de parentesco que tenha com o menor, sendo que se caracteriza legalmente na tentativa de desqualificação do genitor(a).
Em que pese a lei ser um pouco retrógada tendo em vista que a alienação parental já ocorria muito antes de 2010 e sua eficiência no judiciário é questionável ela tenta exemplificar em especifico as condutas que são consideradas alienação parental
No art. 2º da Lei 12318/2010, parágrafo único há a descrição das condutas em seus incisos:

> Parágrafo único. São formas exemplificativas de alienação parental, além dos atos assim declarados pelo juiz ou constatados por perícia, praticados diretamente ou com auxílio de terceiros: I - realizar campanha de desqualificação da conduta do genitor no exercício da paternidade ou maternidade; II - dificultar o exercício da autoridade parental; III - dificultar contato de criança ou adolescente com genitor; IV - dificultar o exercício do direito regulamentado de convivência familiar; V - omitir deliberadamente a genitor informações pessoais relevantes sobre a criança ou adolescente, inclusive escolares, médicas e alterações de endereço; VI - apresentar falsa denúncia contra genitor, contra familiares deste ou contra avós, para obstar ou dificultar a convivência deles com a criança ou adolescente; VII - mudar o domicílio para local distante, sem justificativa, visando a dificultar a convivência da criança ou adolescente com o outro genitor, com familiares deste ou com avós

Percebe-se que houve grande preocupação do legislador em demonstrar a abusividade das condutas que causam alienação parental, o próprio art. 3º da Lei 12318/10 discorre sobre a imperiosidade de uma convivência familiar saudável com relação de afeto e amor entre os genitores e os demais familiares. Aquele que pratica alienação parental comete ato atentatória aos deveres da autoridade parental, bem como abuso moral do infante.

Arborização Urbana das Principais Vias Públicas da Cidade de Japruca – MG: Uma Abordagem Quantitativa. Ignácio, Ione Cavalcante. Págs. 52 – 68

No âmbito processual a alienação parental poderá ser apresentada incidentalmente ou em ação autônoma com tramitação prioritária, conforme art. 4º da Lei 12318/10, sendo necessário para sua efetiva constatação perícia psicossocial.
A legislação também determinou sanções quando constatada a alienação parental, em diversas modalidades da mais sutil a mais gravosa. Assim, o art. 6º da Lei 12318/10 que após a constatação de alienação parental o juiz pode determinar condutas para inibir ou atenuar os efeitos da alienação dependendo da análise do caso concreto conforme os incisos do referido artigo, quais sejam:

> I - declarar a ocorrência de alienação parental e advertir o alienador;
> II - ampliar o regime de convivência familiar em favor do genitor alienado;
> III - estipular multa ao alienador;
> IV - determinar acompanhamento psicológico e/ou biopsicossocial;
> V - determinar a alteração da guarda para guarda compartilhada ou sua inversão;
> VI - determinar a fixação cautelar do domicílio da criança ou adolescente;
> VII - declarar a suspensão da autoridade parental.

Além das determinações descritas da legislação no art. 6º parágrafo único há a possibilidade de inverter a obrigação de levar ou retirar a criança do lar materno em decorrência de mudança abusiva de endereço.
Verifica-se, portanto, que o ordenamento jurídico brasileiro faz frente no combate da alienação parental. Ocorre que quando se falamos em situações de direito de família apenas sanções que desgastam o relacionamento e penalizam o alienador não causam os benefícios dos quais o menor possui.
A legislação utiliza de uma maneira coercitiva para impedir a alienação, porém não há o tratamento adequado para o conflito no qual as pastes insurgem.
Assim, resta importante haver preocupação no tratamento tanto do alienador, quanto do alienado, para que juntos impeçam que os traumas adquiridos por essa situação não perdurem em prejuízos para as crianças.
É importante que haja a preocupação no tratamento efetivo da situação tanto para que seja evitada que a alienação ocorra, como para tratar de seus efeitos. Neste sentido a mediação familiar pode ser considerado instrumento adequado para amenizar os dissabores desse conflito, conforme será estudado a seguir, para tanto tratar-se à da dos conceitos da mediação.

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O INSTITUTO DA MEDIAÇÃO

Inicialmente com a Resolução 125/10[4] do CNJ iniciou-se o reconhecimento da necessidade de utilização de métodos consensuais e autocompositivos de solução de conflito, sendo um grande marco para incorporação, reconhecimento e utilização destes métodos.

O Código de Processo Cível de 2015[5] por sua vez, tratou de incluir a utilização da mediação e conciliação na solução de conflitos jurídicos, de maneira que cada vez mais operadores do direito entendem os benefícios da aplicação de métodos consensuais e adequados na solução das divergências dos demandantes..

A mediação é um método consensual de solução de conflito baseado na possibilidade de restabelecimento de comunicação entre os envolvidos, onde as partes com auxílio de um terceiro imparcial, chegam à solução de sua controvérsia.

> A mediação constitui um procedimento de resolução de disputas flexível e não vinculador, na qual um terceiro neutro – o mediador – facilita as negociações entre as partes para ajudá-las a chegar em um acordo. Configura-se como uma característica própria que consiste em experimentar as discussões tradicionais para se obter um acordo e ampliar as opções de resolução, frequentemente além dos pontos jurídicos envolvidos na controvérsia. (HIGHTON, ALVAREZ, 1999, p. 189)

O intuito da mediação é que os envolvidos despertem de recursos pessoais, por intermédio de uma pessoa neutra e treinada, para transformar suas divergências em oportunidade, construindo novas alternativas para enfrentar e prevenir conflitos (BARBOSA, 2003, p; 54)

A mediação é fundamental principalmente nas relações duradouras, como por exemplo nos casos que envolvem direito de família, como por exemplo quando há ocorrência de alienação parental.

É extremamente necessário afastar as características negativas que geraram o conflito, sendo o momento da sessão a tentativa de um momento de reflexão, uma oportunidade de melhor desenvolvimento da relação.

Na mediação o terceiro facilitador auxilia a trazer a visão positiva do conflito entre os pares, buscando diminuir a hostilidade e buscar uma solução satisfatória. Logo, as partes são as protagonistas, superando

[4] A Resolução 125 de 2010 do Conselho Nacional de Justiça foi um grande marco para a inclusão reconhecimento dos métodos autocompositivos de solução de conflito como ferramentas de acesso à justiça e pacificação social. A resolução na época pretendia estipular novas políticas para a solução de conflito, assegurando tratamento adequado na solução de controvérsias. Além disso, a resolução trazia diretrizes e fundamentos para a aplicação da conciliação e mediação, criando uma estrutura organizacional para a utilização de métodos não adversariais, regras para a capacitação de conciliadores e mediadores, tratando de um regulamento para a aplicação da dos métodos.

Após a resolução a criação de Centros Judiciários de Solução de Conflitos (CEJUSC) tornou-se mais disseminada, permitindo para as partes a aproximação da população com o judiciário permitindo seu empoderamento na solução de divergências no âmbito pré-processual e processual

[5] Em seu primeiro capitulo o Código de Processo Civil já prevê a introdução de métodos conciliatórios sempre que possível e que tais métodos devem ser estimulados por juízes, advogados, por defensores e pelo ministério o público (art. 3º, §2º e 3§).

resistências e antagonismos da posição que se encontra no conflito (TARTUCE, 2008, p. 230)

A busca em restabelecer os vínculos e a estimulação dos objetivos comuns entre as partes se faz presente, a mediação trata o conflito positivamente e de forma natural, algo comum das relações humanas.

> (...) a mediação se define principalmente como um processo de comunicação ética baseado na responsabilidade e autonomia dos participantes, no qual um terceiro – imparcial, independente, neutro e sem poder decisório ou consultivo com uma única autoridade que lhe foi reconhecida pelos mediados – propicia mediante entrevistas confidenciais o estabelecimento ou restabelecimento da relação social, a prevenção ou a solução da causa. (AMARAL, 2009, p.91)

Assim, utilizando a mediação os envolvidos têm a oportunidade de restabelecer a comunicação, de maneira que as partes possam ouvir o outro, entender o conflito, utilizar da compreensão da escuta ativa e pacífica para alcançar uma solução de ganhos mútuos.

Esta mudança no processo conflituoso traz a participação ativa das pessoas em seus próprios conflitos e a oportunidade das pessoas ofendidas e magoadas poderem falar de suas aflições, tendo em vista que, muitas vezes o conflito possui mais cunho sentimental (ofensa, magoa, raiva, sensação de injustiça) do que jurídico.

> A inclusão das pessoas no modo de gerir o conflito e a promoção de sua pacificação serão alcançadas quando os envolvidos tiverem chance de dar voz a suas percepções e promoverem a busca de seus interesses de forma clara e serena no ambiente favorável a facilitação do diálogo (TARTUCE, 2013, p. 45)

O primeiro passo para conseguir alcançar o resultado pretendido é entender, compreender e descobrir os motivos intrínsecos ou jurídicos que resultaram na situação conflituosa. A busca em vencedor e perdedor não tem vez no processo de mediação.

O mediador tem como grande tarefa auxiliar as partes neste processo, sem intervir ou opinar. O seu papel é auxiliar o restabelecimento da comunicação, a recriação de vínculos.

> [...] o papel do interventor é ajudar na comunicação através da neutralização de emoções, formação de opções e negociação de acordos. Como agente fora do contexto conflituoso, funciona como um catalisador de disputas, ao conduzir as partes às suas soluções, sem propriamente interferir na substancias desta. (PINHO, 2010, p. 77)

Quando se utiliza a mediação diminui-se a possibilidade de novas controvérsias e a dimensão do conflito acaba diminuindo, possibilitando que a relação prejudicada por sentimentos de rancor e raiva venha a se restabelecer.

Além disso, é possível analisar que com essa nova forma de enxergar o conflito, se resguarda a possibilidade de haver uma relação amigável de maneira duradoura entre as partes eis que tiveram apoio do mediador para tal feito.

As partes no processo de mediação estão incluídas totalmente no contexto de sua controvérsia, e como consequência serão protagonistas da construção de sua solução com opções satisfatórias.

> Para viés da mediação transformativa, esse meio consensual deve extrapolar os limites a simples resolução da controvérsia e permitir a mudança na relação entre as pessoas; com tal transformação busca-se evitar que problemas ressurjam e pactos sejam descumpridos. As disputas não devem ser vistas como problemas, mas como oportunidade de crescimento e transformação. A mediação deve propiciar empoderamento (tomada de consciência ao interagir no espaço decisório) e reconhecimento (admissão de legitimidade) da outra pessoa. A meta preconizada pela mediação transformativa é modificar a ligação entre os envolvidos: não importa se é celebrado ou não acordo, desde que haja transformação na forma de se relacionarem. (GABBAY, TARTUCE, FALECK, 2013 p 47- 48)

A mediação não objetiva o acordo, sendo esse mera consequência, tendo em vista que a prioridade é a comunicação e o tratamento do conflito, empoderando os envolvidos em dirimir suas demandas sem necessidade de um terceiro para intervir, modificando o modo adversarial que é comum em demandas judiciais.

> O uso da mediação, além de solucionar disputas, tem efeitos educativos, na medida em que promove o empoderamento individual, dando consciência as pessoas de suas próprias autonomias e promove a consciência a respeito do outro, ensinando a respeitar as necessidades e interesses dos que estão a nossa volta. A mediação melhora a comunicação entre as pessoas, tornando mais harmônica a convivência em sociedade, o que, ao fim gera uma coesão social e previne litígios (COELHO, 2015, p. 118-119)

Quando há um processo judicial no qual o juiz faz a decisão final do objeto da demanda, sempre há um ganhador e um perdedor, já na mediação na mediação o imperativo é o "ganha-ganha", ou seja, ambos são vencedores, não há perdedor.

Na mediação se valoriza a obtenção de acordo que obtenha recíproca satisfação, por técnicas, o mediador orienta e coordena as atividades da sessão por meio de uma negociação (GARCEZ, 2001, p. 21).

Nota-se que a mediação é um instrumento diferenciado e benéfico para tratar conflitos familiares, eis que não somente discute-se direitos, trata-se de sentimentos, desilusões magoas que serão tratados com auxílio do terceiro facilitador.

Na área de Direito de Família as relações não se rompem totalmente, principalmente quando se trata de casos onde há crianças envolvidas, portanto apenas o processo judicial acaba por fomentar as controvérsias, desencadeando no aumento da animosidade.

> A mediação tem aplicabilidade diante de conflitos crônicos, que se prolongaram no tempo, onde há vínculo emocional e possível convivência futura, ou quando se deseja evitar a onerosidade e a morosidade processual, ou não há interesse na instauração de processo judicial por ambas as partes. De forma que, por este instituto, terão a valoração das emoções, satisfação emocional, reestabelecimento da autoconfiança, real percepção da situação, visão de perspectivas pela recuperação psíquica (PEREIRA ALVARENGA; ALANY, 2019, p. 13)

É possível notar, portanto, que sua aplicação no direito de família pode trazer inúmeros benefícios, bem como a prevenção e tratamento nos casos de alienação parental.

A MEDIAÇÃO COMO INSTRUMENTO ADEQUADO PARA PREVENÇÃO E TRATAMENTO DA ALIENAÇÃO PARENTAL.

A mediação se faz útil e necessário no tratamento dos conflitos familiares, como pontuado tem um grande papel em restabelecer a comunicação das partes envolvidas permitindo que situações conflituosas que são levadas ao universo jurídico sejam tratadas de maneira adequada.

Ao falar da mediação familiar, Aguida Arruda Barbosa, aduz que o conflito conjugal e o fim do relacionamento são causas à animosidade entre o casal, que acarretam violência emocional causando danos morais e psíquicos inclusive nos filhos, os quais podem ocasionar em danos irreversíveis logo é fundamental que esses conflitos sejam tratados adequadamente.

> [...] o encaminhamento para uma instância de mediação familiar interdisciplinar é a ferramenta mais adequada, vista sob o efetivo e único conceito atribuível a esse jovem instituto. Mediação – que se distingue do conceito de conciliação, que visa ao acordo, exclusivamente – tem por objeto, em sua essência, o restabelecimento da comunicação humana, devolvendo aos protagonistas a capacidade criativa e a responsabilidade pelas escolhas passadas, presentes e futuras. Em lugar da violência muda, cria-se espaço para a circularidade do poder da palavra (BARBOSA, 2015, p. 53)

Na Alienação Parental é possível perceber pessoas fragilizadas por um término de relacionamento por exemplo onde misturam suas condutas e sentimentos pessoais com suas atitudes em relação aos filhos, neste sentido iniciam uma campanha de desconstrução da imagem de um dos genitores em relação ao filho.

Embora a Alienação Parental pode ser iniciada muito antes de haver um processo judicial é possível que essa seja tratada ou até evitada através da mediação.

Arborização Urbana das Principais Vias Públicas da Cidade de Japruca – MG: Uma Abordagem Quantitativa. Ignácio, Ione Cavalcante. Págs. 52 – 68

Quando há o rompimento da relação conjugal comumente se dá início aos processos de divórcio, guarda, visitas e alimentos. Nestes procedimentos a utilização da mediação já é capaz de evitar que o conflito tome proporções piores chegando na prática de alienação parental.
A utilização da mediação de início dos processos, ou até sua utilização voluntaria pre processualmente é capaz de criar uma confiança e diálogo entre os envolvidos, através do mediados essas partes fragilizadas podem restabelecer o respeito mútuo e comunicação, evitando assim que tomem posse dos envolvidos a raiva pura e simplesmente.
Assim, nota-se que a participação da mediação de antemão já facilita o entendimento das partes a desenvolverem uma forma pacífica de resolver suas divergências.
Em casos que a Alienação Parental ganhou proporções maiores a utilização da mediação pode beneficiar que essa síndrome seja tratada, principalmente entre os genitores.
Acontece que quando há o rompimento da união, os genitores se veem responsáveis por tomar inúmeras decisões, quanto a guarda, pensão, visitas, partilha, nas quais a animosidade do término impedem de ser resolvido de maneira pacifica, deflorando assim as magoas e ressentimentos da união na solução dessas decisões que normalmente chegam ao judiciário em situação de total ausência de diálogo entre os envolvidos.
Em um processo judicial a Alienação Parental deve ser constatada com muita austeridade, eis que algumas das penalidades da lei são severas e podem causas mais danos à criança.

> A apreciação da ocorrência de alienação parental exige especial prudência e bom-senso pelo magistrado, precisando estar assessorado de laudos periciais (psicológico, psiquiátrico, psicossocial...), com a intervenção imprescindível do Promotor de Justiça, velando pelo melhor interesse infantojuvenil, não se deixando levar pelas circunstâncias e alegações formuladas de cada parte- que, invariavelmente, tem uma visão unilateral e interessada da dissolução do relacionamento (FARIAS, ROSENVALD, 2016, p. 114)

Nota-se a responsabilidade do magistrado, do promotor e dos advogados em promover o bem estar da criança também, a mediação familiar nesses casos pode apaziguar os ânimos da situação conflituosa.
A ausência de diálogo nesses casos está presente na relação, assim para que não se de continuidade ao litígio é necessário o tratamento dessa situação. Um benefício que trazem a mediação nesse contexto é a oportunidade das partes revelarem sentimentos, angustias, mágoas para que futuramente possam separar esses sentimentos negativos das decisões que precisam tomar.
Ocorre que o judiciário por si só não é capaz de tratar um conflito familiar, pois a função do juiz é decidir a solução que melhor entende para o caso, baseado apenas na lide e em sua composição, não sendo permitido a ele

considerar o todo do conflito, logo, o processo comum não é capaz de dirimir conflitos tão complexos nos quais é necessário a continuidade da relação os genitores.
A mediação por sua vez busca o tratamento do conflito existente com intuito de que os envolvidos tenham oportunidade de restabelecer uma conexão, podendo dialogar com mais racionalidade em suas divergências de forma menos traumática possível.
A mediação não busca efetivamente o acordo, sua função é o tratamento do conflito, sendo o acordo apenas consequência de um restabelecimento prospero de comunicação.
Assim a mediação familiar tem objetivos enraizados na própria relação existente por trás do conflito.

> [...] a continuação das relações paternais, para a manutenção da estabilidade e significativos relacionamentos do filho com ambos os pais; a responsabilidade conjunta nas decisões a serem tomadas em relação aos filhos; o equilíbrio entre deveres e direitos dos pais junto aos filhos; a
> comunicação entre os genitores para levarem adiante um projeto educativo compartilhado; a colaboração dos pais na gestão dos filhos; o clima de confiança recíproca que permita manter um nível de respeito recíproco entre os pais (CALMON, 2007, p. 127)

Logo, a mediação utiliza do diálogo e da escuta ativa para estabelecer aos envolvidos entendimentos adequados para o momento presente e futuro da relação familiar, transformando o conflito fornecendo harmonia na relação entre os genitores com os filhos.
O objetivo da mediação não é encerrar a controvérsia pura e simplesmente, mas fazer com que os envolvidos entendam os sentimentos intrínsecos que os levaram a permitir que a controvérsia tome proporções maiores do que o necessário, correndo o risco de prejudicar aqueles mais frágeis dessa relação, os filhos.
É evidente portanto considerar, que o mecanismo da mediação é adequado para o tratamento e prevenção dos conflitos familiares, principalmente para ser evitada a alienação parental ou na do tratamento da alienação já detectada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa demonstra que a Alienação Parental, é presente em inúmeras relações familiares, sendo que sua definição é clara em dizer que se trata de uma campanha de desmoralização de um dos genitores, de maneira consciente ou não.
As crianças que estão submetidas nessa manipulação, por um adulto que deveria zelar pelo seu bem-estar, acabam tendo prejuízos psicológicos e afetam o desenvolvimento pleno do infante.
As crianças e adolescentes precisam de um ambiente familiar harmônico e que haja diálogo e carinho de ambos os genitores, assim a alienação parental deve ser combatida com as ferramentas que estão há disposição.

Arborização Urbana das Principais Vias Públicas da Cidade de Japruca – MG: Uma Abordagem Quantitativa. Ignácio, Ione Cavalcante. Págs. 52 – 68

Sabe-se que nas relações familiares os conflitos poderão surgir em qualquer tempo, mas a maneira de tratar eles influência para que se restabeleça o diálogo entre os envolvidos, eis que dependeram de comunicação durante toda formação de seus filhos menores.
A legislação brasileira contempla a Alienação parental definindo e exemplificando situações que se enquadram neste instituto, bem como fornece diretrizes para aplicação de sanções quando constatada sua ocorrência.
Nota-se que atualmente o incentivo na autocomposição e na formulação de tratamento aos conflitos faz parte da rotina jurídica e deve ser incentivada.
A mediação é um mecanismo de solução de conflito no qual se busca o tratamento do conflito de maneira que as pessoas envolvidas tenham oportunidades de expor suas aflições intrínsecas que desencadearam a divergência.
Ainda, a mediação objetiva que as partes se comuniquem de maneira adequada, com cooperação e respeito amenizando a negatividade outrora existente na controvérsia que se encontram.
Assim, nota-se que a utilização da mediação familiar e principalmente nos casos onde se percebe a existência da Alienação Parental o processo judicial comum não é capaz de solucionar o conflito de maneira eficaz, tendo em vista que o objeto é o pedido em questão e não os sentimentos que levaram ao ponto crucial da situação.
Logo conclui-se que a mediação familiar é capaz de proporcionar aos envolvidos melhor discernimento na solução de suas controvérsias, buscando o diálogo ativo e pacífico, evitando que situações como a Alienação Parental tomem proporções devastadoras aos envolvidos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JUNIOR, Jesualdo Eduardo de. **Comentários à lei da alienação parental - LEI 12.318, de 26 de Agosto de 2010** . Revista Jurídica da Toledo de Presidente Prudente. Vol. 14, Ano 2010.

AMARAL, Márcia Terezinha Gomes. **O Direito de Acesso à Justiça e a Mediação.** Rio de Janeiro: Lumem Juris, 2009.

BARBOSA, Águida Arruda. **Mediação familiar interdisciplinar**. São Paulo: Atlas, 2015

BARBOSA, Àguida Arruda. **Mediação Familiar: instrumento transdisciplinar em prol da transformação dos conflitos decorrentes das relações jurídicas controversa**s. Dissertação (Mestrado) – Direito Civil. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (orientador Roberto João Elias). 2003

BARRETO, Fernanda Carvalho Leão. **Abandono Afetivo e alienação parental podem ser causa de deserdação?** *In:* DIAS. Maria Berenice; PEREIRA, Rodrigo da Cunha (Coord). Família e Sucessões, Polemicas, tendências e inovações. Belo Horizonte: IBDFAM, 2018.

BRASIL. Lei nº 12.318, de 26 de agosto de 2010. **Lei da Alienação Parental**. Brasília, DF, 26 ago. 2010.

CALMON, Petrônio. **Fundamentos da mediação e da conciliação***.* Rio de Janeiro: Forense, 2007

CALMON, Petrônio. **Fundamentos da mediação e da conciliação***.* Rio de Janeiro: Forense, 2007.

COELHO, Eleonora**. Desenvolvimento da Cultura dos Métodos Adequados de Solução de Conflitos: Uma urgência para o Brasil**. In ROCHA, Caio Cesar Vieira; SALOMÃO, Luis Felipe (Cords.). Arbitragem e Mediação – a reforma da Legislação Brasileira. São Paulo: Atlas, 2015.

COSTA, Ana Surany Matins. **Quero te amar, mas não devo: a Síndrome da Alienação Parental como elemento fomentador das famílias compostas por crianças órfãs de pais vivos**. Revista Síntese Direito de Família, vol. 12, 2010

DIAS, Maria Berenice. **Alienação Parental e suas consequências**. Disponível em http://www.mariaberenice.com.br/uploads/ aliena%E7%E3o_parental_e_suas_consequencias.pdf. Acesso em 10 de julho de 2019

DIAS, Maria Berenice. **Alienação parental: uma nova lei para um velho problema!** Disponível em http://www.mariaberenice.com.br/uploads/aliena%E7%E3o_parental_-_uma_nova_lei_para_um_velho_problema.pdf. Acesso em 22 de agosto de 2019

DIAS, Maria Berenice. ***Manual de direito das famílias***. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

FALECK, Diego. TARTUCE, Fernanda. **Introdução Histórica e Modelos de Mediação**. *In*: TOLEDO, Armando Sergio Prado; TOSTA, Jorge; ALVES, José Carlos Ferreira (Coord.). Estudos Avançados da Mediação e Arbitragem**.** Rio de Janeiro: Ed. Elsevier, 2014, p. 171-189.

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Curso de direito civil: famílias I**. 9. ed. rev. e atual. Salvador: JusPodivm, 2016.

FONSECA, Priscila Maria Pereira Corrêa da. **Síndrome de alienação parental**. Pediatria: São Paulo, 2006.
FRANÇA,Gabriela Sousa Veloso. **A síndrome da alienação parental: Importância do valor e da conscientização da mediação familiar:Peru: Revista Derecho Y Cambio Social, Ano 6, Nº 18 2009**

GABAY, Daniela; FALECK, Diego; TARTUCE, Fernanda. **Meios alternativos de solução de Conflitos**. Rio de Janeiro; FGV, 2013

GARCEZ, José Maria Rossani. **Negociação, ADRs, Mediação, Conciliação e arbitragem.** 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Iuris, 2004. p. 71

GARDNER, R. A. **O DSM-IV tem equivalente para o diagnóstico de Síndrome da Alienação Parental (SAP)?** Tradução de Rita Rafaeli. Disponível em: <http://www.alienacaoparental.com.br/textos-sobre-sap-1/o-dsm-iv-tem-equivalente>. Acesso em: 27 agosto de 2019.

MACHADO, Anna Catarina Fraga. A **mediação como meio eficaz na solução do conflito**. In SILVA. Luciana Aboim Machado Gonçalves da. (org) Mediação de Conflitos. São Paulo: Atlas, 2013

MADELENO, Rolf. **Direito de Família**. Rio de Janeiro: Forense, 2017.
PEREIRA ALVARENGA, Jaqueline; ALAMY, Naiara Cardoso Gomide da Costa. **A Mediação Como Instrumento De Educação Multidisciplinar E Interdisciplinar Em Face À Síndrome Da Alienação Parental: Uma Abordagem Voltada Ao Melhor Interesse Da Criança E Do Adolescente**. Cadernos da Fucamp, v. 18, 2019 p. 1-24. Disponível em http://www.fucamp.edu.br/editora/index.php/cadernos/article/view/1700. Acesso em 01 de setembro de 2019

PINHO, Humberto Dalla Bernadino de. **A mediação e a necessidade de sua sistematização no processo civil brasileiro**. Revista eletrônica de direito processo. Revista eletrônica de direito processual v. 5, 2010.

SILVA, João Ricardo Anastácio da; BOLDO, Tuany Martins. A atuação do poder judiciário nos casos de alienação parental. **Revista Jurídica da UniFil**, [S.l.], v. 15, n. 15, p. 213-220, jun. 2019. ISSN 2674-7251. Disponível em: <http://periodicos.unifil.br/index.php/rev-juridica/article/view/1091>. Acesso em: 03 setembro de 2019

TABORDA, José G. V. **Exame Pericial Psiquiátrico**. In: TABORDA, José, G. V.; CHALUB, Miguel; ABDALLA-FILHO, Elias. Psiquiatria Forense. Porto Alegre: Editora Artmed, 2004.

TARTUCE, FERNANDA. **Mediação nos Conflitos Civis**. São Paulo: Método, 2008

TARTUCE, FERNANDA. **Técnicas de Mediação**. In SILVA. Luciana Aboim Machado Gonçalves da. (org) Mediação de Conflitos. São Paulo: Atlas, 2013

TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado; BENTZEEN, Ana Luiza Capanema Bahia Von. **Síndrome da Alienação Parental**. *In*: ZIMERMAN, David; COLTRO, Antônio Carlos Mathias –(org.) Aspectos Psicológicos na Prática Jurídica. Campinas: Editora Milennium, 2005.

TRINDADE, J. **Manual de psicologia jurídica para operadores do direito.** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.

VELLY, Ana Maria Frota. **A Síndrome da Alienação Parental: uma Visão Jurídica e Psicológica. Revista Síntese** Direito de Família, vol 12, n.º 62, 2010.

IMPORTÂNCIA DE FORMAÇÃO DOS GRUPOS NAS ESFs PARA ADESÃO AO TRAMENTO ANTITABAGISMO.

Barbosa, Elaine da Silva Avila Bassani

RESUMO

Introdução: O tabagismo tem se constituído em um problema de saúde pública, tendo em vista a extensão de sua abrangência, bem como os malefícios que causam à população fumante e não fumante. Este estudo teve como objetivo verificar adesão ao tratamento antitabagismo nos grupos de tabagismo nas ESFs, por meio de uma revisão em produções científicas. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa de revisão bibliográfica, descritiva, exploratória por meio de busca *on-line* em trabalhos indexados nas bases de dados da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), Lilacs, PubMed e Scielo, considerando as publicações nacionais no período compreendido entre 2007 e 2019. **Resultados e discussões:** As consequências do uso do tabaco e as causas que levam ao vício assim como a prevalência estão mais presente entre os indivíduos do sexo masculino, mas com um crescente entre as mulheres; constatou-se que indivíduos jovens, especialmente crianças e adolescentes tem se iniciado no vício, levando às dificuldades de tratamento. Verificou-se ainda que não existe na literatura uma clara relação entre a escolaridade e o tabagismo. Por fim, identificou-se várias dificuldades de combate ao vício, especialmente as relacionadas aos fatores associados e que em vários grupos antitabagistas, as terapias combinadas têm surtido melhor efeito com melhores resultados. **Considerações finais:** Contudo observou-se que as dificuldades relacionadas à adesão ao tratamento dizem respeito aos fatores associados a este, como ansiedade, estresse e ambiente propício. Constatou-se que a melhor alternativa para o combate ao tabagismo é a terapia combinada com uso de reposição de nicotina e terapia comportamental, sendo fundamental, neste contexto, a atuação do profissional de enfermagem, junto aos grupos de apoio nas unidades básicas de saúde, em especial o ESF, no acompanhamento e aconselhamento de pacientes na busca do alcance dos objetivos propostos.

Palavras-chave: Tabagismo. Grupo. Tratamento. Adesão.

INTRODUÇÃO

O hábito de fumar cigarros ou assemelhados é muito antigo. Foi, há alguns anos, considerado sinônimo de status e até mulheres desenvolveram o costume como forma de independência e/ou por ser

"social". No entanto, os malefícios do fumo são muito graves, podendo levar à morte. É um problema de saúde pública e, de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2015), constitui-se numa das principais causas de morte no planeta.

O Instituto nacional do Câncer (INCA, 2011), calcula que cerca de cinco milhões de pessoas morram no ano, em todo mundo, vítimas de algum problema relacionado ao hábito de fumar, sendo 200 mil no Brasil. O mais preocupante neste contexto, conforme Reinaldo et al. (2010), é que juntamente com o álcool, no Brasil, o cigarro é a droga mais difundida entre os jovens e adolescentes, atingindo crianças de até 10/12 anos de idade.

A campanha para combate ao tabagismo tem sido desenvolvida principalmente pelos organismos de saúde, e seu ponto de encontro com o usuário são as Unidades Básicas de Saúde (UBS), especialmente das Estratégias de Saúde da Família (ESF). A formação de grupos, os estímulos dados pelas campanhas, bem como seu controle tem sido importante no auxílio àqueles que pretender largar o vício. De acordo com dados da OMS de 2014 (OMS, 2015), existem mais de 2,5 bilhões de fumantes no mundo e o dado mais alarmante é que mais da metade deles terá morte prematura, vítima de alguma enfermidade cujo principal responsável é o fumo. Além disso, segundo ainda a mesma organização, o crescimento do hábito de fumar, cigarros ou assemelhados, cresceram muito nos últimos anos entre jovens com idade de 10 a 17 anos. O combate ao tabagismo implica em poupar não apenas numa economia ao país, com diminuição das internações, dos custos com medicamentos, entre outros, mas também numa economia de vidas. Além da qualidade de vida, o indivíduo não fumante, ou mesmo aquele que parou de fumar, resgata maior convívio social. O combate ao vício deve ser intenso e constante, com acompanhamento e incentivo para que o ex-fumante não retorne ao vício e tenha plena consciência dos malefícios causados pelas suas escolhas.

Assim, as ações que envolvem o estímulo ao fim do hábito de fumar são extremamente importantes e devem ser levadas a termo nos organismos ligados à saúde. Nas ESFs esse trabalho é desenvolvido por meio de grupos de apoio, com reuniões periódicas e atividades que permite ao fumante/ex-fumante se sentir vitorioso. Sendo assim, verificar como as ações desenvolvidas na unidade de saúde em pesquisa estão sendo eficientes ao grupo é importante, justificando este estudo. Além disso, é importante lembrar que os profissionais de saúde desempenham um papel de extrema importância na luta contra o tabagismo.

O que levou à escolha do tema e ao desenvolvimento deste estudo é a experiência vivenciada pela pesquisadora no município de Capão da Canoa, numa unidade do Programa ESF, que vem desenvolvendo estratégias para a adesão ao combate ao tabagismo, por meio da formação de grupos que são orientados em encontros semanais com

vistas a formas de deixar o fumo e por incentivos nos encontros grupais. E é com base nestas ações e na experiência da pesquisadora que será desenvolvida esta pesquisa de revisão.

Este estudo tem como base uma pesquisa qualitativa, com o objetivo de investigar as ações empreendidas em grupos de apoio para o combate ao tabagismo, tendo como parâmetros as informações disponíveis no campo científico. Portanto, trata-se de uma pesquisa descritiva, de caráter exploratório e bibliográfico, que investigou, com base na literatura científica específica, as ações e iniciativas desenvolvidas pelas UBS em seus grupos de apoio para o combate ao tabagismo e apoio psicológico aos pacientes. A análise de dados foi realizada através da comparação entre os estudos e pesquisas levantadas em artigos publicados nas bases de dados da BVS, do Lilacs, Scielo e PubMed. Os dados expostos relatam as ações realizadas por profissionais o campo do combate ao tabagismo e a importância da atuação destes nas unidades básicas de saúde.

O vício do cigarro, como de tantas outras drogas consideradas lícitas, é recorrente no mundo e, em algumas regiões, considerado parte da cultura popular. No entanto, os males causados por esta prática têm sido muito significativos e os gastos de verbas públicas e privadas no combate ao tabagismo, bem como no tratamento de doenças a ele vinculadas ou decorrentes são exorbitantes, de acordo com Batista et al. (2014).

Este capítulo aborda o tabagismo em suas facetas múltiplas, desde o seu consumo pelo mundo, suas consequências e formas e dificuldades do seu tratamento. É importante um amplo debate para se conhecer e entender as dificuldades e as maneiras de abordagem do paciente, visando à eficácia das ações empreendidas neste contexto.

Apesar de ainda ser um hábito comum entre grande parte da população mundial, difundindo-se de forma muito acelerada entre jovens, o consumo do tabaco constitui-se em fator de risco para seis das oito causas principais de morte no mundo, entre as quais, Oliveira et al. (2008) apontam as doenças cardíacas isquêmicas, infecções das vias aéreas inferiores, acidentes vasculares cerebrais e o câncer de pulmão. Um dos principais problemas relacionados ao uso contínuo do tabaco apontados por Levy et al. (2015), é o comprometimento do sistema cardiorrespiratório, que acarreta sequelas como acúmulo de secreção, falta de ar decorrente do comprometimento das trocas gasosas com consequente perda gradual da capacidade de execução das atividades da vida diária, destruição tecidual, hipertensão arterial, dentre outras.

Buscar formas de controlar o uso do tabaco vem se tornando uma prioridade da saúde pública, tendo em vista que, de acordo com Nunes et al. (2011), dentre as causas de mortalidade que podem ser prevenidas, o tabaco é a maior delas. No entanto, para as autoras, isso não é tarefa simples, pois demanda uma série de ações que envolvem políticas de saúde, prevenção, acompanhamento e tempo de uso, dos próprios

componentes pessoais do tabagista envolvidos, como tempo de exposição ao tabaco, condições socioeconômicas, força de vontade, entre outros.

A importância do combate ao tabagismo é expressa nas inúmeras campanhas que os governos têm implementado, tentando conscientizar a população dos perigos desse hábito. O tratamento preventivo e ações de recuperação se tornam os caminhos mais efetivos para diminuir os prejuízos causados com o vício.

Conforme o relatório elaborado pela OMS (2015) e referido por Levy et al. (2015), e que foi divulgado para marcar o Dia Mundial sem Tabaco em 2015, a concentração de fumantes do planeta é de 80% nos países em desenvolvimento. E nestes, aqueles indivíduos que vivem na pobreza ou precárias condições de higiene e sanidade são os que estão mais propensos a adotar o hábito de fumar, gastando dinheiro que poderia ser usado para a compra de alimentos ou em educação.

E o exemplo mais claro é o do Brasil, onde, segundo a OMS (2015), pessoas que tiveram acesso reduzido à educação são cinco vezes mais propensas a fumar do que quem completou o ensino médio e ao ensino superior.

Na prática clínica, Pons (2011) indica a combinação de tratamento farmacológico associado à terapia comportamental. Segundo a autora, a farmacoterapia é freqüentemente recomendada e a terapia de reposição de nicotina (TRN) pode ser eficaz mesmo quando isolada. No entanto, Souza e Silveira (2007) e Silva et al. (2008), asseveram que esse tipo de terapia tem sua efetividade aumentada se for associada a abordagens comportamentais.

Dessa forma, considera-se que um bom tratamento antitabagismo baseia-se fundamentalmente numa abordagem cognitivo-comportamental concomitantemente com a terapia medicamentosa, conforme Manzano et al. (2011) E uma breve revisão da literatura mostra eficácia no tratamento do fumante com esta conjugação de elementos, que contribuem, sobremaneira, para atenuar os efeitos da nicotina sobre o organismo e minimizar a tabacodependência. No que se refere à prevenção e diminuição da prevalência do tabagismo, o Brasil tem sido referência em ações de combate ao vício, por meio do Programa Nacional de Controle do Tabagismo e outros Fatores de Risco de Câncer (PNCTOFR). Silva et al. (2014) destacam a regulação do mercado de cigarros e similares, banindo os descritores das embalagens e inserindo imagens e frases nos maços de cigarros com alertas sobre os riscos e doenças associadas. De acordo com o INCA (apud MANZANO et al., 2013), muitos indivíduos apresentam alterações comportamentais e de humor quando param de fumar, o que pode levar ao retorno ao vício. Conforme os autores, "alguns indivíduos quando param de fumar podem apresentar alterações físicas, ansiedade, dificuldade de concentração, irritabilidade, desejo incontrolável de fumar, o que caracteriza a Síndrome de Abstinência" (p. 86).

De acordo com Portes et al. (2014) as reações relatadas por fumantes ao abandonar o vício são fatores predisponentes ao retorno e, ao mesmo tempo, empecilhos para o abandono do mesmo. Entre as mulheres, relatam os autores, o medo é de aumento de peso com a abstinência.

Para Kawaguchi (2013), as dificuldades de abandonar o vício estão relacionadas aos fatores associados ao hábito, como ingerir café ou bebidas alcoólicas, situações de estresse ou ansiedade, solidão, cansaço, além de ambientes que propiciem ou estimulem o tabagismo. Além disso, a autora argumenta que o viciado tem que mostrar disposição para o abandono e ter muita força de vontade, sendo importante o aconselhamento e acompanhamento profissional. O combate ao tabagismo é uma árdua tarefa, tendo em vista o alto poder financeiro das indústrias do ramo e seu poder de marketing. Além disso, os componentes do tabaco, especialmente a nicotina, são muito viciantes e são necessárias ações fortes do poder público e muita força de vontade do paciente para superar a "necessidade". Conforme Silva et al. (2014, p. 541), "no Brasil, as imagens e frases de alerta sanitário são, periodicamente, renovadas de forma a atualizar a informação e revigorar a atenção do consumidor".

Nas ações de combate ao tabagismo, a intervenção do poder público, através de estratégias e locais para atendimentos aos dependentes são muito importantes. Silva et al. (2014) destacam os programas governamentais, como o ESF, com a formação de grupos de apoio, bem como "a parceria com o Programa Saúde na Escola (PSE), o qual é uma política de articulação e integração entre as ações desenvolvidas nas escolas e nas UBS, em especial aquelas organizadas por meio do ESF.

Para Portes et al. (2014), as ações desenvolvidas pelas unidas básicas de saúde, no programa de Atenção Primária à Saúde (APS) constitui-se numa das estratégias de grande abrangência e importância no controle e combate ao tabagismo.

A abordagem do tratamento do tabagismo o pode ir além do acompanhamento psicoemocional, necessitando de tratamento medicamentoso. Por isso, é importante, conforme Nascimento et al. (2009), que essa abordagem seja feita por uma equipe multiprofissional. As unidades de saúde, especialmente as ESF estão aparelhadas com uma equipe capaz de atender às necessidades dos indivíduos que pretendem deixar o vício e dar as devidas orientações e fazer de forma adequada o acompanhamento.

Por isso, voltando ao que afirmaram acima Borges e Barbosa (2008), sobre as ações amplas para o combate ao tabagismo, Silva et al. (2014, p. 544) comentam, as ações governamentais abrangentes, através das UBS e do Sistema Único de Saúde (SUS): O tratamento medicamentoso para combate ao tabagismo está disponível duas formas: nicotínico e não nicotínico. Kawaguchi (2013) comenta que os primeiros são terapias de reposição da nicotina (TRN), usados de forma dérmica (adesivo), oral (goma de mascar em pastilhas ou tabletes) ou por aerossol (spray). A

autora ainda relata os pseudocigarros que são os *potentialreducedexposureproducts* (PREP). A terapia não nicotínica é realizada por meio de antidepressivos e o medicamente mais utilizado é o cloridrato de bupropiona, que é um antidepressivo indicado para alguns tipos de depressão e para o tratamento coadjuvante de dependentes de tabaco.

A importância do combate ao tabagismo é expressa nas inúmeras campanhas que os governos têm implementado, tentando conscientizar a população dos perigos desse hábito. O tratamento preventivo e ações de recuperação se tornam os caminhos mais efetivos para diminuir os prejuízos causados com o vício. Devido às dimensões do país, além das dificuldades de acesso a determinadas regiões, as iniciativas que viam o controle do tabaco no Brasil, onde existe tanta influência da indústria do tabaco e do mercado ilícito, representam um desafio. No entanto, de acordo com Tarantino (apud LEVY et al., 2015), qualquer momento é o momento certo para promover e implementar iniciativas e ações de controle do tabaco no Brasil, e isso demanda um trabalho integrados dos organismos de saúde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tabagismo tem se constituído num problema de saúde pública, apesar das ações governamentais para diminuir ou acabar com essa prática. O apelo da indústria e a idade em que o indivíduo começa o vício são preocupantes na medida em que se tornam mais difíceis as ações antitabagismo O estudo mostrou que entre os tabagistas há uma prevalência de indivíduos do sexo masculino, com crescente aumento do número de mulheres fumantes. Também evidenciou que é grande o número de crianças e adolescentes que aderem ao vício, o que dificultaria ainda mais a adesão ao abandono. Quanto ao grau de instrução dos fumantes, não existe uma correlação clara na literatura quanto a isso, mas alguns autores evidenciaram menor taxa de tabagistas entre populações de maior grau de escolaridade.

As dificuldades ao abandono do vício têm uma relação direta com os fatores associados, em que se destacam o estresse, a ansiedade, a solidão e o próprio ambiente de convívio. Muitas vezes são estes que dificultam a adesão ao tratamento ou levam à reincidência.

Entre os métodos recomendados pela literatura, destacam-se a terapia comportamental através dos profissionais de saúde, e a terapia comportamental associada à terapia medicamentosa, com reposição de nicotina com cloridrato de bupropiona, que tem eficiência maior do que o uso isolado de um ou outro método. Neste contexto, a participação do profissional de enfermagem no acompanhamento e aconselhamento aos grupos de apoio, além do conhecimento das particularidades do paciente, dentro das unidades básicas de saúde tem se mostrado fundamental para o alcance dos objetivos propostos.

Além disso, as ações governamentais têm auxiliado muito neste sentido, inibindo o consumo e restringindo a venda. Por isso, conclui-se que as ações de combate ao tabagismo devem ser integradas, partindo-se de todos os campos, onde a peça fundamental no acompanhamento e aconselhamento é o enfermeiro que atua nas unidades básicas de saúde, especialmente no ESF, onde são formados e atendidos os grupos de apoio.

REFERÊNCIAS

BATISTA, J.A.L.; ALBUQUERQUE, M.F.P.M.; SANTOS, M.L. et al. Associação entre tabagismo e o uso termais de crack com uma descontinuidade da terapia antirretroviral combinada em Recife, Pernambuco, Brasil. **Revista do Instituto de Medicina Tropical de São Paulo.**São Paulo, v.56, n. 2, p. 127-32, mar./abr., 2014.

BORGES, M.T.T.; BARBOSA, R.H.S. Cigarro "companheiro": o tabagismo femininoem uma abordagem crítica de gênero. **Cadernos de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v. 24, n. 12, p. 2834-42, dez., 2008. Física). Faculdade de Educação Física. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

INCA - Instituto Nacional de Câncer. **Pesquisa especial de tabagismo** – PE Tab: relatório Brasil. Rio de Janeiro: INCA/OPAS, 2011.

KAWAGUCHI, E.M. **A importância da utilização de terapias antitabagismo para pacientes dependentes**. Porto Alegre, UFRGS, 2013. TCC (Graduação em Odontologia). Faculdade de Odontologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

KAWAGUCHI, E.M. **A importância da utilização de terapias antitabagismo para pacientes dependentes**. Porto Alegre, UFRGS, 2013. TCC (Graduação em Odontologia). Faculdade de Odontologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

LEVY, C.S.; SILVA, R.M.M.; MORANO, M.T.A.P. O tabagismo e suas implicações pulmonares. **Revista Brasileira de Pesquisa em Saúde**. Vitória, a. 28, v. 3, p 125-129, 2015.

MANZANO, R.M.; AMBROZIN, A.R.P.; RUIZ, N.S. et cl. Avaliação da atenção concentrada e memória em tabagistas com baixa carga-tabégica. **Terapia Manual**. Paris, a. 11, n. 51, p. 85-89, 2013.

NUNES, S.O.V.; CASTRO, M.R.P.; CASTRO, M.S.A. Tabagismo, comorbidades e danos à saúde. In: NUNES, O.V.; CASTRO, M.R.P.

Tabagismo: abordagem, prevenção e tratamento (Org.). Londrina: Eduel, 2011. p. 15-38.

OLIVEIRA, J.D.F. **Avaliação da qualidade de vida de um grupo de tabagistas participantes de um programa interdisciplinar em centro de saúde**: a questão da atividade física. Campinas, UNICAMP, 2008. Dissertação (Mestrado em Educação

OMS - Organização Mundial da Saúde. **Nicotina: o poderoso aditivo**. Genebra: OMS/Centro para Controle e Prevenção de Doenças, 2015.

PONS. I.C. **Perfil dos tabagistas frequentadores do CAPS AD no município de Bagé/RS.** Bagé, URCAMP, 2011. TCC (Curso de Farmácia). Centro de Ciências da Saúde, Universidade da Região da Campanha, Bagé, 2011. Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

PORTES, L.H.; CAMPOS, E.M.S.; TEIXEIRA, M.T.B. et al. Ações voltadas para o tabagismo: análise de sua implementação na Atenção Primária à Saúde.**Ciência& Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 439-448, 2014.

REINALDO, A.M.S.; GOECKING, C.C.; ALMEIDA, J.P. et al. Uso de tabaco entre adolescentes: revisão de literatura. **Revista ElectrônicaSalud Mental Achool y Drogas**. Ribeirão Preto, v. 6, n. 2, p. 350-64, 2010.

SILVA JÚNIOR, A.; SILVA, P.O.M. MESQUISTA, J.M.C. As dimensões teórica e metodológica do grupo focal no contexto da pesquisa qualitativa. In: SOUZA, E.M. **Metodologias e analíticas qualitativas em pesquisa organizacional**. Vitória: EDUFES, 2014.

SOUZA, D.P.O.; SILVEIRA, D.X.F. Uso recente de álcool, tabaco e outras drogas entre estudantes adolescentes trabalhadores e não trabalhadores. **Revista Brasileira de Epidemiologia**. São Paulo, a. 10, n. 2, p. 276-87, mar., 2007.

ARBORIZAÇÃO URBANA DAS PRINCIPAIS VIAS PÚBLICAS DA CIDADE DE JAMPRUCA – MG: UMA ABORDAGEM QUANTITATI VA

Carvalho Filho, Gutembergue Costa de

RESUMO
A Arborização Urbana constitui elemento de suma importância paisagística por desempenhar funções ecológicas como: amenização climática, redução da poluição atmosférica, influência no ciclo hidrológico, elevação da umidade relativa do ar. Dessa forma esse artigo tem o objetivo de realizar um diagnóstico da arborização das principais ruas da cidade de Jampruca. O trabalho foi realizado através de duas campanhas de campo para a coleta de dados e posterior analise. Na cidade foram inventariados 304 indivíduos de 26 espécies diferentes nas 27 ruas estudas. Também foi constatado que 66% do total de indivíduos são de espécies exóticas e apenas 34% de nativas. Baseado nos resultados faz-se sugestões para a arborização viária da área estudada.

PALAVRAS-CHAVE: Arborização Urbana. Jampruca – MG. vias públicas. Sugestões.

INTRODUÇÃO

Com o crescimento das cidades a população se viu cada vez mais distante do verde e das paisagens naturais, ressaltando que o homem teve como habitat natural e primitivo a vida livre desenvolvida nas florestas. E o ambiente cinza e hostil das cidades começava a afetar negativamente a vida, então a população urbana passou a valorizar as plantas e reconhecerem seus benefícios para a qualidade de vida. (SALATINO, 2001).

A Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG (2011) diz que plantas e, em especial, as árvores estão presentes em praticamente todos os continentes, apresentam alto grau de complexidade e de adaptação às condições do meio em que estão inseridas, permitindo assim sua convivência em diversos ambientes como o urbano.

Entende-se por arborização urbana, o conjunto de terras públicas e privadas, com vegetação arbórea, ou ainda, o conjunto de vegetação arbórea natural ou cultivada que uma cidade apresenta em áreas particulares, praças, parques e vias públicas (SANCHOTENE, 1994; SILVA JÚNIOR e MÔNICO, 1994).

Lima (1994) defende que a arborização urbana compreende espécies arbóreas e outros vegetais, plantados na cidade, inclusive nas calçadas. A arborização de vias públicas consiste em trazer para as cidades – pelo menos simbolicamente – um pouco do ambiente natural e do verde das

matas, para satisfazer às necessidades mínimas do ser humano (PEDROSA, 1983).

Dantas, Souza (2004), afirmam que a arborização urbana no Brasil é uma prática relativamente recente em relação aos países europeus, iniciou-se aqui a cerca de 120 anos e a primeira tentativa de inserção dos vegetais nas ruas foi no Rio de Janeiro, por ocasião dos preparativos do casamento de D. Pedro I. Na época os responsáveis pela arborização enfrentaram problemas, pois a população acreditava que a sombra das árvores era responsável por doenças como a febre amarela e o sarampo (ELETROPAULO, 1995).

Os vegetais de porte arbóreo presentes na malha urbana podem apresentar várias funções ecológicas tais como: amenização microclimática através da atenuação da temperatura, redução da poluição atmosférica através do processo de fotossíntese, influência no ciclo hidrológico elevando a umidade relativa do ar e no balanço hídrico, influência nos demais ciclos biogeoquímicos, diminuição da luminosidade, filtra ruídos e pode tornar-se referencial urbano, valoração estética e paisagística (SILVA, PAIVA e GONÇALVES, 2010).

Além das funções que afetam diretamente a vida do homem, a arborização do ponto de vista ecológico é de suma importância. Através dela, pode-se salvaguardar a identidade biológica da região, preservando ou cultivando as espécies nativas. São elas também que oferecem abrigo e alimentação à fauna local e desta forma protegem o ecossistema como um todo.

Contudo, arborizar uma cidade sem critérios traz prejuízos para população e as autoridades (POSSEBON; DIAS e FLORES, 1999). Assim a inserção desses vegetais no meio urbano não é tão simples podendo causar alguns danos aos serviços urbanos (SARTORI NETO, 1998). De acordo com a CEMIG (2011), o ambiente urbano é completamente diferente do ambiente florestal onde as espécies arbóreas evoluíram.

Outro aspecto importante que deve ser observado é o porte das árvores, pois dependendo da altura da árvore pode ocorrer problemas com diversos serviços urbanos, como conflito com a rede area de eletricidade, dutos subterrâneas e encanamentos, o conflito mais visível é o que ocorre com a rede elétrica.

Além dos danos aos serviços urbanos outros aspectos devem ser levados em consideração numa arborização eficiente, nesse sentido Santamour Junior (1990), Milano e Dalcin (200) ressaltam que a maior diversidade de espécies na paisagem urbana se faz necessário para garantir o máximo de proteção contra pragas e doenças, não excedendo mais que 10% de uma mesma espécie, 20% de um mesmo gênero e 30% de uma mesma família.

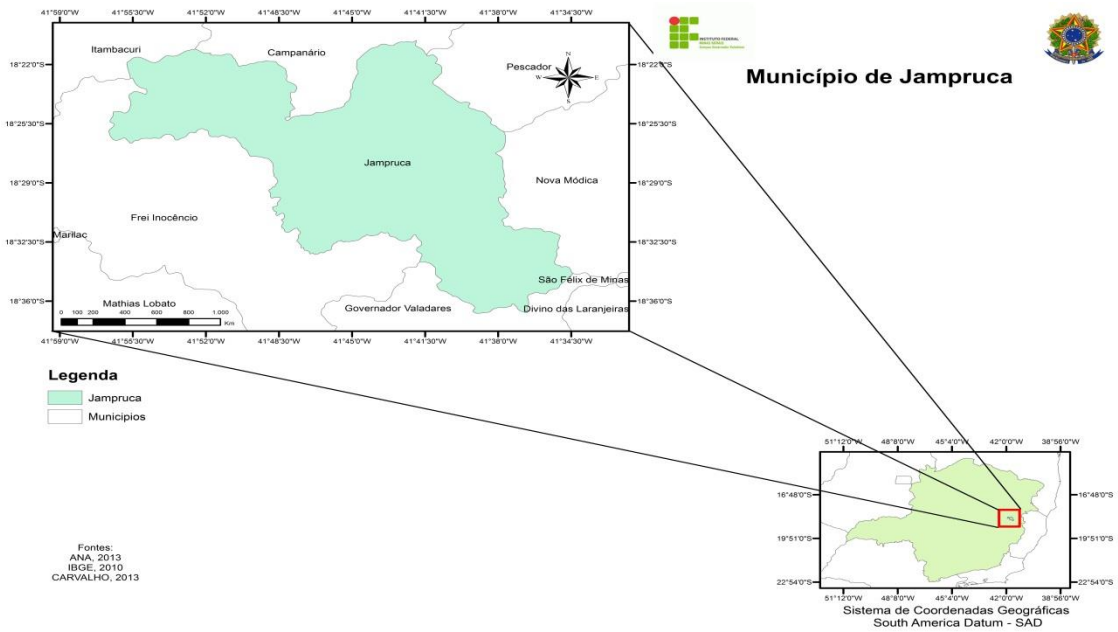
Já para Silva, Paiva e Gonçalves (2010), este valor percentual de indivíduos por espécie deve estar entre 12% e 15%, sem objeções quanto

a famílias e gêneros. Contudo, deve-se evitar a arborização de um bairro ou cidade com uma única espécie. (GRAZIANO, 1994).
Segundo a CEMIG (2001), devem-se privilegiar também espécies com copas expressivas que gerem sombreamento, que produzam aromas agradáveis, sejam eles das flores, folhas ou madeira nativas da flora brasileira recomendada para a arborização viária.
Dantas e de Souza (2004), convenciona que as árvores de porte baixo são as que possuem de 4 a 6 metros de altura. São as espécies que comumente não interferem com a rede eletrica. As espécies de porte médio atingem de 8 a 10 metros de altura e as de grande porte as que se elevam a mais de 10 metros de altura e normalmente são as que interferem com a fiação eventualmente existente.
O trabalho tem sua relevância na aparente deficiência da arborização viária da área de estudo, pelo fato de parecer nunca ter havido um planejamento por parte do órgão público municipal para a arborização urbana da cidade e pela qualidade de vida acrescentada pelas árvores.
Diante desta problemática o presente trabalho que tem como objetivo geral diagnosticar a arborização urbana na cidade de Jampruca - MG e como objetivos específicos estabelecer a classificação botânica através da identificação das espécie e famílias, classificar as espécies arbóreas em exótica ou nativa e se recomendadas ou não para a arborização viária de acordo com literatura específica, quantificar o número de espécies e indivíduos.

CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

Jampruca é um município brasileiro do Estado de Minas Gerais e está localizada na porção Leste, na mesorregião do Vale do Rio Doce (Figura 1). Situa-se a 18° 27’ 46” latitude sul e 41° 48’ 14” longitude oeste, a 200 metros de altitude, dista 370 km da cidade de Belo Horizonte. Possui uma área de 517,095 km², sua população é de 5.067 habitantes, com uma densidade demográfica de 9,80 hab./km^2 (IBGE, 2010). A sede do município fica a cinco quilômetros da BR 116 e o acesso a cidade é feito por ela.

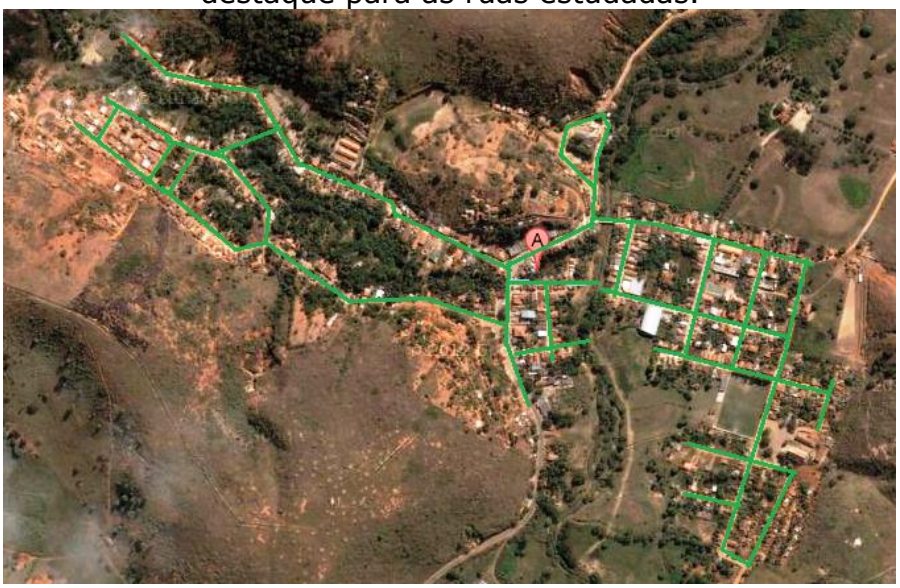
Figura 1 – Localização geográfica do município de Jampruca.



O município encontra-se inserido no Bioma da Mata Atlântica, existem na zona rural do município fragmentos do bioma preservados, contudo no perímetro urbano não há remanescentes, e parques dedicados a sua manutenção.

A área estudada está compreendida dentro do perímetro urbano da cidade. Foram estudas as vinte e sete principais vias públicas, por onde transita a maior parte da população, mercadorias e serviços prestados a sociedade (Figura 2). As ruas são pavimentadas com bloquetes hexagonais, e iluminação pública, com média de largura entre 10 e 12 metros. O estudo contemplou ruas comerciais e domiciliares, áreas nobres e carentes da cidade.

Figura 2 – Imagem de satélite do perímetro urbano de Jampruca- MG com destaque para as ruas estudadas.



Fonte: Google Maps (junho, 2018).

MATERIAIS E MÉTODOS

O presente trabalho trata-se de uma pesquisa exploratória, descritiva e quantitativa. Segundo Cervo, Bervian, da Silva (2007), a pesquisa exploratória é designada como quase cientifica ou não cientifica. A pesquisa exploratória não requer a elaboração de hipótese a serem testadas no trabalho, restringindo-se a definir objetivos e buscar mais informações sobre determinado assunto de estudo.

Já a pesquisa quantitativa se centra na objetividade e é influenciada pelo positivismo, considera que a realidade só pode ser compreendida com base na análise de dados brutos, recolhidos como auxílio de instrumentos padronizados e neutros. A pesquisa quantitativa recorre à linguagem matemática para descrever as causas de um fenômeno, as relações entre variáveis (FONSECA, 2002).

O método utilizado para coleta de dados foi o quantitativo. Todos os indivíduos foram contabilizados, não sendo levadas em considerações aspectos qualitativas como altura, raízes, copa.

A coleta de dados foi realizada em duas campanhas de campo nos dias 09 e 20 de janeiro com duração de seis horas cada, perfazendo um total de 12 horas. Os dados foram anotados em planilhas (Apêndice 1), para garantir a exatidão e eliminar as chances de erros na contagem.

As planilhas tiveram seus dados digitalizados para o programa Excel® do pacote Office®, onde os indivíduos foram identificados de acordo com o Lorenzi (1989) e organizados em uma tabela contendo o nome científico, nome comum, a família, frequência total de ocorrência, a origem (nativa ou exótica) e se recomendada ou não a arborização urbana. Preocupou-se em estudar as principais vias públicas da cidade de Jampruca-MG, desconsiderou-se as demais ruas do município, no total foram estudadas 27 vias públicas.

Com base nos dados colhidos foram traçados três gráficos, um contendo a porcentagem de espécies em relação ao todo amostral (Figura 6), outro mostrando o número de vegetais por rua (Figura 9) e outro contendo a frequência relativa (Figura 5).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na cidade de Jampruca foram catalogados 304 indivíduos arbóreos na área estudada, compreendendo 26 espécies, 19 famílias. A grande maioria é de origem exótica – 66%, os nativos somam 44%, entre as espécies encontradas apenas12 são recomendadas a arborização viária. (Tabela 1).

Tabela 1: Distribuição de espécimes na cidade de Jampruca- MG

Nome comum	Nome científico	Família	N° de Indiv	Origem	Recomendada para arborização

			.		
Oiti	*Licania tomentosa*	*Chrysobalanaceae*	71	Nativa	SIM
Ficus	*Ficus bejamina*	*Moracea*	62	Exótica	NÃO
Cássia Amarela	*Senna siamea*	*Leguminosae*	41	Exótica	SIM
Brasileirinho	*Erythrina indica picta*	*Fabaceae*	34	Exótica	SIM
Jambo	*Syzygium malaccense L.*	Myrtaceae	11	Exótica	NÃO
Sete copas	*Terminalia catappa*	Combretacea	10	Exótica	NÃO
Ipê Rosa	*Tabebuia sp.*	*Bigboniaceae*	9	Nativa	SIM
Mangueira	*Mangifera indica*	*Anacardiaceae*	9	Exótica	NÃO
Escumilha Resedá	Lagerstroemia indica	*Lythraceae*	6	Exótica	SIM
Limoeiro	*Citrus limon*	*Rutaceae*	5	Exótica	NÃO
Monguba	*Pachira aquatica*	*Bombacaceae*	5	Exótica	SIM
Sibipiruna	*Caesalpinia pluviosa*	*Fabaceae*	5	Nativa	SIM
Cinamomo	*Melia azedarach*	*Meliaceae*	4	Exótica	NAO
Chapéu de Napoleão	*Thevetia thevetioides*	*Apocynaceae*	4	Nativa	NAO
Sombreiro	*Clitorea racemosa*	*Fabaceae*	4	Nativa	SIM
Eucalipto	*Eucalyptus sp*	*Myrtaceae*	3	Exótica	NÃO
Flamboyant	*Delonix regia*	*Fabaceae*	3	Exótica	NÃO
Ipê Amarelo	*Tabebuia sp.*	*Bigboniaceae*	3	Nativa	SIM
Pinheiro	*Casuarina cunninghamiana*	*Casuarinaceae*	3	Exótica	SIM
Saboeiro	*Sapindus saponaria*	*Sapindaceae*	3	Nativa	SIM
Cajazeiro	*Spondias mombin*	*Anacardiaceae*	2	Nativa	NÃO
Goiabeira	*Psidium guajava*	*Myrtaceae*	2	Nativa	NÃO
Leucena	*Leucaena leucocephala*	*Leguminosae*	2	Exótica	NÃO
Aceroleiro	*Malpighia glabra*	*Malpighiaceae*	1	Exótica	NÃO
Sirigueleiro	*Spondias purpurea*	*Anacardiaceae*	1	Nativa	NÃO
Tamarindeiro	*Tamarindus indica*	*Fabaceae*	1	Exótica	NÃO

Fonte: própria (junho 2018).

As quatro espécies mais frequentes foram Oiti (*Licania tomentosa)* com 71 exemplares totalizando 23% do total, Ficus (*Ficus benjamina)* contando com 62 indivíduos – 20% do total, Cássia Amarela (*Senna siamea)* com 41 exemplares e 13% de ocorrência e a espécie comumente chamada de Brasileirinho (*Erythrina indica picta)* contando com 34 indivíduos e 11% do total levantado; essas quatro espécies perfazem o total de 68% (Figura 3). As demais espécies encontradas somam juntas 32%.

Figura 3 –A- Cássia Amarela (*Senna siamea*), B- Ficus (*Ficus benjamina*), C- Oiti (*Licania tomentosa*), D – Brasileirinho (*Erythrina indica picta*).



Fonte: própria (março, 2018).

De acordo com diversos trabalhos publicados na Revista da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana – SBAU, é comum nas pequenas e grandes cidades ser encontrada uma espécie mais expressiva, com a

grande maioria, e outras menos frequentes, também é recorrente o aparecimento de espécies exóticas em detrimento das nativas entre as mais frequentes.

Segundo a CEMIG (2011) o Oiti (*Licania tomentosa)* é nativo do Brasil, e sua distribuição fitogeográfica vai de Pernambuco ao norte do Espirito Santo também ocorrendo no Vale do Rio Doce em Minas Gerais. Possui copa densa e arredondada podendo chegar a 20 metros de altura, oferece sombra frondosa e é indicada para plantio em estacionamentos, parques e praças onde possa crescer livremente, assim como em vias públicas.

O Ficus (*Ficus benjamina)* é uma espécie arbórea exótica e muito popular na arborização urbana do país, infelizmente devido a essa popularidade a espécie vem sendo plantada em locais impróprios como calçadas e com pouco ou nenhum espaçamento das edificações, devido a seu crescimento rápido em verticalidade do tronco e expansão da copa suas raízes tornam-se agressivas na busca por água e nutrientes causando dessa forma danos a tubulações subterrâneas e construções. Santana e Santos (1999), exemplificam afirmando que o gênero *Ficus* é causador de problemas como elemento de arborização no Campus da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), por danificar calçadas.

Outro problema relacionado a planta é a presença esporádica de lagartas da espécie *Pachylia syces,* elas se alimentam das folhas e se camuflam por também serem verdes. Após algum tempo se alimentando elas tornam-se pretas com listras verdes e descem da árvore afim de se tornarem pupa, o fazem penetrando na terra úmida e ali permanecendo até sua completa metamorfose.

Em algumas cidades do país seu emprego na arborização viária foi terminantemente proibido devido a seus aspectos destrutivos. Durante o manejo e poda sua seiva leitosa é tóxica e pode causar irritação na pele. (UFRJ, 2012).

Todos os exemplares da espécie na cidade de Jampruca estão plantados muito próximos às edificações e apresentam-se danos causados por suas raízes expostas, tanto as construções quanto a via pública (Figura 4).

Figura 4 – Ficus (*Ficus benjamina*) com raízes expostas causando danos ao passeio e a via pública.



Fonte: própria (março, 2018).

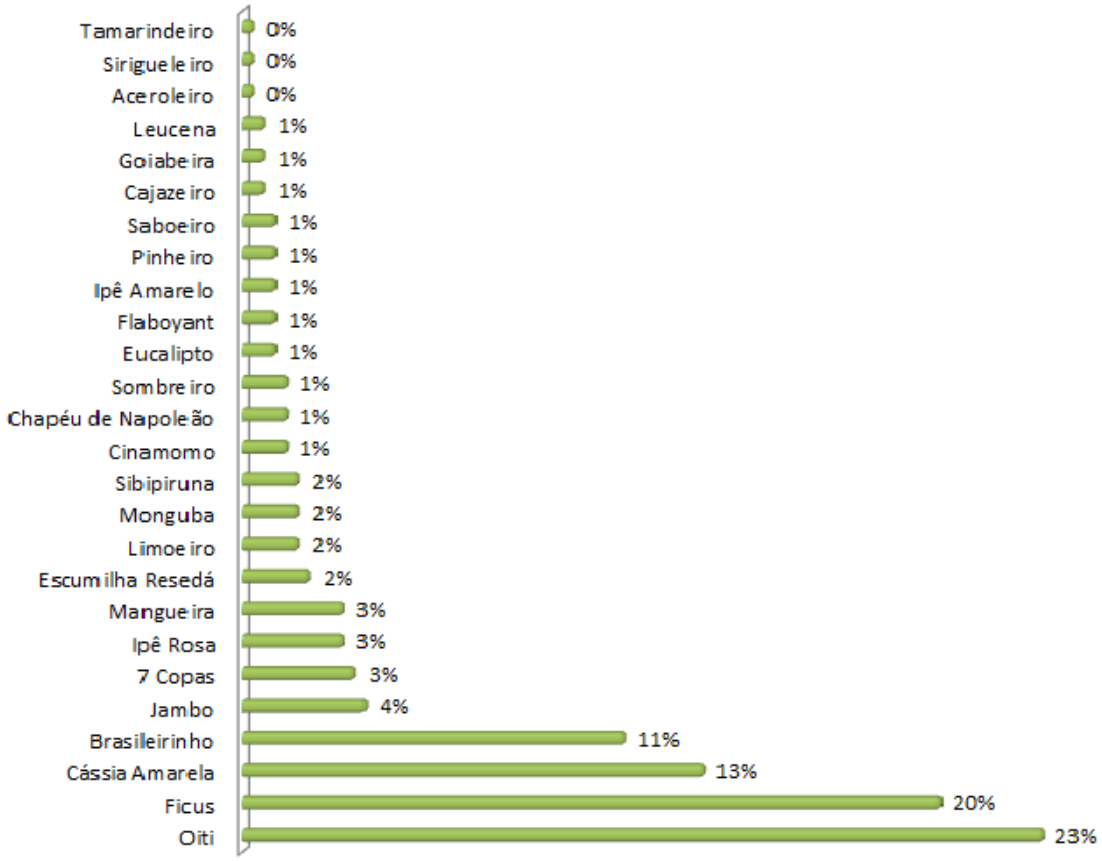
A Cássia Amarela (*Senna siamea)* é uma leguminosa de médio porte, nativa do sul e sudeste Asiático, é uma espécie ornamental, perene, que floresce o ano todo. Contudo suas folhas e vagens são tóxicas para animais monogástricos, que são aqueles não ruminantes que possuem um estômago simples. (FAO, 2010).

Os exemplares da espécie, na área estudada foram plantados pela iniciativa de alguns moradores, as mudas foram conseguidas no viveiro florestal do Instituto Estadual de Florestas – IEF, e o plantio foi realizado com a colaboração de crianças e adolescentes das escolas da rede pública e autoridades. Porém grande parte das plantas foi destruída por atos de vandalismo e restaram apenas os exemplares contabilizados.

O Brasileirinho *(Erythrina indica picta)* é uma árvore de médio porte de até 12 metros de altura. As folhas são verdes com manchas amarelas, produz flores vermelhas ricas em néctar que atraem beija-flores. Fixadora de nitrogênio torna-se importante para a saúde do solo no ambiente onde esta inserida. Além disso, é um vegetal rústico que exige baixa manutenção, suas raízes são por vezes agressivas tornando-se indicada para parque e praças. (LORENZI, 2009)

Com bases nos dados da Tabela 1 foi gerado um gráfico que amostra a frequência de ocorrência de indivíduos por espécie (Figura 5).

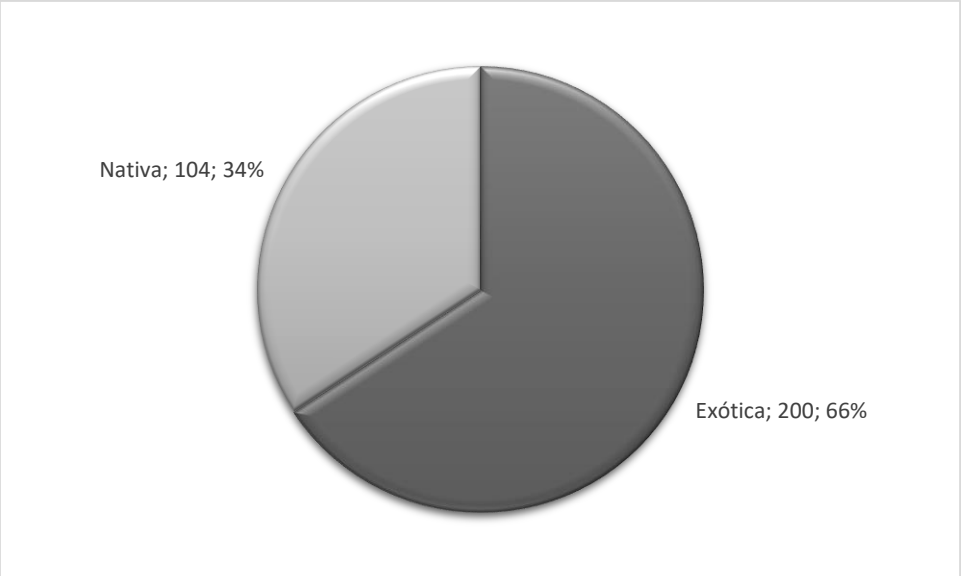
Figura 5 – Frequência de ocorrência de indivíduos por espécie.



Fonte: própria (julho, 2018).

De acordo com as recomendações de Grey e Deneke (1978), citados por Milano e Dalcin (2000), cada espécie não deve ultrapassar 10-15% do total de indivíduos da população arbórea, sendo assim na área estudada somente a Cássia Amarela (*Senna siamea)* – 13% e o Brasileirinho (*Erythrina indica picta*) 11% estão dentro do número recomendado. Rangel (2005), afirma que 80% das cidades brasileiras são arborizadas com maioria de espécies exóticas. O que vai de encontro com o observado na área estudada, como mostrado pela Figura 6.

Figura 6 – Relação entre a porcentagem de espécies exóticas e nativas.



Fonte: própria (julho, 2018).

Na arborização há a presença de oito espécies frutíferas comestíveis para humanos, e outros animais, são elas Jambo vermelho (*Eugenia malaccensis*), Limoeiro (*Citrus limon)*, Cajá (*Spondias mombin*), Acerola (*Malpighia glabra*), Mangueira (*Mangifera indica*) Siriguela (*Spondias purpúrea*), Goiabeira (*Psidium guajava)* e Tamarindo (*Tamarindus indica)* (Figura 7).

Figura 7 – Frutíferas na arborização. A – Jambo(*Syzygium malaccense),* B – Mangueira (*Magifera indica*).



Fonte: própria (março, 2018)

Devem ser preferíveis espécimes de frutos pequenos, leves e não carnosos (BIONDI e ALTHAUS, 2005), e que atraem avifauna (CEMIG, 2011). Porém o plantio de frutíferas nativas deve ser realizado nas cidades em parques e praças (RGE, 2000, COELBA, 2002).

Ainda segundo a CEMIG (2011), devem ser evitadas vegetais que seus frutos grandes possam causar danos a automóveis e lesões a transeuntes.

Além dessas espécies encontramos no estudo outras que são largamente empregadas na arborização urbana e bem recomendadas pela literatura. É

o caso do gênero *Tabebuia,* existem cerca de 10 espécies do gênero com florada na cor amarela, uma de cor branca e cerca de três na cor rosa (Figura 8).

Figura 8 – Tabebuia sp.



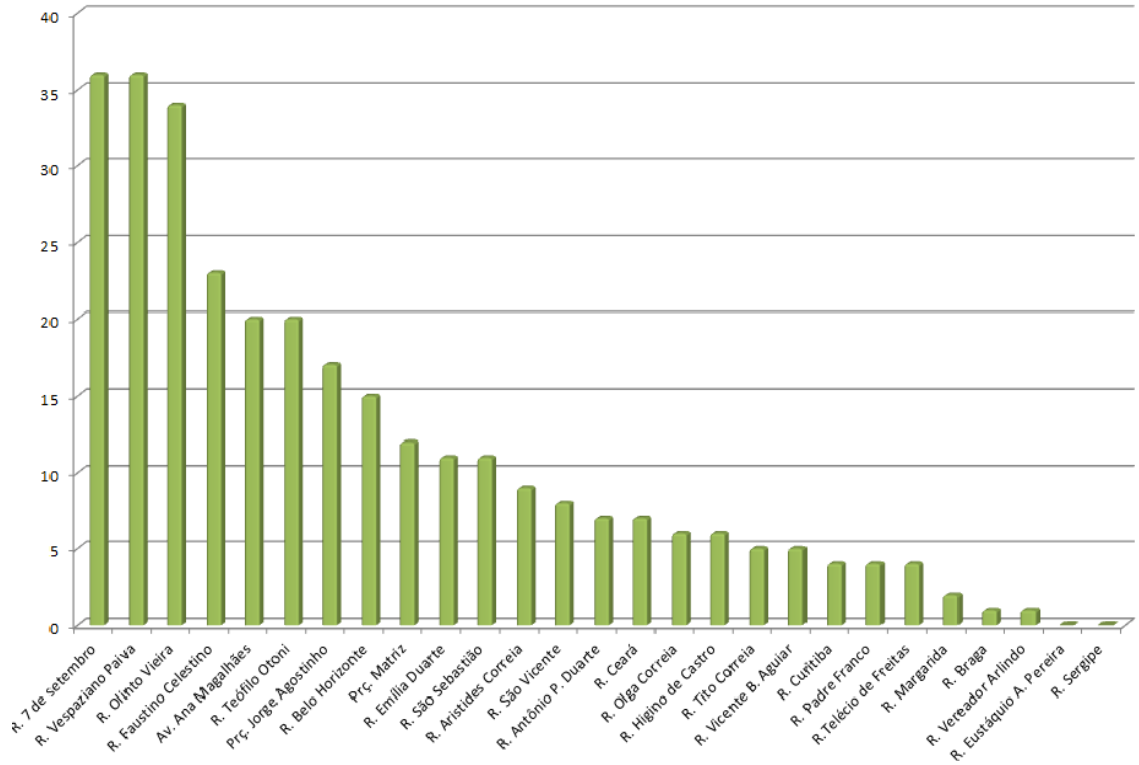
Fonte: própria (março, 2018)

Ela possui porte de médio pra alto dependendo da espécie. Possui copa arredondada, com folhagem densa e caduca oferecendo boa sombra nos dias de verão, no inverno essas folhas caem e surgem as flores atraindo polinizadores, seu sistema radicular é pivotante não causando danos aos serviços urbanos, por esses aspectos as espécies do gênero são recomendadas para arborização de ruas, parques e praças.

As espécies não indicadas para arborização urbana encontradas no estudo são: *Ficus sp d*evido ao aspecto destrutivo de suas raízes, Cinamomo (*Melia azedarach*) pois apresenta fácil quebra de galhos, Chapéu de Napoleão (*Thevetia thevetioides*) sua seiva leitosa é tóxica para humanos, Eucalipto (*Eucalyptus sp*) por seu grande porte e Leucena (*Leucaenia*) que é uma importante espécie estabilizadora de nitrogênio no solo, contudo não é recomendada à arborização urbana pois apresenta-se tóxica para algumas espécies de beija-flores (LORENZI, 2009).

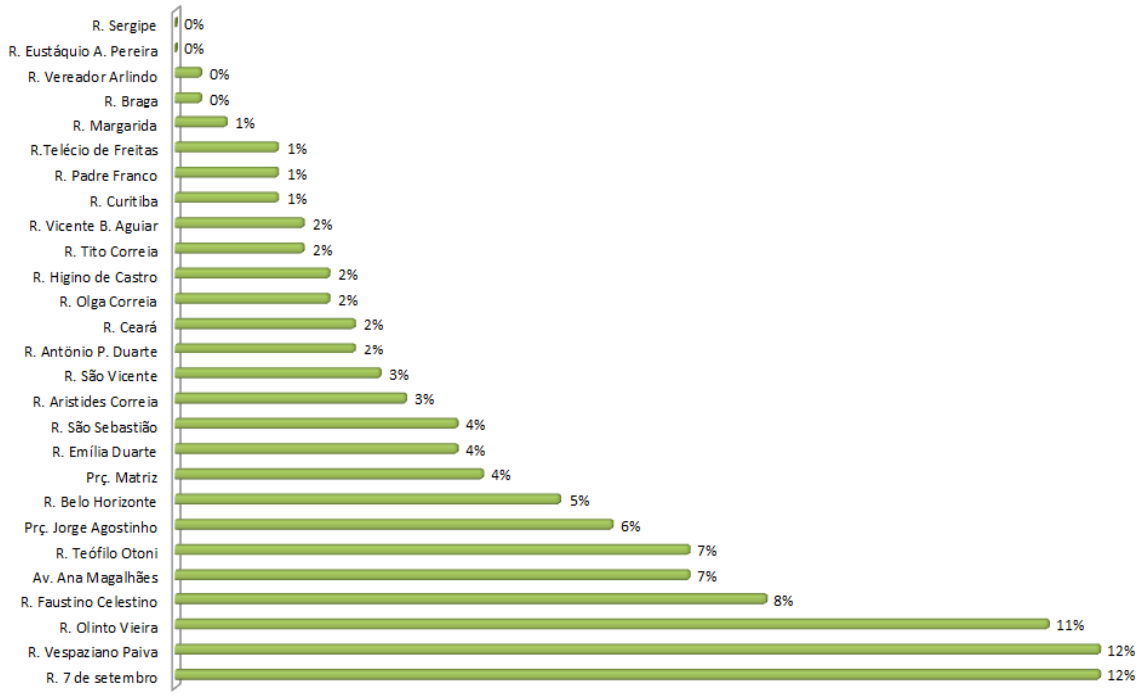
A Figura 9 traz a quantidade de vegetais por rua estudada e a Figura 10 mostra a frequência relativa da ocorrência desses vegetais.

Figura 9: Número de vegetais por rua estuda.



Fonte: própria (outubro, 2018).

Figura 10 – Frequência relativa de ocorrência de vegetais por rua.



Fonte: própria, (outubro, 2018).

As três ruas mais arborizadas da cidade são as ruas Sete de setembro e Vespaziano Paiva ambas com 36 indivíduos e a Rua Olinto Vieira com 34 árvores, correspondeu a 12%, 12% e 11% respectivamente do total. As demais ruas variam entre 23 árvores (8%) e 2 árvores (2%). Também

percebemos a presença de 2 ruas – Vereador Arlindo e Sergipe – que possuem 1 árvore cada totalizando menos de 1% da população, assim como mais 2 ruas sendo a Rua José Eustáquio Pereira e Sergipe que não possuem árvores (Figura 11).

Figura 11 – A – Rua Sergipe, sem arborização. B – Rua Vespaziano Paiva, uma das mais arborizadas da cidade.



Fonte: própria (março, 2018).

Árvores nas ruas contribuem para o chamado microclima, oferecendo sombreamento, pode ser utilizada para ornamentação, referencial urbano; ruas com poucas árvores ou nenhuma perdem esses e outros benefícios proporcionados (SILVA, PAIVA e GONÇALVES, 2010). O valor médio de árvores na área estudada gira em torno de 11, contudo há grande dispersão dos dados em torno desse valor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A arborização da cidade de Jampruca- MG encontra-se defasada, visto que nunca houve um planejamento da administração pública, o plantio das árvores ocorre de maneira informal sem informações sobre os aspectos fisiológicos das plantas como raízes, crescimento em altura, queda de folhas, necessidade de água e sais minerais, o que afeta negativamente o papel ecológico e funcional da arborização.

A diversidade é importante, pois garante a variabilidade e resistência à arborização, com uma grande concentração de uma mesma espécie uma praga pode dizimar toda uma população. O grande número de exóticas presentes pode comprometer o bioma da região que é a Mata Atlântica, visto que algumas dessas exóticas são tidas como invasoras, pois tem alto poder de dispersão.

RECOMENDAÇÕES

A melhor estratégia para melhor a arborização urbana de uma cidade é a implementação de um plano diretor municipal de arborização urbana, que deve ser executado por pessoal qualificado, estabelecendo regras, acompanhando e fazendo controle de maneira efetiva.

Espécies não recomendadas para o convívio viário devem ser gradativamente substituídos por espécies mais adequadas ao convívio

social e com maior beleza paisagística, afim de um efeito ornamental nas ruas como as espécies do gênero *Tabebuia.*
É recomendada também a inserção de espécies nativas, para garantir a diversidade florística no ambiente, e também para equilibrar ou minimizar a quantidade de exóticas.

REFERENCIAS

BIONDI, D.; ALTHAUS, M. **Árvores de rua de Curitiba**: cultivo e manejo. Curitiba: FUPEF, 2005. 177p.

BORTOLETO, S. **Inventário quali-quantitativo da arborização viária da estância de águas de São Pedro-SP.** 98p. Dissertação (Mestrado) – EscolaSuperior de Agricultura "Luiz de Queiroz", Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2004.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. da. **Metodologia Científica.** 6. Ed – São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

COELBA – Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia. Diretoria de Gestão de Ativos. Departamento de Planejamento dos Investimentos. Unidade Meio Ambiente. **Guia de Arborização Urbana**. Salvador: Venturie Gráfica e Editora, 2002. 27p.
Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG. **Manual de arborização urbana**. 2011

ELETROPAULO. **Guia de Planejamento e Manejo da Arborização Urbana**. São Paulo: Gráfica Cesp, 1995.
FAO: **Food and Agriculture Organization of the United Nations**. Disponível em < http://www.fao.org/ag/AGP/AGPC/doc/Gbase/data/pf000378.htm> Acesso em 07/01/2013

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D.T. **Métodos de Pesquisar.** Universidade Federal do Rio Grande do Sul. EAD. Série Educação a Distância, 1º Ed., 2009.

GRAZIANO, T. T. Viveiros Municipais. Departamento de Horticultura – FCAVJ – UNESP. Notas de Aula, 1994.

Instituto Brasileiro de geografia e Estatística – IBGE – **IBGE Cidades@.** 2010. Disponível em: < http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1> Acesso em: 05/12/2012

LIMA. A.M.L.P.; CAVALEIRO, F.; NUCCI, J.C.; SOUSA, M.ª de L.B.; FIALHO, N. de O.; PICCIA, P.C.D. del. Problemas de utilização na conceituação de termos como espaços livres, áreas verdes e correlatos. In: Congresso Brasileiro de Arborização Urbana, 2, 1994. São Luís – Ma. Anais... São Luís, Sociedade Brasileira de Arborização Urbana, 1994.

LORENZI, H. **Árvores Brasileiras**. 2 ed. São Paulo. Ed. Plantarum, vol. 1. 1998.
_____ **Árvores Brasileiras.** 2 ed. São Paulo. Ed. Plantarum, vol. 2. 1998.
_____ **Árvores Brasileiras.** 2 ed. São Paulo. Ed. Plantarum, vol. 3 . 1998.
_____ **Árvores Exóticas no Brasil.** 1° ed. São Paulo: Ed. Plantarum, 2009.

MILANO, M.; DALCIN, E. **Arborização de vias públicas**. Rio de Janeiro: LIGHT, 2000. 226 p.
Museu Nacional UFRJ – **Horto Botânico**. Disponível em <http:// www.museunacional.ufrj.br/hortobotanico/ficusbenjamina.htm> Acesso: 15/12/ 2012

PEDROSA, J.B. Arborização de cidades e rodovias. Belo Horizonte –MG: E.F. 1983.

POSSEBON, M. M.; DIAS, M. P. M.; FLORES, A. R. **Plano de arborização urbana do município de Vila Nova do Sul/RS – primeira parte**. 1º Encontro Gaúcho de Arborização Urbana. Pelotas/Rs, 9 a 11 de novembro de 1999. Disponível em < www.sbau.com.br/arquivos/gaucho_arborizacao/ Anais_do_evento/POSTER7/body_poster7.HTM> Acesso em 03/01/2013.

RANGEL, S. **A arborização urbana e o uso de espécies florestais nativas da mata atlântica**. Disponível em: <http://www.cpatc.empraba.br/index.php?idpagina=artigos&artigo=360&showaquisicao=true>. Acesso em 10/01/2013

RGE – Rio Grande Energia: Gestão Ambiental. **Manual de arborização e poda**. 200. Disponível em <htto://www.rgers.com.br/gestão_ambiental_arborizacao_urbana/introdução.asp> Acesso em: 12/01/2013

SALATINO, A.: **Nós e as plantas. Revista Brasileira de Botânica**, São Paulo, V.24, n.4 (suplemento), p.483-490, dez. 2001.

SANCHOTENE, M. do C.C. Desenvolvimento e perspectivas da arborização urbana no Brasil. In: Congresso Brasileiro de Arborização Urbana, 2, 1994. São Luís – Ma. **Anais.** São Luís, Sociedade Brasileira de Arborização Urbana; 1994.

SANTAMOUR JUNIOR, F.S. **Trees for urban planting: diversity, uniformity, and common sense**. In: METRIA CONFERENCE, 7., 1990, Lisle. Proceedings... Lisle: 1990. p.57-66.

SANTANA, J.R. F.; SANTOS, G.M.M. Arborização do campus da UEFS: exemplo a ser seguido ou um grande equívoco? **Sitientibus**, n.20, p.103-107, 1999

SÃO PAULO (São Paulo). **Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente. Manual técnico de arborização urbana**. São Paulo, 2002. 44p.

SARTORI NETO, J.P. **Modelo de Planejamento para Convivência da Arborização para o Sistema Elétrico.** In: CONGRESSO FLORESTAL ESTADUAL, 6. 1998. Anais. Nova Prata, 1998. p. 219-256.

SILVA FILHO, D.F. da. **Cadastramento informatizado, sistematização e análise da arborização das vias públicas da área urbana do município de Jaboticabal, SP**.81p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Jaboticabal, 2002.

SILVA JÚNIOR, O. A. B. da & MÔNICO, M. O. M. Arborização em Harmonia com a Infra-estrutura Urbana. In 1a Semana de Meio Ambiente. Prefeitura Municipal de Guarulhos: Secretaria de Meio Ambiente, 1994

SILVA, G. A.; PAIVA, N. H.; GONÇALVES, W. **Avaliando a Arborização Urbana** – Coleção Jardinagem e Paisagismo. Ed. Aprenda Fácil 2010.

A GESTÃO DEMOCRÁTICA NA PRÁTICA ESCOLAR: A PARTICIPAÇÃO SOCIAL COMO EIXO PROMOTOR DA CIDADANIA[6]

Silva, Helena Nogueira da [7]

RESUMO

Apesar da grande importância e de ser um dos debates mais atuantes no campo da educação, a Gestão Democrática e a participação cidadã ainda deixa muito a desejar nas práticas educacionais. Mesmo entendendo que ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo. Enfatizamos que a democracia na escola aleatoriamente não tem tido significado pela sua ausência na prática. Ela só faz sentido se de fato estiver vinculada diretamente com uma percepção de democratização da sociedade para a plena participação social. Deve-se, ainda, enfrentar graves problemas, tanto na forma de gerir das instituições e do perfil do seu corpo dirigente, planejamento, organização e realização do sistema educativo brasileiro. Este trabalho tem o objetivo de identificar os principais problemas da não concretização da gestão participativa e, também, no contexto de mudanças e novos desafios que a gestão democrática representa para uma boa condução no âmbito da política pública educacional, visando à participação social e a qualidade do ensino. Para identificar estas questões, utilizou-se como metodologia a pesquisa bibliográfica que permite compreender as dimensões principais de problemas são consideradas: a organização institucional; a participação social; perfil dos dirigentes. Assim, pode-se verificar que a gestão democrática é a mais eficaz para o desenvolvimento da qualidade educacional, uma vez que prima pela participação da comunidade escolar.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão Democrática. Perfil dos Dirigentes. Participação Social. Qualidade Educacional. Escola.

INTRODUÇÃO

A **gestão democrática** na escola pressupõe a participação ativa dos diversos segmentos que compõe a comunidade escolar em todos os aspectos da organização escolar. Esta participação incide sobre as diferentes etapas da gestão escolar (planejamento, implementação e avaliação) seja no que diz respeito à construção do projeto político pedagógico, seja nos processos pedagógicos quanto às questões de natureza burocrática. Essa perspectiva de gestão está amplamente

[6] Artigo requisitado como trabalho final do curso de especialização em Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica do Instituto Souza.

[7] Aluna do curso de especialização em Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica do Instituto Souza

amparada pela legislação brasileira. A **Constituição Federal de 1988** aponta a **gestão democrático-participativa** como um dos princípios organizadores das principais políticas sociais, dentre as quais figura a educação, a qual é regulamentada de forma especifica por leis complementares como a **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)** e o **Plano Nacional da Educação.**

A dignidade da pessoa humana constitui princípio basilar da ordem constitucional brasileira, a qual elenca os direitos individuais e sociais como aspectos inerentes à cidadania. Esses nobres preceitos são viabilizados por meio de políticas públicas governamentais as quais objetivam a materialização do egrégio direito constitucional da igualdade por meio da garantia dos mínimos sociais a todos.

A **gestão democrática** deve ser compreendida além do seu aspecto meramente conceitual. Não constitui apenas uma concepção de sociedade que prima pela democracia como princípio fundamental, mas sim parte do entendimento de que a **democratização** da gestão é a condição estruturante necessária para a qualidade e efetividade da educação pautada em bases cidadãs, na medida em que possibilita que a escola desenvolva vínculos com o meio comunitário no qual está inserida.

Além disso, cabe à escola pautar seu **currículo programático** na realidade local conferindo um maior sentido a **proposta pedagógica** desenvolvida e sendo capaz de envolver os diferentes agentes em uma proposta de corresponsabilidade pela aprendizagem formal e pelo desenvolvimento cívico dos estudantes. A educação em bases democráticas exige um engajamento dos próprios **estudantes** nesse projeto, que vivenciam na escola sua primeira experiência democrática, e nela se percebem como sujeitos com direito à participação social, elemento fundamental para o seu **pleno desenvolvimento** enquanto cidadãos.

A **gestão participativa somente** se materializa quando se criam os processos e as instâncias deliberativas que a viabilizem. Diante dessa percepção, o modelo tradicional de organização da escola ainda vigente constitui um entrave a efetivação da política educacional em bases democráticas, visto ainda serem pautadas no autoritarismo centralizador que confere ao diretor e à equipe diretiva as prerrogativas de decisão sobre a escola e sua comunidade em geral. Ainda que existam normas jurídicas que determinem a gestão descentralizada, é imperativo que a escola enquanto instituição modernize sua cultura organizacional pautando as decisões no diálogo igualitário, na horizontalidade dos debates e no equilíbrio entre as forças que compõe as demandas na comunidade escolar local. Outrossim, a Gestão democrática pode ser definida como um projeto organizacional amplo e multidisciplinar, o qual apresenta importantes princípios norteadores:

• Descentralização: a administração, as decisões, as ações devem ser elaboradas e executadas de forma não hierarquizada.
• Participação: devem participar todos os envolvidos no cotidiano escolar (professores, estudantes, funcionários, pais ou responsáveis, pessoas que participam de projetos na escola, e toda a comunidade ao redor da escola).
• Transparência: Qualquer decisão e ação tomada ou implantada na escola tem que ser de conhecimento de todos.

A Gestão Democrática, gestão compartilhada e gestão participativa são termos que, embora não se restrinjam somente ao campo educacional, são demandas antigas de educadores e de movimentos sociais organizados em defesa de um projeto de educação pública de qualidade social e democrática.

Os pleitos em prol da democratização da educação pública e de qualidade fizeram parte das reivindicações de diversos segmentos da sociedade há décadas. Tais demandas ganharam ímpeto a partir da década de 1980, e somente foram contempladas legalmente com o advento da redemocratização no Brasil, sendo finalmente realizadas com a aprovação do princípio de gestão democrática na educação, no artigo 206 da Constituição Federal promulgada em 1988. Assim, a Carta Constitucional estabeleceu princípios para a educação brasileira, dentre eles: obrigatoriedade, gratuidade, liberdade, igualdade e gestão democrática, sendo esses regulamentados através de leis complementares.

Quase uma década depois, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96) é sancionada como lei complementar que regulou a materialização do direito constitucional à educação, assim como estabeleceu e regula as diretrizes gerais para a educação e seus respectivos sistemas de ensino. Em observância ao art. 214 da Constituição Federal, a LDB trata sobre a elaboração do Plano Nacional de Educação – PNE em seu art. 9º, resguardando os todos os princípios constitucionais e, inclusive, consagrando a obrigatoriedade da gestão democrática na escola. A elaboração do Plano Nacional da Educação(PNE), conforme os dispositivos legais, objetiva elucidar problemas referentes às diferenças socioeconômicas, políticas e regionais que afetem a comunidade escolar, assim como os entraves que se opõem à qualidade do ensino e à realização da gestão participativa. O PNE, portanto, aborda os diferentes níveis e modalidades da educação escolar, assim como sua gestão, seu financiamento e prescreve práticas para os profissionais da educação. Esse plano, aprovado em 2001 pela Lei nº. 10.172/2001, traz diagnósticos, diretrizes e metas que devem ser discutidos, examinados e avaliados, para a efetivação da educação democrática em nosso país.

O mercado formal de trabalho e de renda teve sua lógica alterada e a educação, sobretudo a qualificação profissional, passou a enfatizar a necessidade da aquisição de conhecimentos e habilidades cognitivas e comportamentais que respondem as diversas funções.

Essas mudanças interferiram na condução das políticas educacionais, redirecionando o pensar e o fazer pedagógico a um viés mais prático, o que certamente traz implicações para a direção escolar e articula-se à discussão da democratização da gestão escolar. Assim, é imperativo recuperarmos, nos textos legais e principalmente na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96) e no PNE, o respaldo para a implementação de processos de gestão democrática nos sistemas de ensino e, particularmente, a descentralização decisória nas unidades escolares.

A GESTÃO PARTICIPATIVA NA ESCOLA

Para a realização da gestão democrático-descentralizada na escola, devem ser observados os seguintes pontos básicos: os mecanismos de participação da comunidade escolar devem ser adequados e responsivos em sua capacidade decisória, além disso, deve existir a garantia de financiamento público das escolas e dos institutos comunitários de deliberação como forma de assegurar a independência desses fóruns. Outrossim, para que exista a participação efetiva dos membros da comunidade escolar, é necessário que o gestor, em parceria com o conselho escolar, crie um ambiente propício que estimule o debate livre, os trabalhos conjuntos, que considere igualmente todos os setores, coordenando os esforços de funcionários, professores, pessoal técnico-pedagógico, alunos e pais envolvidos no processo educacional.

> A escola, assim, só será uma organização humana e democrática à medida que a fonte desse autoritarismo, que ela identifica como sendo administração (ou a burocracia, que é o termo que os adeptos dessa visão preferem utilizar), for substituída pelo espontaneísmo e pela ausência de todo tipo de autoridade ou hierarquia nas relações vigentes na escola (PARO, 2002, p. 12).

O Plano Nacional de Educação postula que "a gestão deve estar inserida na relação da instituição educacional com a sociedade, de tal forma a possibilitar aos seus agentes a utilização de mecanismos de construção e de conquista da qualidade social na educação". A democratização da gestão, portanto, é defendida enquanto possibilidade de desenvolvimento comunitário rumo a uma sociedade mais equânime, com valores pautados na busca da justiça social e do desenvolvimento econômico pautado em valores éticos e morais inerentes à cidadania.

Para esse intento, propõe-se uma reestruturação pedagógica do processo educacional das escolas, na construção de um currículo pautado na realidade local, na maior integração entre os agentes envolvidos na comunidade escolar, no apoio efetivo da comunidade às escolas e das escolas ás necessidades comunitárias, tendo a sociedade local como participante ativa e sujeita do processo da sofisticada tarefa pedagógico que é a formação dos cidadãos do futuro.

> Para nós, a participação não pode ser reduzida a uma colaboração que setores populacionais devessem dar à administração pública. Participação ou colaboração, por exemplo, através dos chamados mutirões, por meio dos quais se reparam escolas e creches ou se limpam ruas e praças. A participação, para nós, sem negar esse tipo de colaboração, vai mais além. Implica, por parte das classes populares, um "estar presente na história, e não simplesmente nela estar representadas". Implica a participação política das classes populares através de suas representações em opções e decisões, e não só no fazer já o programado (FREIRE, 1995).

A formação de uma comunidade cidadã passa, necessariamente, pela democratização do conhecimento produzido na escola, e, portanto, o gestor educacional figura como peça fundamental nesse novo panorama social a se construir, em que os paradigmas da gestão tradicional arcaica, que sobrevivem há séculos, precisam ser extinguidos.

Constata-se, portanto, que o trabalho de gestão escolar deve ser entendido como uma construção coletiva, mediante a participação ativa de toda a comunidade escolar, que contribua ativamente para o aperfeiçoamento do fazer pedagógico. Diante disso, a partir de uma visão globaliza, a gestão escolar precisa estar intimamente ligada à interação pessoal do gestor com os demais atores que atuam no processo educacional. Sendo assim, é imprescindível a delegação dos poderes, a descentralização da capacidade decisória e a abertura dos canais de diálogo e de debate, que são os meios hábeis para a constituição de qualquer trabalho coletivo exemplar, visto que o auxílio no desenvolvimento, na capacitação, na mediação e a orientação são a essência da função gestora.

É ideal que gestor escolar assuma uma postura democrática e participativa, devendo proporcionar a toda a comunidade escolar as ações e as atividades adequadas ao atendimento de suas demandas, as quais devem ser desenvolvidas e trabalhadas de forma compartilhada.

Além disso, cabe ao gestor fomentar a formação continuada de seus professores, com vistas ao aperfeiçoamento das suas práticas

pedagógicas, sem se furtar dos planos de ação para a aplicação dos recursos financeiros e da utilização ampla das tecnologias disponíveis para melhorar a comunicação entre escola e comunidade.

Nesse ímpeto, é fundamental que o gestor tenha uma visão ampliada sobre as diferentes realidades que emergem na comunidade assim como as que se manifestam no âmbito do espaço escolar, concebendo como salutar a diversidade que se forma localmente, proporcionando uma rede de interação entre alunos, professores, pessoal de apoio, pais e comunidade do entorno da escola, promovendo a mediação entre todos os envolvidos para que a escola construa sua própria identidade enquanto formadora de cidadãos críticos e com autonomia participativa na vida social. Ao instituir um ambiente conciliatório, o gestor coloca a escola a serviço da utilidade pública e a capacita no atendimento aos anseios e às necessidades da sociedade que a financia.

É patente que a organização escolar do próximo século terá que assumir uma postura de maior responsabilidade, presteza de decisões, e de propósitos claros com visão eventualista como forma de pensar em existir enquanto instituição educadora, assim como de deve exibir agilidade, e maleabilidade em suas proposições as quais devem ser pautadas pelo consenso do coletivo.

No sistema pedagógico tradicional, a atuação do gestor é complexa e sofisticada. O gestor educacional constitui a base de todo o sistema escolar. De sua ação individual, dependem integralmente a qualidade do ensino, o nível e o valor de sua instituição frente a opinião pública local.

O gestor é, portanto, o elo entre família, corpo docente e corpo discente. No paradigma da gestão democrática, o gestor tem capacidade de dirigir e de coordenar as atividades coletivas com o intuito de realizar ou mudar os objetivos propostos, ele também precisa estar em constante protagonismo, exercitando, dessa forma, seu papel de liderança.

Para que a gestão participativa seja implementada com sucesso na escola, é preciso que o sistema público de ensino ofereça as devidas condições para tanto, pois, enquanto exige que o gestor assuma uma postura de líder e de agente precursor de mudança rumo a constituição de uma escola mais democrática, não oferece condições e nem recursos para que isso aconteça.

O gestor escolar, como líder, é o responsável por pelo zelo no cumprimento das leis e das normas, além de acompanhar toda da dinâmica escolar, prestando contas sobre as ações de toda a sua equipe. Assim, o gestor não é mero administrado de orçamentos, antes ele atua no manejo de calendários, de vagas e de materiais. Logo, o gestor precisa ser, antes de tudo, um educador que está sempre conectado ao cotidiano da escola, deve conhecer os alunos,

os pais e os professores. Através de sua conduta interativa, o gestor educacional ele se torna um líder, e não alguém que possui apenas a autoridade burocrática e temor reverencial de professores e de alunos.

O gestor capaz e eficiente é aquele que valoriza a qualidade do ensino, promove o cumprimento do Plano Político-pedagógico (PPP) da sua escola, desenvolve a supervisão e a orientação educacionais de forma compassiva e justa, buscando oportunidades de capacitação profissional para os docentes como forma de elevar o nível pedagógico da escola como um todo. Além disso, bom gestor preocupa-se com a democracia na escola, agregando valor ás opiniões da comunidade e incentivando o trânsito livre dela na escola. O gestor escolar ideal, portanto, é aquele que indica caminhos, é sensível às necessidades da comunidade, desenvolve os talentos tanto de alunos como de professores, busca facilitar o trabalho de sua equipe e auxilia na resolução de problemas. Entretanto, as dificuldades em se ter todos esses atributos são evidentes, por isso é importante saber equilibrá-los com colaboradores engajados que atuem como apoiadores, delegando funções.

Infelizmente o âmbito educacional, principalmente no setor público, o trabalho do gestor não é valorizado. Ao contrário, o ambiente laboral do gestor é minado por baixos salários, por cobranças contínuas e pelo excesso de afazeres burocráticos, levando bons profissionais a desistirem do cargo, o que impede a melhoria do padrão da Educação e fada ao insucesso a gestão participativa. Segundo por Paulo Freire (1981):

> Não há educação sem diálogo, porém, se não há um profundo amor ao mundo e aos homens. Não será possível a pronúncia do mundo, que é um ato de criação e recriação, se não há amor que a infunda. Sendo fundamentado do diálogo, o amor é também diálogo. Daí que seja essencialmente tarefa de sujeitos e que não possa verificar-se na relação de denominação. É que os analistas de nossa formação histórico-cultural têm insistido diretamente ou indiretamente na nossa "inexperiência democrática" na ausência de formação que tivemos daquelas necessárias à criação de um comportamento participante que nos tivesse levado à feitura de nossa sociedade, com "nossas próprias mãos", o que se caracteriza, na essência da própria democracia. (FREIRE, 1981, p. 93/94).

O atual discurso público em nosso país transmite que se precisa de ser construída uma cultura com um sentido de comunidade, o respeito às pessoas e ao bem comum, e as habilidades necessárias para viver uma democracia participativa que deve começar na escola. A este respeito, o campo da educação, foram gerados os espaços que facilitam a participação dos diferentes agentes educativos. No entanto, apesar da existência de tais casos, ainda falta políticas mais

amplas para que esses espaços se transformam em espaços de participação genuína, onde será considerado a seus participantes sujeitos de direitos, deveres e responsabilidades, e um ambiente em que cada ator vai ser equipado com as habilidades necessárias para atuar como cidadãos democráticos.

Gadotti (1997), apresenta do mesmo modo a ideia que nesse confronto de concepção e prática existe um sistema único e descentralização que se apoia em quatro princípios.

> 1.Gestão democrática- sistema único e descentralizado que supõe objetivos educacionais raros e dirimidos estabelecendo entre escola governo, visando a democratização e melhoria na qualidade educacional, sem ter que passar pelas instâncias hierárquicas e verticais do poder. 2. A comunicação direta – a escola deve privilegiar sua comunicação entre instituição e comunidade, promovendo o fortalecimento da cultura popular ou geral. A escola precisa ser espaço para inovação e experimentação política pedagógica. 3. Autonomia da escola – cada escola deve construir seu projeto político pedagógico de modo que venha a influenciar as políticas públicas educacionais. 4. Avaliação permanente do desempenho escolar- para que tenha um caráter político e emancipatório à avaliação é parte fundamental no projeto da escola. Não deve se constituir num ato formal realizado por pessoas que não estejam inseridas na realidade da mesma, mas ser realizada por todos que compõem a comunidade escolar envolvendo as comunidades internas e externas e o poder público (GADOTTI, 1997, p. 45).

O fator principal da escola é a qualidade e a mesma está ligada aos projetos desenvolvidos pela própria unidade, embora pequenos, eles trazem resultados mais positivos, do que projetos advindos de outras pessoas que não conhecem a realidade escolar. Portanto, somente as escolas conhecem de perto a comunidade e seus projetos podem dar respostas concretos a problemas concreto de cada uma delas.

Desta forma, apesar de nas últimas décadas, a educação nacional sofrer repressivas ações de sucateamento, em termos de política educacional, investimento econômico e perspectiva cultural de formação, cabe à escola e à toda comunidade escolar, o papel de promover um projeto de sociedade democrático e promotor da autonomia política, intelectual e social dos alunos. Pois assim, os aprendizes serão capazes de resistir ao desregramento social e a instrumentalização da escola para o ordenamento das massas. Devendo, portanto, formar cidadãos aptos a questionar e refletir sobre o seu papel enquanto cidadão.

CONTRIBUIÇÕES DA GESTÃO EDUCACIONAL DEMOCRÁTICA NO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO (PPP) DENTRO DE UMA PERSPECTIVA INCLUSIVA

A educação inclusiva concebe a escola como um espaço aberto a todos, no qual os alunos constroem conhecimentos segundo suas capacidades, expressam suas ideias livremente, participam ativamente das ações de ensino e se desenvolvem como cidadãos, nas suas diferenças. Esta torna-se inclusiva quando reconhece as diferenças dos alunos diante do processo educativo e busca a participação e o progresso de todos, adotando novas práticas pedagógicas que os integre, entre si e com o mundo.

O Projeto Político Pedagógico é o instrumento por excelência para melhor desenvolver o plano de trabalho eleito e definido por um coletivo escolar, ele reflete a singularidade do grupo que o edificou, suas escolhas e especificidades. Ele compreende a escola como um todo em sua perspectiva estratégica, não apenas em sua dimensão pedagógica. Sendo uma ferramenta gerencial que auxilia a escola a definir suas prioridades estratégicas, a converter as prioridades em metas educacionais e outras concretas, a decidir o que fazer para alcançar as metas de aprendizagem, a medir se os resultados foram atingidos e a avaliar o próprio desempenho.

A inclusão social é o processo pelo qual a sociedade e o portador de deficiência procuram adaptar-se mutuamente tendo em vista a equiparação de oportunidades e, consequentemente, construir uma sociedade para todos. A inclusão (na sociedade, no trabalho, no lazer, nos serviços de saúde etc.) significa que a sociedade deve adaptar-se às necessidades da pessoa com deficiência para que esta possa desenvolver-se em todos os aspectos de sua vida. Neste diapasão, a educação inclusiva faz parte de um contexto maior que é o da própria evolução da sociedade em seus padrões humanitários. É por isto que ela não pode ser reduzida apenas à quebra dos processos de exclusão e de marginalização dos sujeitos no âmbito da escola.

É fato que a sociedade atual está mudando de modelo econômico. Mudando de um Capitalismo Industrial baseado em produtos palpáveis, para um Capitalismo Simbólico, onde a base é a Indústria Cultural, o consumo de produtos simbólicos, tais como os baseados nas novas tecnologias da informação e da comunicação. São elas que apontam para o modelo de sociedade do século XXI.

Uma sociedade globalizada, onde a informática e a internet ocuparão um lugar de destaque máximo. Uma sociedade inclusiva pressupõe compromisso com as minorias e não apenas com as pessoas deficientes pois se auto - exige transformações intrínsecas estruturais. Como filosofia, "incluir" é a crença de que todos têm direito de participar ativamente da sociedade, contribuindo de alguma forma para o seu desenvolvimento e tendo dela as mesmas oportunidades, direitos e deveres. Como ideologia, a inclusão vem para quebrar barreiras cristalizadas em torno de grupos

estigmatizados. Indivíduos marginalizados terão a oportunidade de mostrar seus talentos e as suas capacidades.
A proposta de inclusão não ocorre apenas porque ela é "politicamente correta" e apresenta princípios éticos, ao contrário, ela traz em seu bojo também os postulados e princípios deste novo modelo social, político e econômico. Um Paradigma, traz sempre em seu bojo o futuro de uma dada sociedade. Ele não é o produto apenas do desejo dos sujeitos. Neste sentido, o Paradigma da Inclusão se revela como mais um movimento de reforma, porque ele também está atrelado a um modelo social, político e econômico. Estamos entrando em uma sociedade do terceiro milênio centrado na tecnologia da informação, e este será o grande eixo articulador do futuro.
A inclusão social é o processo pelo qual a sociedade e o portador de deficiência procuram adaptar-se mutuamente tendo em vista a equiparação de oportunidades e, consequentemente, construir uma sociedade para todos. A inclusão (na sociedade, no trabalho, no lazer, nos serviços de saúde etc.) significa que a sociedade deve adaptar-se às necessidades da pessoa com deficiência para que esta possa desenvolver-se em todos os aspectos de sua vida. Neste diapasão, a Educação Inclusiva faz parte de um contexto maior que é o da própria evolução da sociedade em seus padrões humanitários. É por isto que ela não pode ser reduzida apenas à quebra dos processos de exclusão e de marginalização dos sujeitos no âmbito escolar.
A informação é atualmente o produto de maior consumo. Não é ao acaso que a informática e a internet tenham se desenvolvido notoriamente. Elas são as fundações desta nova sociedade. O que a sociedade inclusiva vem fazendo, na verdade é preparar os participantes atuais para o mundo que virá. Um mundo que exige uma série de transformações dos sujeitos. Um mundo onde a convivência pacífica, integrada e plural passa a ser cada vez mais necessária entre os sujeitos das mais diversas culturas e origens. Seria então, a escola inclusiva uma utopia? Afirma-se que não. A escola inclusiva preparará os alunos para o futuro visto que sociedade inclusiva será única sociedade possível.
É preciso que a comunidade escolar perceba a mudança que está ocorrendo nos sistemas educacionais, onde o eixo central não é mais o saber a partir de um modelo tradicional, para que aprendam a conviver uns com os outros, que saibam se portar neste mundo novo, onde o símbolo, a imagem e o signo serão produtos constantes. O mundo todo está mudando e a prática brasileira de manutenção do paradigma da educação tradicional levaria os deficientes a ficar ainda mais isolados, em seus ambientes segregados nas escolas específicas e nas classes especiais, enquanto que os alunos "normais" e os deficientes dos países desenvolvidos possuem educação interativa e estão se coligando em rede mundial. Sabemos de todas as

consequências e as implicações éticas, políticas, sociais e econômicas da inércia na inclusão escolar. Por isso, luta-se pela universalização do paradigma da inclusão, esse é um movimento que teve uma base social e histórica de luta e de defesa dos direitos humanos e das minorias em geral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história do Brasil exibe séculos de mazelas sociais que ainda perduram atualmente, e constituem grandes obstáculos à superação da pobreza e da desigualdade social. A ausência de um aporte educacional e cultural adequado impede o sucesso de grande parte das políticas públicas pois impede a efetiva conscientização da população a respeito dos objetivos e benefícios delas. Observa-se ainda, que a ausência de formação intelectual mínima muito comumente está associada a uma nefasta situação social: a pobreza.

Nas últimas décadas, a educação nacional sofreu repressivas ações de sucateamento, em termos de política educacional, investimento econômico e perspectiva cultural de formação, freando a possibilidades de avanços, a médio e a longo prazo, de um projeto de sociedade democrático e promotor da autonomia política, intelectual e social dos alunos.

A política pública deve ser implementada em sintonia com atividades educacionais adequadas à população destinatária e que atue na conscientização com o objetivo de incutir nos indivíduos os reais benefícios do projeto de sociedade, assim como desenvolver autonomia para que possa sozinho cuidar de seu bem-estar sem a necessidade do auxílio estatal para tanto. De fato, as políticas sociais somente tornam-se sustentáveis e perenes quando o indivíduo beneficiado por elas assume o controle de sua vida, tornando-o um cidadão autônomo capaz exigir seus direitos e de exercer seus deveres para com a sociedade

O trabalho em tela objetivou analisar a proposta da gestão educacional participativa enquanto meio de transformação educacional, econômica, política, social e cultural, a fim de propor meios para que a sociedade em geral usufrua de forma mais ampla de seus direitos e deveres, enquanto coletivo, a partir da noção individual de cidadania. Pressupõe-se, portanto, o espaço da escola como um ambiente democrático por excelência, sendo essencial a construção de situações que levem ao diálogo e à manutenção da autonomia como forma de agregar valores de cidadania, inclusão, justiça social e participação comunitária da gestão escolar.

A escola pública deve desenvolver uma atuação que supere os limites dos muros da escola, deve ir além das salas de aula ao educar pessoas munidas com fortes aportes éticos e morais as quais sejam capazes de conceber que através de seu agir individual podem intervir de forma positiva na esfera coletiva, buscando melhorar sua

realidade e a da comunidade que o cerca nos diversos âmbitos da vida em sociedade.

A instituição escolar pública vem sobrevindo por muitas modificações para que consiga obter um exemplo ideal de informação da comunidade escolar, procurando recursos para sobrepujar os entraves deparados na atualidade pelo responsável pela gestão escolar. Ainda com tamanhas instigações necessitamos nos apoiar na hipótese de que as mudanças demandam uma abrangência crítica e reflexiva dos profissionais da educação com a finalidade de reconstruírem suas práticas pedagógicas, nas quais o adequado significado é a democratização da escola pública e o alargamento intelectual de nosso alunado. Para isso, além de uma escolar coletiva, isto é, democrática, essa educação precisa ser de caráter que respeita a verdadeira função social da educação.

Diante disso, é de grande relevância que a escola trabalhe pautada nos conceitos de cidadania, de democracia e de autonomia para que a participação na prática pedagógica atinja adequadamente o cotidiano escolar, fazendo de cada aluno, um indivíduo capaz de contribuir salutarmente, podendo colaborar com a manutenção da ordem ou com a transformação da realidade em benefício do perfil social no qual a comunidade escolar se encaixa.

Apesar de apresentar inúmeros problemas, a instituição escolar é de extrema importância para viabilizar a construção de um projeto comum de sociedade e de educação. Ainda que a escola seja um local de reprodução e transmissão cultural, é também um espaço de reflexão, criação e transformação. Uma escola democrática e de qualidade pode ter papel fundamental na diminuição da desigualdade social e na melhoria da qualidade de vida de toda a população.

Porém, esta escola deve ser problematizada, em relação a sua função social, objetivos e métodos, de forma contextualizada. Esta está inserida em uma determinada sociedade e época, e tanto no diagnóstico como no estabelecimento das metas educacionais, devem-se considerar os aspectos sócio- históricos. A reflexão sobre a aprendizagem do aluno, sobre a realidade da sala de aula e da instituição, não pode ser fragmentada ou dissociada do contexto social e político.

A educação não é meramente a transmissão de conteúdo formal aos educandos, antes, a educação tem como objetivo precípuo a constituição do senso de cidadania. Para tanto, no espaço escolar, toda essa atuação e pensamento deve cooperar com uma educação emancipadora e moderadora, com vistas a formar os cidadãos e cidadãs capazes de compreender de forma autônoma o mundo e com plena capacidade de decidir os rumos nos quais desejam viver.

REFERÊNCIAS

BENEVIDES, M. V. **A Consciência da Cidadania no Brasil**, 1994.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 1999.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96).** Brasília, 1996.

BRASIL, **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Diário Oficial da União, Brasília (DF), v. 134, n. 248, p. 27.833-27.841, 23 dez. 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

CENTRO DE ENSINO SUPERIOR SANTA FÉ. **Manual de Normalização para Trabalhos Acadêmicos.** São Luís, 2006.

DELOURES, J. **Educação um tesouro a descobrir**. São Paulo, Cortez, Brasília DF: MEC: UNESCO, 1998.

FERREIRA, N. S. C. **Gestão Democrática da educação: ressignificando conceitos e possibilidades**. 5ed. São Paulo: Cortez editora, 2006.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1981.

FREIRE, P. **A Educação na Cidade**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995. p. 144.

GADOTTI, M. **A Autonomia como Estratégia da Qualidade de Ensino e a Nova Organização do Trabalho na Escola**. Petrópolis: Vozes, 1995.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e Gestão da Escola teoria e prática**. Alternativa, Goiânia, 2000.

LOPES, J. **Uma Introdução ao Estatuto da Escola do Terceiro Milênio: a Escola Contingencial.** In: Revista de Administração Educacional. Recife, v. 1, nº 1, p. 1-88,1997.

PARO, V. H. **Gestão escolar, democracia e qualidade do ensino**. São Paulo: Ática, 2000.

PARO, V. H. **Administração Escolar: Introdução Crítica.** São Paulo: Cortez, 2002.

PARO, V. H. **Gestão Democrática da Escola Pública**. 3ª ed. São Paulo: Ática, 2003.

ROMÃO, J. E.; PADILHA, P. R. **Diretores escolares e gestão democrática da escola**. In: GADOTTI, M.; ROMÃO, J. E. (Org.). **Autonomia da escola: princípios e propostas**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

SAVIANI, Demerval. **Escola e Democracia: Teorias da Educação, Curvatura da Vara, Onze Teses sobre Educação e Política**. São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1983.

SILVA, H. **Educação em Direitos Humanos: Conceitos, Valores e Hábitos**, **São Paulo**: Faculdade de Educação-USP, Dissertação de Mestrado, 1995.

VASCONCELOS, Celso dos Santos. **Coordenação do Trabalho Pedagógico: do Projeto Político-pedagógico ao Cotidiano da Sala de Aula**. São Paulo: Libertad, 2004.

VIANNA, Ilca Oliveira da Almeida. **Planejamento Participativo na Escola: um desafio ao educador.** São Paulo: EPU, 1986.

WEFFORT, F. **Escola, Participação e Representação Formal**. Petrópolis: Vozes, 1995.

SINDICÂNCIA

Franco, José Henrique de Barros

RESUMO

A sindicância nada mais é que o procedimento administrativo disciplinar adotado pelo regime militar para apurar transgressões disciplinares militares, tratando-se, pois, de um procedimento que apresenta diversas peculiaridade em razão da existência no ramo dos militares da chamada hierarquia e disciplina que são o cerce de sua organização. Depois de demonstrada toda a adequação do regime militar, suas normas de conduta e formas de punição, a normas constitucionais e infraconstitucionais, será também abordado o passo a passo da sindicância, desde o instrumento que a inicia até o instrumento que põem fim. Sendo também abordado a competência para a instauração da sindicância, sua importância, finalidade e as punições que podem ocorrer de sua instauração e procedimentos. Buscando assim o presente trabalho o objetivo de melhor compreensão de toda sistemática relacionada as punições disciplinares relativa aos militares, toda estrutura administrativa que a cerca, sua organização, previsão constitucional e demais dispositivos legais que a fundamenta. Concluindo o presente trabalho pela demonstração da importância da sindicância no seio militar, do respeito e observância a toda peculiaridade que o meio militar apresenta, sem, contudo, deixar de respeitar a constituição e demais normas vigentes mostrando conformidade entre elas e as normas. A metodologia utilizada para alcançar tal objetivo foi o método de pesquisa qualitativa, que tem como base a construção do conhecimento por meio da compreensão do mundo militar e suas regras próprias que a difere do mundo civil. Os problemas pesquisados foram as nulidades que podem decorrer da falta de conhecimento específico da matéria, qual seja, sindicância. Para solução do problema bastaria a existência de um setor, onde o sindicante pudesse se socorrer nas dúvidas durante o procedimento administrativo da sindicância, em razão da peculiaridade que a cerca e dos poucos profissionais e matérias sobre o tema. O estudo busca nos conceitos e teorias de grandes autores, o embasamento teórico necessário para sua conclusão, utilizando a literatura disponível sobre o tema sindicância, através da consulta de livros e site. Do estudo do tema pode-se entender o real sentido da sindicância, seus problemas e soluções encontradas.

PALAVRAS-CHAVE: Sindicância. Portaria e IPM

INTRODUÇÂO

O presente trabalho tem como objetivo o estudo da sistemática relacionada as punições disciplinares relativo aos militares, em caso especifico do presente trabalho a sindicância.

A sindicância nada mais é que o procedimento administrativo disciplinar adotado pelo regime militar para apurar transgressões disciplinares militares, sendo que será abordo no presente estudo toda a organização e sua previsão na constituição e demais dispositivos legais.

Será abordada toda a peculiaridade que este setor do funcionalismo público requer, qual seja, militares, isso em razão da existência no ramo dos militares da chamada hierarquia e disciplina que são o cerce de sua organização.

Todavia, apesar toda peculiaridade apresentada, será mostrado que esse regime deve obediência as normas constitucionais e infraconstitucionais, apontado os diversos dispositivos legais que o regulam.

Depois de demonstrados toda a adequação do regime militar, suas normas de conduta e formas de punição, a normas constitucionais e infraconstitucionais, será também abordado o passo a passo da sindicância, desde o instrumento que a inicia até o instrumento que põem fim.

Sendo também abordado a competência para a instauração da sindicância, sua importância, finalidade e as punições que podem ocorrer de sua instauração e procedimentos.

Também será exposto a dificuldade do conhecimento da matéria e das nulidades que podem acontecer decorrente do desconhecimento desse procedimento.

Concluindo o presente trabalho pela demonstração da importância da sindicância no seio militar, do respeito e observância a toda peculiaridade que o meio militar apresenta, sem, contudo, deixar de respeitar a constituição e demais normas vigentes mostrando conformidade entre elas e as normas.

A administração pública estabelece a todos seus servidores normas disciplinares ao qual estarão submetidos, estabelecendo assim para apuração de alguma falta ou irregularidade, a realização de um processo administrativo disciplinar, com a observância dos direitos e garantias fundamentais esculpida na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Ocorre que no mundo militar, seus regulamentos possui uma certa peculiaridade, uma vez que, existem normas especificas que regem o processo administrativo disciplinar militar.

Estabelece a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, mediante procedimento administrativo disciplinar militar, competências da justiça militar estadual para julgar policiais e bombeiros militares e a justiça federal para julgar militares das forças armadas, conforme dispõe o seguinte artigo:

Sindicância.
Franco, José Henrique de Barros. Págs. 83 – 92.

> Art. 125. Os Estados organizarão sua Justiça, observados os princípios estabelecidos nesta Constituição.
> § 3º A lei estadual poderá criar, mediante proposta do Tribunal de Justiça, a Justiça Militar estadual, constituída, em primeiro grau, pelos juízes de direito e pelos Conselhos de Justiça e, em segundo grau, pelo próprio Tribunal de Justiça, ou por Tribunal de Justiça Militar nos Estados em que o efetivo militar seja superior a vinte mil integrantes.(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)
> § 4º Compete à Justiça Militar estadual processar e julgar os militares dos Estados, nos crimes militares definidos em lei e as ações judiciais contra atos disciplinares militares, ressalvada a competência do júri quando a vítima for civil, cabendo ao tribunal competente decidir sobre a perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação das praças. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)
> § 5º Compete aos juízes de direito do juízo militar processar e julgar, singularmente, os crimes militares cometidos contra civis e as ações judiciais contra atos disciplinares militares, cabendo ao Conselho de Justiça, sob a presidência de juiz de direito, processar e julgar os demais crimes militares. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

Sobre os dispositivos legais que regulam a matéria, temos na esfera estadual, os regulamentos disciplinares de cada estado, já no âmbito federal há previsão do estatuto dos militares expresso pela lei 6.880/80 e pelos regulamentos disciplinares de cada força armada.

Além das previsões legais informada acima, também existe o decreto 71.500/72 que trata das transgressões militares cometida por militares praças, que serão julgados pelo Conselho de Disciplina e a lei 5.836/72 se o militar for oficial, pelo Conselho de Justificação, servindo essas regras tanto para as forças armadas como para as forças auxiliares, polícia militar e bombeiro militar.

No que diz respeito a violação da conduta militar está prevista na lei 6.880/80 no seguinte artigo:

Art. 42. A violação das obrigações ou dos deveres militares constituirá crime, contravenção ou transgressão disciplinar, conforme dispuser a legislação ou regulamentação específica.

Caso as transgressões sejam de natureza leve ou média, caberá a sua apuração mediante sindicância militar, procedimento disciplinar com menor complexidade e menos formal, ou caso leve a descoberta de algo mais grave acarretará procedimento para a instauração de inquérito penal militar.

Com isso temos a sindicância no âmbito militar, como um processo administrativo disciplinar militar que serve tanto para apenar transgressões de natureza leve ou média como para verificação de uma possível existência de uma infração penal militar, que poderá dar causa a uma instauração de um inquérito policial militar.

Sindicância.
Franco, José Henrique de Barros. Págs. 83 – 92.

Trata-se, a sindicância pois, também de um procedimento acautelatório, no sentido de primeiro diligenciar algumas ações em busca de provas necessárias e suficientes ao ponto de amparar futura instauração de inquérito policial militar, evitando com isso, procedimentos desnecessários de acusações sem a devida prova, se precavendo assim das consequências jurídicas, como Denunciação Caluniosa, disposta no artigo:

> Art. 343 do código penal militar que assim diz: Dar causa à instauração de inquérito policial ou processo judicial militar contra alguém, imputando-lhe crime sujeito à jurisdição militar, de que o sabe inocente:
> Pena - reclusão, de dois a oito anos.
> **Agravação de pena**
> Parágrafo único. A pena é agravada, se o agente se serve do anonimato ou de nome suposto.

Bem como da Comunicação Falsa de Crime, como dispõe o artigo:
Art.344 que assim diz: Provocar a ação da autoridade, comunicando-lhe a ocorrência de crime sujeito à jurisdição militar, que sabe não se ter verificado: Pena - detenção, até seis meses.
Com isso a Sindicância que é um processo administrativo disciplinar militar, visa a apuração de uma prática, mediante ação ou omissão de alguma transgressão ou crime militar, assegurando sempre a quem é objeto da sindicância o devido processo legal, com contraditório, ampla defesa e demais direitos constitucionais.
Conforme afirma FERREIRA, 1996, p. 56: "A sindicância poderá ser feita verbalmente ou por escrito, devendo, portanto, a sua conclusão ser sempre por escrito".
Conforme dito anteriormente uma das finalidades da sindicância é a busca pela existência de indício mínimo de provas aptas a ensejar a instauração de um inquérito penal militar, ou para punições leve ou média.

DA COMPETÊNCIA PARA DETERMINAR INSTAURAÇÃO DE SINDICÂNCIA. Segundo FERREIRA, 1996, p.56.

> "A competência para a instauração de sindicância fica a cargo do: Comandante-Geral, do Chefe do Estado-Maior, do Chefe do Gabinete Militar, dos Comandantes do CPM ou CPI, dos Diretores, do Ajudante-Geral, dos Comandantes de Batalhões ou Unidade-Escola e dos Comandantes de Companhias Independentes".

A autoridade competente que instaura a sindicância deve observar alguns critérios, tais quais: O encarregado da Sindicância deve obrigatoriamente, ser oficial de posto superior ao sindicado ou, não existindo oficial de posto maior, poderá ser nomeado encarregado oficial do mesmo posto, porém mais antigo no oficialato.
O prazo estabelecido nas normas, de duração da sindicância é de até 10 dias, contado da entrega da documentação, pode ser prorrogado por mais

Sindicância.
Franco, José Henrique de Barros. Págs. 83 – 92.

dias pela autoridade que determinou a instauração, em razão de justificativas, contudo não poderá ultrapassar o prazo máximo de 60 dias.

TIPOS DE SINDICÂNCIA - SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA.

É aquele procedimento de sindicância que já nasce da pré-existência de um fato investigado bem com a identificação do militar no qual lhe é imputado esse fato, não significando com isso que o militar no qual lhe é imputado o fato, já seja o culpado, pois deverá a sindicância prosseguir para fornecer ao acusado os meios de defesa, para só ao final, mediante provas chegar a conclusão pela inocência o culpa.

SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA.

É um procedimento de sindicância diferente da acusatória, no sentido de não trazer a identificação do acusado, desconhecendo a autoria do fato investigado, por isso trata-se de procedimento investigatório no sentido de diligenciar para obter provas que aponte e identifica um suposto autor do fato investigado.

Dessa forma temos que a sindicância investigativa e um procedimento administrativo, uma vez que, não se tem um possível autor, tratando-se então de mero procedimento em busca de autoria.

Já a sindicância acusatória e um procedimento que possui natureza de processo, pois possui possível autor e fato investigado, por isso deve ser observado devido processo legal, ampla defesa e contraditório.

PORTARIA:

A portaria e o instrumento oficial pela qual se dá início a sindicância, guardando as devidas proporções, a portaria se assemelha a denúncia para o Ministério Público na ação penal.

Dessa forma e dos fatos descritos na portaria que o sindicado deverá se defender, não podendo a autoridade sindicante imputar ao sindicado outro fato que não esteja ali descrito.

NOTIFICAÇÃO CITATÓRIA

E o ato pelo qual se dá ciência ao acusado do teor da acusação por meio de cópia da portaria que instaurou a sindicância, bem como da data de sua inquirição, informando do direito de o acusado ofertar defesa prévia e de que pode requerer a juntada de provas. Salienta-se que nesse ato não abre prazo para defesa prévia, mas, apenas informa ao sindicado do direito de apresentar defesa previa, sendo esse prazo aberto por ocasião do interrogatório.

Assim como no processo judicial, a citação do sindicado e pessoal, ou seja, deve ser citado pessoalmente, dos fatos que lhe é imputado, sob pena de nulidade.

INTERROGATÓRIO:

E um instrumento da defesa, ou seja, do sindicato, uma vez que nessa oportunidade poderá se defender apresentando sua versão dos fatos, sendo um direito do sindicado ele pode escolher se comparece ou não a o interrogatório, sem, contudo, cometer qualquer transgressão disciplinar para com o oficial sindicante.

Sindicância.

Franco, José Henrique de Barros. Págs. 83 – 92.

Agora se a convocação for por meio de oficio emitido por seu comandante, deverá comparecer, todavia não é obrigado a prestar nenhuma declaração se não quiser.

DEFESA PRÉVIA

E o momento pelo qual o sindicado apresentara sua defesa escrita dos fatos, apresentando as testemunhas que deseja serem ouvidas.

DA COLHEITA DE OUTRAS PROVAS - PROVA TESTEMUNHAL

As testemunhas arroladas pela acusação serão ouvidas primeiro que as arroladas pela defesa do sindicado, todavia em casos excepcionais pode ocorre a inversão.

Mesmo sendo um procedimento administrativo militar, tem o sindicado as mesmas prerrogativas de processo judicial de não ser obrigado a falar a verdade, todavia assim como no processo judicial as testemunhas têm a obrigação de dizer a verdade, sob pena de falso testemunho.

DAS PROVAS DE OUTROS DOCUMENTOS COMO PROCESSO JUDICIAIS, INQUÉRITOS, PROCESSO DE LICENCIAMENTO E OUTRAS SINDICÂNCIAS.

Admite-se a juntada de outros documentos utilizados em outros processos, desde que nesses processos tenha sido observado o contraditório e ampla defesa, sendo esses documentos chamados de prova emprestada.

Dessa forma não se aceita documentos tipos: IPM e sindicância investigativa por não ser observado nesses procedimentos o contraditório e ampla defesa.

DO DEPOIMENTO DA VÍTIMA

Que na verdade não é vítima e sim ofendida, pois vítima e sempre a administração pública, por isso não deve a sindicância ser arquivada pelo argumento de que a vítima não tem interesse no seguimento da ação, pois não é ela a vítima e sim a administração pública, tratando-se ela como ofendida.

DA ACAREAÇÃO:

E procedimento adotado para confrontar versões diferentes para o mesmo fato e o ato de colocar frente a frente às pessoas que tem versões diferentes para o mesmo fato e com isso descobrir quem realmente está dizendo a verdade.

Isso pode acontecer entre as testemunhas, ou entre testemunhas e sindicado, entre sindicados ou entre vítima e testemunhas ou sindicado.

REINQUIRIÇÃO

Ocorre quando sindicado, testemunha ou mesmo vítima já ouvidos, pelo sindicante, este toma conhecimento de fatos novos após ouvir outras testemunhas, necessitando dessa forma de novos esclarecimentos.

DA RETIRADA DO SINDICADO DURANTE OS DEPOIMENTOS DE OFENDIDO E TESTEMUNHAS

É uma situação delicada e constrangedora, e por isso deve ser uma exceção, todavia pode ser necessária, nesse caso deve ser devidamente

Sindicância.
Franco, José Henrique de Barros. Págs. 83 – 92.

fundamentada o motivo da retirada do sindicado da sala de audiência, uma vez que é direito do sindicado acompanha o ato em homenagem ao contraditório.
No caso de retirada do sindicado da sala de audiência este deve ser representado em sua ausência do depoimento, para que o contraditório possa ser exercido, neste caso se o sindicado não tiver advogado, deve ser nomeado um defensor ad hoc, ou seja, para acompanhar o ato, podendo esse defensor ser qualquer outro militar disponível para o feito, de preferência oficial e com formação em Direito.

DAS ALEGAÇÕES FINAIS

É o último ato de defesa escrita do sindicado e o mais importante, onde deverá ser descrita toda a tese de defesa, fundamentando com as provas colhidas nos autos e dispositivos legais pelos quais deve ser o sindicado considerado inocente, sua importância e tão grande que não pode a sindicância ser encerrada sem esse instrumento.

RELATÓRIO

E instrumento pelo qual o sindicante irá narrar minuciosamente tudo que ocorreu até então na sindicância, descrever detalhadamente e na ordem cronológica e sequencial as provas colhidas no decorrer da sindicância, para com isso fundamentar, o sindicante seu convencimento pela existência ou não de um transgressão disciplinar, e caso aponte pela existência de transgressão disciplinar deverá apresentar claramente e bem objetivo o dispositivo violado, bem como as circunstâncias agravantes e atenuantes se houve.

DAS NULIDADES:

As questões de nulidade no processo administrativo disciplinar militar, é uma questão complexa e muito delicada nesse meio, onde é de pouco conhecimento de seus operadores.
Contudo como qualquer processo deve ser observado em seus procedimentos o respeito às leis e a constituição, assim o processo administrativo disciplinar militar deve ser realizado com toda transparência lisura e respeito ao devido processo legal, contraditório e ampla defesa, e com isso não incorrer a administração em nenhum ato de abuso de poder.

DA MOTIVAÇÃO DAS DECISÕES ADMINISTRATIVAS

O princípio da motivação das decisões, significa que as decisões administrativas sejam motivadas sob pena de nulidade. A motivação abrange o fundamento da decisão que deve apontar os motivos que levaram a autoridade sindicante a chega a conclusão pelo cometimento ou não do sindicante de transgressão militar.
Também abrangem o princípio da motivação a narrativa dos fatos pelo sindicante, bem como o seu enquadramento com o dispositivo legal violado, ou seja, fazer uma relação entre os fatos e com o apontamento do dispositivo que imputa violado pela conduta do sindicado.

Sindicância.
Franco, José Henrique de Barros. Págs. 83 – 92.

Esse princípio está entre um dos mais importante, uma vez que sua ausência pode levar a consequência de ser considerado inexistente o devido processo legal, é esse princípio que difere a discricionariedade da arbitrariedade, dessa forma então entende a maioria da doutrina que mesmo os atos discricionários devem ser motivados.

COISA JULGADA ADMINISTRATIVA

Coisa julgada e quando a questão atual já foi objeto de decisão por outro juiz, tendo essa decisão transitada em julgado, impedido qualquer juiz de apreciar novamente o mesmo mérito, sendo isso descrito no art. 485 do Código de Processo Civil, em seu inciso V que assim diz: "extingue se o processo, sem resolução de mérito: 'quando o juiz acolher a alegação de perempção, litispendência ou de coisa julgada".

Na esfera da administração militar, não ocorre esse fenômeno, no significado da palavra, uma vez que, por se tratar de uma decisão administrativa, como toda decisão dessa natureza pode ser submetida a apreciação do poder judiciário, como diz o Art. 5º, inciso XXXV da Constituição da República do Brasil que assim diz: "A lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito".

Assim o que temos e a coisa julgado administrativa ou irretratabilidade, que é quando um processo administrativo já teve uma decisão de mérito terminativa, não pode mais ser submetido a nova análise de julgamento administrativo.

Dessa forma se um processo administrativo obedeceu todo o tramite em seu procedimento, não contendo nenhuma nulidade e não sendo mais cabível qualquer recurso administrativo, dizemos que ocorreu coisa julgada formal, não podendo ser mais renovada.

DA TRANSFORMAÇÃO DA SINDICÂNCIA EM IPM

Se a conclusão da sindicância for de crime comum, deve-se encaminhar cópias do procedimento para autoridade de polícia judiciária do local do cometimento do crime.

Contudo caso seja a conclusão pela incidência de crime militar, deve a sindicância ser transformada em Inquérito Policial Militar, ou caso o militar sendo estável, seja caracterizada incidência da prática de transgressões atentatórias à honra pessoal, ao sentimento do dever, ao pundonor militar e ao decoro da classe, será o militar submetido ao Conselho de Disciplina se for praça, caso seja oficial ao Conselho de Justificação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como dito no presente trabalho, a atividade militar possui regras diferentes dos demais institutos que rege a vida da sociedade civil, tais quais: hierarquia, disciplina, o pundonor militar, o espírito de corpo, o patriotismo entre outras virtudes.

Sendo assim, a administração militar em seu poder/dever no exercido da aplicação de punições disciplinares, observa regras próprios, uma vez que não possui, por ser categoria diferenciadas, instituto cível que se adéque as suas características.

Sindicância.
Franco, José Henrique de Barros. Págs. 83 – 92.

A transgressão militar que se caracteriza pela inobservância de suas regras, será apurada por meio de processo administrativo disciplinar militar, qual seja, sindicância, tratando esse instituto de uma atividade meio da administração militar, uma vez que sua atividade fim é garantir a soberania do pais.

A sindicância objeto do presente trabalho trata-se de procedimento instaurado para apuração de fatos que possa ensejar a instauração de inquérito penal militar, ou para aplicação de penas leves ou média.

Esse instituto mostrou-se de extrema importância, uma vez que visa garantir que os militares tenham sempre conduta combatível a importância do cargo que ocupa.

Todavia apesar de no seio militar vigor hierarquia e disciplina, a sindicância conforme visto deve obedecer todos os preceitos do ordenamento jurídico pátrio.

Revelou-se de estrema importância para o perfeito funcionamento da administração militar, uma vez que, seja qual for a função exercida, deve –se sempre existir fiscalização para o seu bom funcionamento.

Nesse sentido a sindicância contribui de forma extremamente significativa, contudo deve, conforme demonstrado pelo presente estudo, o sindicante ter o necessário conhecimento dos procedimentos, no intuito de evitar a alegação de qualquer nulidade.

Sendo observado todos os requisitos legais e princípios que rege a sindicância, sua existência contribui se suma importância para o bom andamento e ordem da administração pública militar, sempre também levando em conta toda peculiaridade existente nessa grandiosa instituição.

REFERÊNCIAS

BEÊ, Ana Paula. **O processo administrativo disciplinar no âmbito das forças armadas e sua (des)conformidade com a constituição de 1988.** 2008. Disponível em: https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/30977/M%201053.pdf?seque. Acessado em 28 de maio de 2018.

BRAGA, Raimundo Valmir. **Sindicância militar e sua processualudade sob a égide do decreto nº 4.346/02, regulamento disciplinar do exército e sua questionada constitucionalidade. o direito na persecução da justiça.** 2008. Disponível em: https://repositorio.ucb.br/jspui/bitstream/10869/4105/2/Raimundo%20Valmir%20Braga.pdf. Acessado em: 10 de junho de 2018.

FERREIRA, Avilmar Santos: **Inquérito policial militar e sindicância. Procedimentos para instauração doutrina, prática e legislação.** Belo Horizonte: Del Rey, 1996.

LOBÃO, Célio. **Direito penal militar.** Brasília. Brasília Jurídica, 1999.

NETO, José da Silva Loureiro. **Processo penal militar.** São Paulo. Atlas, 1995.

SILVA, Demétrios Wagner Cavalcante. **Sindicância Administrativa.** Disponível em: https://pt.scribd.com/doc/176901393/MANUAL-SIMPLIFICADO-Sindicancia-COM-MODELOS. Acessado em: 05 de junho de 2018.

TAVARES, Carlos Henrique. **Sindicância no Exército: Noções gerais e procedimentos à luz das normas pertinentes.** 2016. Disponível em: https://carlosmilitarexercito.jusbrasil.com.br/artigos/401162409/sindicancia-no-exercito acessado em: 02 de junho de 2018.

A IMPORTÂNCIA DA NUTRIÇÃO ESPORTIVA NO SERVIÇO OPERACIONAL DE GUARDA-VIDAS

Lorenzetto, Rafael[8]

RESUMO

O presente artigo abordará a importância da nutrição esportiva aplicada aos guarda-vidas que atuam no serviço do Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná, realizando o monitoramento e salvamento de pessoas em áreas frequentadas por banhistas. Inicialmente, um breve histórico será apresentado acerca do surgimento da profissão no mundo e, posteriormente, no Brasil. Em seguida, será analisada a rotina dos guarda-vidas, especificamente em relação à jornada de trabalho na Operação Verão 2018/2019, a qual conta com 403 bombeiros e 23 guarda-vidas civis atuando diretamente no litoral paranaense, além do reforço de 45 militares no efetivo operacional, divididos em 89 postos ao longo de aproximadamente 60 km de extensão de áreas utilizadas por banhistas no litoral do Paraná. Ainda, serão avaliadas as condições que estes profissionais são submetidos no treinamento e no exercício de suas funções e, consequentemente, será demonstrado que as atividades desenvolvidas exigem um alto preparo físico, sendo possível a sua comparação com o treino de atletas. Por fim, como objetivo principal do presente artigo, a nutrição esportiva será apresentada como fator de grande importância na preparação e no desenvolvimento das atividades de guarda-vidas, sendo destacada a relevância de uma dieta balanceada para suprir as necessidades fisiológicas, decorrentes das atividades físicas praticadas pelo guarda-vidas durante o treinamento e no cumprimento da missão constitucional do Corpo de Bombeiros da PMPR, visando alcançar um desempenho adequado. Para tanto, a metodologia utilizada para alcançar o objetivo será através da análise da situação enfrentada pelos bombeiros nas atividades realizadas, bem como, com base na doutrina acerca do tema.

PALAVRAS-CHAVE: Nutrição esportiva. Bombeiros Militares. Guarda-vidas.

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objetivo demonstrar a importância da nutrição esportiva para os profissionais que desenvolvem a atividade de

[8] Pós-graduando do curso de Nutrição Esportiva do Instituto Souza, lorenzetto@hotmail.com;

guarda-vidas, demonstrando os benefícios caso seja seguida, durante a preparação/treinamento e no exercício da atividade profissional.
Inicialmente, será apresentado um breve histórico acerca do serviço de guarda-vidas, em relação ao surgimento da atividade no mundo, bem como, no Brasil e no Paraná.
Na sequência, a rotina dos guarda-vidas será analisada, especificamente em relação à jornada de trabalho na Operação Verão 2018/2019, realizada no litoral paranaense entre os dias 21 de dezembro de 2018 a 6 de março de 2019, sendo integrada por 403 bombeiros militares e 23 guarda-vidas civis, além do reforço de 45 militares no efetivo operacional, os quais foram divididos em 89 postos em aproximadamente 60 km de extensão de áreas utilizadas por banhistas no litoral paranaense.
Além disso, a preparação para a Operação Verão 2018/2019 também será considerada, a fim de demonstrar o nível de preparação física necessário para que os guarda-vidas integrem o efetivo e desenvolvam da melhor forma possível suas funções.
Em continuidade, o presente artigo demonstrará a semelhança entre o treinamento e trabalho desenvolvido pelos guarda-vidas e o treinamento de atletas de alto nível, tendo em vista que a atividade exercida pelos guarda-vidas exige preparo físico em diferentes modalidades esportivas.
Por fim, a nutrição esportiva será apresentada como fator de grande importância nas etapas de preparação e também no desempenho das funções desenvolvidas pelos guarda-vidas.

BREVE HISTÓRICO ACERCA DA ATUAÇÃO DOS GUARDA-VIDAS

A origem da atuação dos guarda-vidas no salvamento de pessoas é incerta, mas desde o início do século XIX existe registro de pessoas atuando como guarda-vidas, nas modalidades particular e voluntário, em algumas praias do mundo.
Em Marselha, França, foi realizado o primeiro congresso mundial, em 1878, abordando o salvamento aquático como tema. Em 1910, na capital francesa, foi instituída a primeira organização internacional com o objetivo de prevenir acidentes aquáticos, a FISA - Federation Internationale de Sauvatage Aquatique, atualmente, denominada como International Life Saving Federation.
No Brasil, na década de 1910, as atividades de guarda-vidas tiveram início na praia de Copacabana, no Rio de Janeiro. Todavia, existem registros de que o Grande Hotel do Guarujá, na praia de Pitangueiras, antes da referida data, já contava com dois nadadores contratados, visando a prevenção de acidentes aquáticos com seus hóspedes.
No Paraná, a origem da atividade de guarda-vidas no litoral paranaense ocorreu em torno de 1929 com os pescadores auxiliando no salvamento dos banhistas. Em 1954 houve a nomeação, pelo Governador do Estado, Bento Munhoz da Rocha Neto, dos primeiros seis guarda-vidas civis, os quais monitoravam as praias de Matinhos e Caiobá. Somente a partir de 1960 o Corpo de Bombeiros do Paraná passou a ser responsável pelos

salvamentos, sendo os guarda-vidas treinados pelo Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro, o qual já desenvolvia a atividade no litoral do seu respectivo Estado.
Com o passar dos anos o número de banhistas aumentou rapidamente e em grande escala. Atualmente, a atuação dos guarda-vidas é indispensável em qualquer área que seja frequentada por banhistas.

A PREPARAÇÃO E O EXERCÍCIO DA ATIVIDADE DE GUARDA-VIDAS

A atividade desenvolvida pelo guarda-vidas exige preparo físico para que o trabalho seja realizado da melhor forma possível, tendo em vista que o serviço de salvamento e prevenção em áreas frequentadas por banhistas exige dos guarda-vidas força física e resistência aeróbica, a fim de cumprir a jornada de trabalho, durante a qual podem ocorrer salvamentos rápidos com o reboque da vítima, inclusive, por área de grande turbulência e correntes de retorno (arrebentação). Desta forma, o guarda-vidas precisa possuir resistência aeróbica específica (natação e corrida curta) e velocidade de "sprint" (natação), conforme explica o Manual do Guarda-Vidas, produzido pelo Corpo De Bombeiros do Estado de São Paulo.
Conforme o Manual de Salvamento Aquático produzido pelo Corpo De Bombeiros do Estado Paraná, os guarda-vidas que se encontram fisicamente bem treinados, com aptidão física satisfatória, possuem energia para realizar um bom trabalho e prevenir acidentes durante ocorrências operacionais.
Na Operação Verão 2018/2019, os guarda-vidas foram divididos em dois turnos, o primeiro inicia às 8h00min (horário padrão), abrindo excepcionalmente às 8h30min no período de 07/01/2019 a 01/03/2019. A troca de turno ocorre às 13h30min, com o encerramento do segundo turno às 20h00min, fechando às 19h00min durante o período de 07/01/2019 a 01/03/2019 e após o termino do horário de verão às 18h00min.
Durante a jornada de trabalho, o guarda-vidas percorre a faixa de areia delimitada entre as bandeiras, as quais sinalizam o posto e orientam sobre as condições de mar, orientando os banhistas acerca dos riscos, com a atuação na prevenção de afogamentos e muitas vezes prevenindo acidentes e atuando no resgate de vítimas. Em caso de salvamentos é necessário que o guarda-vidas efetue uma corrida curta e nade até a vítima em velocidade de "sprint", e após alcançar a vítima o guarda-vidas deve retornar a faixa de areia, muitas vezes carregando a vítima por área de arrebentação.
Logo, no decorrer do dia, o guarda-vidas desenvolve atividades de caminhada, corrida e natação, variando a intensidade de acordo com a movimentação da área protegida e a ocorrência dos afogamentos. Tais atividades necessitam de uma preparação prévia por parte do guarda-vidas, pois exigem um bom condicionamento físico.
Ressalta-se, nesse contexto, que a preparação física do guarda-vidas é de extrema relevância para profissão, influenciando diretamente na

possibilidade de sucesso em salvamentos. Tal importância, inclusive, foi evidenciada pelos autores GHIRARDINI & CANCIGLIERI (2008, pg. 198), os quais, através da aplicação do treinamento de tração, constataram uma grande melhora no desempenho de salvamentos realizados pelo Corpo de Bombeiros de Araras.

Durante os treinos de natação, segundo BIESEK, ALVES & GUERRA (2015, pg. 306), o desempenho dos atletas "é influenciado pela capacidade de gerar força propulsora e minimizar a resistência ao avanço no meio líquido. Isso acontece com a melhora da técnica, do padrão biomecânico e do físico do nadador".

Ainda, segundo os autores, tendo em vista a necessidade de deslocamento de água, ao nadar a pessoa sente ter "um custo energético dez vezes maior do que atividades realizadas em ambientes terrestres". A resistência encontrada ao nadar é denominada arrasto, sendo a água aproximadamente 800 vezes mais densa do que o ar. Assim, a movimentação dentro da água depende das habilidades propulsivas, bem como, da capacidade de diminuição do arrasto durante o nado.

Além disso, como ressaltam BIESEK, ALVES & GUERRA (2015, pg. 307), a intensidade de treinamento, o gênero e a idade são fatores que podem influenciar no gasto energético da atividade. Como exemplo, os autores apontam o fato de que "um nadador amador pode necessitar cerca de duas vezes mais energia do que um nadador de elite". Nesse contexto, um dos elementos que contribuem para um melhor rendimento é a "redução da resistência à água", a qual somente é alcançada através da "melhora da habilidade técnica pelo treinamento".

Conclui-se, assim, que a atividade do guarda-vidas exige preparação física antes do período da Operação Verão, a fim de que as funções desenvolvidas sejam realizadas da melhor forma possível, inclusive, aumentando a possibilidade de sucesso nos salvamentos. Por esse motivos, todos os guarda-vidas do estado do Paraná, são submetidos a uma reciclagem de 3 meses antes do início da operação verão e ainda, ao final dela, a realização e testes específicos para comprovar a capacidade de participar ou não da operação verão.

A RELEVÂNCIA DA NUTRIÇÃO ESPORTIVA NO DESEMPENHO DO GUARDA-VIDAS

A nutrição no esporte, também chamada de nutrição no exercício, consiste na utilização da nutrição, baseada nos seus princípios, com a finalidade de aprimorar o treinamento, a recuperação e o desempenho de atletas.

De acordo com DUNFORD (2012, pg. 5), a nutrição esportiva atual teve início nos laboratórios de fisiologia do exercício, sendo que os primeiros estudos, que ocorreram na Suécia no final da década de 1930, acerca da nutrição esportiva estavam relacionados ao metabolismo dos carboidratos e das gorduras. Com o passar dos anos a ciência evoluiu dentro do tema e, como fato interessante, pode-se citar o desenvolvimento de uma bebida formulada cientificamente para a equipe de futebol da

Universidade da Flórida, a partir dos estudos sobre a nutrição esportiva, a qual foi chamada de Gatorade, tendo como inspiração o nome de um dos pesquisadores e da mascote da escola.
Tendo em vista a rotina intensa da atividade de guarda-vidas e a necessidade de treinamento físico constante para um bom condicionamento físico, a nutrição esportiva se mostra como fator de grande relevância para o guarda-vidas.
Ao contrário do que muitas pessoas acreditam, o atleta para seguir o padrão dietético mais adequado não deve ingerir elevados índices de gordura e proteína em detrimento de carboidratos, sendo poucos que seguem o melhor padrão.
De acordo com HIRSCHBRUCH (2014, pg. 122), todos os estudos realizados com nadadores concluíram que as necessidades proteicas foram atingidas ou ultrapassadas pelos atletas, tendo em vista que a proteína é supervalorizada no meio esportivo. Todavia, quando as proteínas são ingeridas em excesso pode ocorrer uma menor biodisponibilidade de cálcio e desidratação dos atletas.
Segundo SALO & RIEWALD (2011, p. 180), existem seis nutrientes básicos que fornecem ao corpo a energia necessária para prática da natação, bem como, auxiliam na reparação após a prática intensa e facilitam a recuperação. Os referidos nutrientes são: carboidratos, proteínas, gordura, vitaminas, minerais e água.
De acordo com o Manual de Salvamento Aquático produzido pelo Corpo De Bombeiros do Estado Paraná, o equilíbrio correto dos primeiros rês principais grupos de alimentos é de fundamental importância para a saúde e controle do peso.
A importância da ingestão de carboidratos para as pessoas que praticam natação, como no caso dos guarda-vidas durante o treinamento e na própria rotina de trabalho, é ressaltada por SALO & RIEWALD (2011, p. 180):

> "O carboidrato é transformado pelo corpo em açúcar (como a glicose) e, ao contrário do que dizem os defensores das dietas pobres em carboidrato, ele é essencial para o bom desempenho na Natação. O açúcar que entra na corrente sanguínea é armazenado nos músculos e no fígado como glicogênio. Esse glicogênio armazenado, por sua vez, é usado como fonte de energia primária pelo cérebro, pelo sistema nervoso e também pelos músculos ativos."

Portanto, o guarda-vidas não deve manter dietas que reduzam significativamente a ingestão de carboidratos, pois a atividade desenvolvida exige muita energia, sendo os carboidratos a fonte primária.
Ainda, segundo os autores, dentre as melhores fontes de carboidratos podem ser citadas: as frutas, verduras, cereais, grãos, feijões e legumes, nozes e laticínios. Em relação à quantidade, em média de 6 a 10 g de carboidrato por kg de peso corporal deve ser consumida diariamente, variando de acordo com a intensidade da atividade e do gasto de energia.

Os carboidratos, conforme destacam os autores BIESEK, ALVES & GUERRA (2015, pg. 1), são "fundamentais para o exercício físico e para o desempenho esportivo", pois as reservas de carboidratos são limitadas e, em vários casos, inferiores a quantidade necessária para o treinamento e durante o exercício da atividade pretendida.

A proteína apesar de fornecer pouca energia, é indispensável no desenvolvimento de músculos, além disso, auxilia na reparação de eventuais danos sofridos durante o treinamento. A quantidade necessária diariamente varia entre 1 a 1,5 g de proteína por kg de peso corporal, quando desenvolvida atividade moderado, podendo chegar a 2 g por kg quando o treinamento e a atividade desenvolvida forem intensos.

Em relação à gordura, SALO & RIEWALD (2011, p. 181) destacam que, ao contrário do que muitos acreditam, esta possui relevância na dieta dos atletas, pois serve como uma grande fonte de energia, fornecendo ácidos graxos essenciais, bem como, permitindo que as vitaminas solúveis em gordura (E, D e A) sejam absorvidas durante a digestão, auxiliando várias funções fisiológicas.

A quantidade recomendada pelos autores varia de 0,7 a 1,5 g de gordura por kg de peso corporal, devendo considerar a intensidade do treino. Ressalta-se que as gorduras mono e poli-insaturadas são as mais indicadas para o consumo, pois podem trazer benefícios, tendo em vista que podem diminuir o LDL (mau colesterol) e aumentar o HDL (bom colesterol).

Ainda, de acordo com os autores SALO & RIEWALD, as pessoas que praticam natação, como os guarda-vidas, também devem consumir os ácidos graxos ômega 3 (gordura insaturada), pois estes oferecem benefícios para a saúde e desempenho, possuindo efeitos anti-inflamatórios, bem como, diminuem os riscos ligados à doença cardíaca, inclusive, podendo prevenir certos tipos de câncer.

Como gordura monoinsaturada podem ser citados: azeite de oliva, óleo de canola, óleo de amendoim, amêndoa, abacate e gergelim. E como gordura poli-insaturada: óleo de cártamo, de girassol, de milho, de soja, de algodão, de peixe e de linho, nozes, grãos, peixe e soja.

As vitaminas, o quarto nutriente indicado por SALO & RIEWALD, são componentes orgânicos que durante o exercício possibilitam a produção de energia pelo corpo, além disso, auxiliam diversas funções fisiológicas.

O mais indicado é que o guarda-vidas consuma as vitaminas necessárias por meio da ingestão de alimentos, todavia, caso exista a necessidade de suplementação da alimentação, esta deverá ser feita por meio de multivitamínico que possua uma marca com boa reputação, devendo conter as vitaminas de classe farmacêutica. Ressalta-se que não devem ser consumidas mais vitaminas do que os valores diários recomendados (VDR).

Como quinto nutriente, os minerais são substâncias inorgânicas que auxiliam na transformação dos alimentos e em várias funções fisiológicas.

Tais substâncias também devem ser adquiridas pela ingestão de alimentos, sendo necessários aproximadamente vinte minerais para que o corpo funcione adequadamente, a fim de manter a saúde e o desempenho do guarda-vidas.

O ferro pode ser apontado como um dos principais minerais para os atletas, pois é um elemento indispensável da hemoglobina, auxiliando na oxigenação. Além disso, o ferro ajuda na liberação da energia e na manutenção de um sistema imunológico saudável.

A deficiência de ferro pode provocar depleção desse mineral e, posteriormente, poderá gerar uma anemia por deficiência do mineral. Como consequência, o atleta pode sofrer com a sensação de fadiga elevada, além de fraqueza e perda de resistência, fato que afetaria diretamente na possibilidade de sucesso durante os resgates executados pelos guarda-vidas.

Nesse contexto, SALO & RIEWALD (2011, p. 181) indicam que a melhor forma de alcançar a ingestão adequada de ferro é por meio de uma dieta equilibrada, a qual deve incluir carne vermelha, frutos do mar e aves. Ressalta-se que a suplementação, no caso de deficiência de ferro, deverá ser realizada somente com a orientação de um médico ou nutricionista desportivo. No caso de guarda-vidas vegetarianos a obtenção de ferro poderá ser realizada por meio de cereais, espinafre, nozes, além de alguns tipos de feijão, podendo a absorção de ferro ser potencializada caso o consumo desses alimentos seja feito com uma fonte de vitamina C.

Por fim, conforme lecionam os autores mencionados anteriormente, a água é "responsável por até 60% do peso corporal total (75% de tecidos magros, como o músculo), e a ingestão adequada é essencial para que muitos sistemas fisiológicos funcionem de maneira correta e eficiente". Além disso, os autores ressaltam que a desidratação pode de forma muito rápida comprometer o desempenho do atleta, sendo que pesquisas indicam que a perda de água em 1% já é o suficiente para reduzir o desempenho físico e mental de atletas.

O guarda-vidas durante a jornada de trabalho geralmente está exposto a altas temperaturas e, portanto, deve ter a atenção redobrada em relação à hidratação.

A reposição de líquidos pelo guarda-vidas poderá ser feita por meio da ingestão de água ou pelo consumo de bebidas esportivas, sendo a última mais vantajosa durante a jornada de trabalho. Todavia, conforme destacam BIESEK, ALVES & GUERRA (2015, pg. 109 e 110), o guarda-vidas deve ser cauteloso quanto a quantidade de bebidas esportivas ingeridas, a fim de evitar qualquer forma de desconforto gastrintestinal, bem como, deve considerar o tempo que o estômago demora para ser esvaziado e o tempo de absorção pelo intestino.

Diante do exposto, o guarda-vidas deve seguir uma dieta balanceada contendo os nutrientes básicos para suprir a necessidade de energia (carboidratos, proteínas, gordura, vitaminas, minerais e água), sendo que

a quantidade de cada nutriente deve levar em consideração a intensidade do treinamento e da rotina do guarda-vidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As atividades desenvolvidas pelo guarda-vidas durante a Operação Verão 2018/2019 são de grande relevância para população, tendo em vista que, com o passar dos anos, o número de banhista cresceu significativamente e, consequentemente, a ocorrência de afogamentos também.

Conforme apontado no presente artigo, a preparação do guarda-vidas influencia diretamente na possibilidade de sucesso nos resgates realizados e, portanto, a profissão exige um bom condicionamento físico por meio de treinamento físico antes do início das atividades da Operação Verão.

Para tanto, a nutrição esportiva é um fator de grande relevância para o guarda-vidas, pois uma dieta balanceada pode trazer inúmeros benefícios durante o treinamento e, inclusive, durante a rotina de trabalho. Ressalta-se, ainda, que caso o guarda-vidas não siga uma dieta balanceada poderá colocar em risco a própria vida, além de reduzir as chances de sucesso nos resgates.

A dieta que deverá ser seguida pelo guarda-vidas deverá levar em consideração a intensidade de treinamento realizada pelo profissional e a rotina de trabalho durante a jornada de trabalho, a qual varia de acordo com a movimentação da área protegida. Destaca-se que dietas restritivas não são indicadas para o profissional, sendo recomendado que a ingestão dos nutrientes essenciais, a fim de suprir as necessidades energéticas, seja feita por meio de uma alimentação balanceada e no caso de suplementação o guarda-vidas deverá buscar a orientação de um médico ou nutricionista desportivo.

Faz-se necessário, portanto, que seja realizado estudo pela Terceira Seção do Estado Maior do Corpo de Bombeiros, sobre a inclusão de uma disciplina específica no Curso de Formação de Guarda-Vidas ou ainda durante a reciclagem realizada antes do início da operação verão, que explique e padronize os ítens básicos que poderão ser consumidos, bem como a quantidade adequada, para que a missão possa ser exercida com eficiência.

REFERÊNCIAS

BIESEK, Simone; ALVES, Letícia Azen; GUERRA, Isabela (organizadoras). **Estratégias de nutrição e suplementação no esporte.** 3. ed. rev. e atual. Barueri, SP: Manole, 2015. Vários colaboradores.

CORPO DE BOMBEIROS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO. Coletânea de Manuais Técnicos de Bombeiros. **Manual do Guarda-Vidas.** 1ª Ed. 2006. Disponível em: http://www.bombeiros.pr.gov.br/Noticia/Corpo-de-Bombeiros-inicia-atividades-da-Operacao-Verao-20182019 Acesso em: 10/02/2019.

SOUZA, Paulo Henrique de, 1970 - (org). Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado do Paraná. **Manual Técnico de Salvamento Aquático.** 1ª ed. Curitiba, PR: Associação da Vila Militar - Departamento Cultural, 2014.

DUNFORD, Marie. **Fundamentos de nutrição no esporte e no exercício.** (tradução Cid Figueiredo; revisor científico José Peralta). Barueri, SP: Manole, 2012.

GHIRARDINI, Evelaine Carolina; CANCIGLIERI, Paulo Henrique. **Melhora do tempo de salvamento aquático obtido com treinamentos de tração no Corpo De Bombeiros De Araras. Nutrição dos bombeiros no exercício da função de salva-vidas.** Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte – 2008. Disponível em: file:///C:/Users/Windows7/Downloads/1521-4606-1-PB.pdf Acesso em: 12/02/2019.

HIRSCHBRUCH, Marcia Daskal (Org.). **Nutrição esportiva: uma visão prática.** 3. ed. rev. e ampl. --Barueri, SP: Manole, 2014.

SALO, Dave; RIEWALD, Scott A. **Condicionamento físico para natação.** (tradução Maria de Lourdes Giannini) – Barueri, SP: Manole, 2011.

CONTRIBUIÇÕES DA NEUROPSICOLOGIA PARA O PROCESSO DE REABILITAÇÃO DE PACIENTES ACOMETIDOS PELO ALZHEIMER

Ferreira, Mateus Alves[9]

RESUMO

O presente artigo se constitui uma revisão bibliográfica acerca do Alzheimer. Como forma de atender aos objetivos desta pesquisa, esse trabalhou dedicou-se a investigar a questão do Alzheimer e as contribuições que a neuropsicologia apresenta para auxiliar no processo de reabilitação cognitiva de pacientes acometidos por esse mal. Inicialmente, esse trabalho abordou a questão do processo de envelhecimento, bem como suas características e implicações na vida do idoso do ponto de vista físico, psicológico e social. Em seguida, discorreu-se sobre o Alzheimer, apontando as características e as causas que levam uma pessoa a apresentar tal comprometimento neurológico. E por último, discutiram-se as propostas de intervenção apresentadas pela neuropsicologia que auxiliam no processo de reabilitação cognitiva do Alzheimer. Com base no estudo apresentado, constatou-se o quanto a Neuropsicologia, em conjunto com outras especialidades (medicina, terapia ocupacional, psicologia, entre outras), pode contribuir para o processo de reabilitação do indivíduo que sofre com o Alzheimer, à medida que apresenta técnicas que visam amenizar os impactos negativos no comportamento, tarefas diária e na vida laboral do indivíduo, proporcionando a ele uma melhor qualidade de vida e um envelhecimento saudável.

PALAVRAS-CHAVE: Alzheimer. Neuropsicologia. Processo. Reabilitação.

INTRODUÇÃO

O processo de envelhecimento é caracterizado por uma fase do desenvolvimento humano marcada por mudanças físicas, psicológicas, comportamentais e sociais. Além das mudanças anteriormente citadas, a pessoa idosa, dependendo do seu estilo de vida e rotina, pode ser acometida por algumas doenças degenerativas, dentre elas o mal de Alzheimer, foco de abordagem do presente trabalho.

[9]Graduação em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Especialista e Perito em Psicologia do Trânsito. Atuação nas áreas de avaliação psicológica e Psicologia clínica. E-mail: maf_20psico@hotmail.com

Por se tratar de uma realidade observada em diversos contextos sociais e em níveis de classes diferentes, o Alzheimer pode afetar qualquer indivíduo que se encontre em situação de vulnerabilidades física e comportamental, logo, compreender essa doença à luz da neuropsicologia, se mostra uma alternativa eficaz para entender e trabalhar as inúmeras demandas relacionadas a esse comprometimento cognitivo.

O Alzheimer se caracteriza por ser um comprometimento neurológico em que se percebe uma "[...] perda progressiva da memória e de outras funções cognitivas, que prejudicam o paciente em suas atividades de vida diária e em seu desempenho social e ocupacional." (BOTTINO, et al., 2002).

Diante do exposto, o objetivo principal do presente trabalho é investigar as propostas de intervenção da neuropsicologia no que se refere à reabilitação das funções cognitivas de pacientes que sofrem com o mal de Alzheimer.

A metodologia utilizada para elaboração do presente artigo foi a pesquisa bibliográfica, cuja modalidade, "é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos." (GIL, 2000, p. 44).

Conclui-se com esse trabalho que a neuropsicologia pode contribuir significativamente com o processo de reabilitação de pessoas acometidas pelo Alzheimer, vez que apresenta técnicas que auxiliam o idoso a se organizar e a se readaptar à nova condição, desenvolvendo estratégias que visam amenizar os impactos provocados por esse comprometimento neurológico e gerar qualidade de vida para o idoso.

O ENVELHECIMENTO

O envelhecimento é compreendido como uma etapa do desenvolvimento natural que ocorre com todos os seres vivos, podendo acarretar uma série de alterações físicas e neurológicas. Vários são os fatores que podem contribuir com o processo de envelhecer, a saber, o aspecto cultural, o estilo de vida do idoso e a percepção que o mesmo tem acerca deste processo maturacional (KUZNIER, 2007).

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

> "[...] considera como idosas as pessoas com 60 anos ou mais, critério de idade estabelecido pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para os países em desenvolvimento, enquanto os países desenvolvidos utilizam como parâmetro a idade de 65 anos." (OLIVEIRA, 2010, p. 35).

Assim colocado, verifica-se que o conceito de envelhecimento não se resume, apenas, a uma fase cronológica ou a um aspecto físico, antes, requer uma análise mais ampla e sistemática, sendo percebido como uma etapa do desenvolvimento marcada por "[...] modificações

morfológicas, funcionais, bioquímicas e psicológicas que pode determinar a perda da capacidade de adaptação do indivíduo [...]" (OLIVEIRA, 2010, p. 35).

Fazzio (2012) também afirma que o processo de envelhecimento pode ser compreendido como um processo singular que marca o desenvolvimento maturacional do indivíduo, não podendo ser analisado, apenas, pelo aspecto cronológico, mas sim, a partir de uma visão biopsicossocial.

Em concordância com a ideia de Fazzio, Cancela (2007) ressalta a importância de se analisar a velhice sob três pilares, a saber: idade biológica, idade social e idade psicológica.

Em relação à idade biológica compreende-se que esta está ligada ao envelhecimento natural, em que se observam várias mudanças do ponto de vista físico, biológico, neurológico, etc. A idade social se refere aos hábitos, ao status e a posição que o indivíduo ocupa socialmente. E por fim, a idade psicológica está intimamente relacionada à forma como a pessoa se comporta e interage com o meio na qual está inserida, ressaltando as capacidades de armazenamento de informações, habilidades intelectuais e a motivação. (FAZZIO, 2012).

Schneider e Irigaray (2008) assinalam que apesar do idoso estar inserido em uma sociedade contemporânea, a percepção que se tem acerca do envelhecimento ainda está atrelada à ideia de fragilidade e acometimento de patologias, ou seja, é nessa fase em que a pessoa encontra-se debilita e mais propensa a desenvolver uma série de doenças físicas, psicológicas, neurológicas, etc. Neste cenário é possível observar, também, uma supervalorização do ser jovem em detrimento do ser idoso, vez que o primeiro pode ser útil e produzir, enquanto o segundo passa a não ter mais utilidade, e, assim, colocado de lado.

Embora algumas culturas representem o envelhecimento de forma negativa, os autores do parágrafo anterior colocam que essa percepção não é algo que se aplica a todos os contextos e que existem culturas que valorizam e dão um significado positivo a esta fase do desenvolvimento, entendendo o idoso como aquele que agregou experiência de vida, podendo assim orientar as gerações futuras.

O ALZEIMER

O Alzheimer é uma patologia que pode acometer qualquer pessoa do mundo todo, apresentando uma prevalência de " [...] 50 a 70 por cento de todas as pessoas com demência." (OLIVEIRA; RIBEIRO; BORGES e LUGINGER, 2005, p. 02).

Assim colocado, considera-se que o envelhecimento é um processo singular e inerente a qualquer ser vivo, porém, o histórico de algumas pessoas, bem como seu estilo de vida e experiências podem

contribuir para um envelhecimento saudável e/ou patológico. Dentre os danos que a pessoa idosapode sofrer em decorrência da velhice, encontra-se o Alzheimer, uma doença neurodegenerativa que resulta na "perda progressiva da memória e de outras funções cognitivas, que prejudicam o paciente em suas atividades de vida diária e em seu desempenho social e ocupacional." (BOTINO, et al., 2002, p. 70).
Em consonância com a ideia de Botino, Corrêa e Silva (2009), acrescentam que a doença de Alzheimer prejudica o funcionamento cognitivo do indivíduo e pode afetar não só a memória, como também, aspectos relacionados à atenção, expressão verbal, orientação espacial, operações aritméticas, entre outros. Além dos prejuízos cognitivos que o paciente de alzheimer pode apresentar, percebe-se também algumas alterações comportamentais, sendo manifestadas através de " [...] isolamento social, apatia, perda de crítica, desinibição, impulsividade, irritabilidade, inflexibilidade mental, sinais de hiperoralidade e descuido da higiene pessoal." (ZANINI, 2010, p. 222).
Do ponto de vista neurológico, o Alzheimer se caracteriza pela considerável "perda sináptica e pela morte neuronal observada nas regiões cerebrais responsáveis pelas funções cognitivas, incluindo o córtex cerebral, o hipocampo, o córtex entorrinal e o estriado ventral." (SERENIKI; VITAL, 2008, p. 02).
Oliveira e colaboradores (2005) consideram que a doença de Alzheimer ainda não tem uma causa ou um fator específico, porém algumas variáveis podem colaborar para o acometimento desta patologia, dentre elas, a idade avançada, pessoas do sexo feminino, fatores genéticos, lesões no crânio, etc. Vale a pena ressaltar que os aspectos anteriormente apontados não são determinantes para a pessoa desenvolver Alzheimer, sendo que somados a estes, também devem ser considerados a rotina, a ausência de estimulação cognitiva e os hábitos não saudáveis que o paciente adotou ao longo de sua vida.
D'Alencar; Santos e Pinto (2010) colocam que o Alzheimer é uma doença que não surge repentinamente, e sim, de forma gradual, se desenvolvendo em três estágios, a saber, o estágio inicial, o estágio moderado e o estágio avançado da doença.

> Na fase leve da doença, o paciente mostra queda significativa no desempenho de tarefas instrumentais da vida diária, mas ainda é capaz de executar as atividades básicas do dia a dia, mantendo-se independente. Na fase moderada, o comprometimento intelectual é maior e o paciente passa a necessitar de assistência para realizar tanto as atividades instrumentais como as atividades básicas do dia a dia. Na fase grave da DA, o paciente geralmente fica acamado, necessitando de assistência integral. Nessa fase, o paciente pode apresentar dificuldades de deglutição, sinais

> neurológicos (p.ex: mioclonias e crises convulsivas), incontinência urinária e fecal. (BOTINO, et al., 2002, p. 71).

Com base nas proposições do parágrafo anterior, Ávila (2003) analisa que com o progresso do Alzheimer o paciente vai perdendo sua autonomia para realizar tarefas simples do seu cotidiano, passando a depender, com mais frequência, do cuidado de terceiros. Neste cenário, cuidadores/familiares se veem diante do desafio de se adequarem à nova condição do paciente, a fim de ofertarem um apoio qualificado, com vistas a amenizar os danos provocados por esse comprometimento neurológico.

Considera-se, ainda, que, por se tratar de uma doença progressiva, é de fundamental importância que nos estágios iniciais da doença o paciente e/ou familiar que perceber qualquer alteração no paciente não negligencie os sintomas, antes busque orientação e acompanhamento médico, para que o problema seja identificado precocemente, tratado e não evolua para um quadro mais grave, culminando em uma possível morte do paciente de Alzheimer.

Como forma de apontar caminhos para a oferta de um tratamento adequado ao paciente portador de Alzheimer, o próximo tópico discorrerá acerca das contribuições da neuropsicologia no que se refere a técnicas que visam reduzir as consequências deste transtorno neurodegenerativo, contribuindo, desta forma, para que o idoso se adapte à nova realidade e obtenha qualidade de vida.

CONTRIBUIÇÕES DA NEUROPSICOLOGIA

O Alzheimer é uma doença que, embora não tenha cura, pode ser tratado mediante intervenções e abordagens terapêuticas que visam auxiliar na redução dos sintomas e proporcionar uma qualidade de vida para o paciente acometido pela referida patologia, conforme analiza OLIVEIRA, (2010).

Ávila (2003) cita a existência de um programa de tratamento que se baseia em intervenções medicamentosas e não medicamentosas, sendo que:

> Os anticolinesterásicos ou inibidores da acetilcolinesterase são a principal linha de fármacos. Já o tratamento não farmacológico abrange mudanças no estilo de vida e reabilitação neuropsicológica, modelo de intervenção norteado pelos recentes achados da Neuropsicologia. (MONTEIRO; COVRE; FLUENTES, 2013 apud COUTO; KUHNER, SILVA; RODRIGUES, 2017, p. 17).

Antes de discorrer acerca das técnicas neuropsicológicas, faz-se necessário situar a Neuropsicologia enquanto um campo do saber, cujo objetivo central se baseia no estudo da relação das ciências neurológicas (Neurologia) e do comportamento humano (Psicologia), com o intuito de compreender a maneira como certas alterações de ordem cognitivas/neurológicas interferem no comportamento do

indivíduo e a partir desta identificação, traçar uma estratégia de intervenção voltada para a remissão ou diminuição do quadro sintomático. (PINHEIRO, 2005).

Desta forma, Zanini (2010) considera que a neuropsicologia tem muito a contribuir com o tratamento do Alzheimer, vez que pode auxiliar tanto no diagnóstico da doença, como também na reabilitação das funções comprometidas.

O diagnóstico neuropsicológico em casos de Alzheimer objetiva, inicialmente, em identificar as funções que se encontram prejudicadas de forma global. Posteriormente à identificação, realiza-se uma investigação mais específica das funções comprometidas, a fim de desenvolver estratégias mais focadas na reabilitação das referidas áreas. Para a realização da avaliação neuropsicológica, o profissional deve lançar mão de instrumentos e técnicas apropriadas para a demanda em questão, a fim de obter informações, de forma sistemática e científica, acerca do funcionamento cognitivo do indivíduo (memória, atenção, linguagem, orientação espacial, e outras). Realização de entrevista, aplicação de escalas e testagem psicológica são alguns dos recursos que o profissional pode dispor para fazer o levantamento de hipóteses e auxiliar outros especialistas no fechamento do diagnóstico. (ZANINI, 2010).

No que se refere às estratégias de reabilitação por meio de intervenções não medicamentosas, a literatura aponta algumas técnicas que visam amenizar os impactos da doença de Alzheimer, as quais se enquadram em uma abordagem multidisciplinar, requerendo, desta forma, a contribuição de várias áreas do saber (Neurologia, Psicologia, Fonoaudiologia, Terapia ocupacional, dentre outras).

No campo da neuropsicologia, Corrêa e Silva (2009) citam as técnicas compensatórias como um dos recursos empregado no processo de reabilitação cognitiva, funcionando como um dispositivo de apoio externo ao indivíduo, ou seja, nesta técnica utilizam-se de materiais (cadernos para anotações, bilhetes, papel, dentre outros) com o objetivo de auxiliar o paciente a recordar certas tarefas e driblar alguns problemas relacionados à memória, como um esquecimento de uma tarefa, um horário de um compromisso, por exemplo.

Outra técnica descrita foi a terapia de reminiscência, que segundo Botino e colaboradores (2002) representa uma técnica que consiste em auxiliar o paciente a resgatar dados referentes à sua vivência por meio de estímulos visuais, sonoros e integrativos, tais como gravuras, retratos, canções, jogos, etc. Por meio desta técnica, o paciente é estimulado a entrar em contato com suas vivências internas e externas, favorecendo, deste modo, o resgate de informações acerca da sua história de vida.

A orientação para a realidade, citada por Camara e colaboradores (2009), consiste em criar condições para que o portador de Alzheimer se oriente no tempo e espaço, usando recursos (calendário, relógio, placas indicativas, dentre outros) para que o paciente se situe no ambiente em quê vive e identifique com facilidade a localização de certos lugares ou objetos, bem como o momento (hora, dia, semana, ano) que está vivendo. A comunicação é um veículo imprescindível nesta técnica, vez que por meio dela, as informações (relatos, histórias, dicas, dentre outros) são passadas para o paciente de maneira organizada e clara, de modo que o paciente compreenda, assimile e reaprenda certas habilidades que se perderam com o progresso do Alzheimer.

A técnica para adequação do ambiente citada por Ávila (2003) corresponde a um dos recursos que integra o plano de tratamento nos casos de Alzheimer, cuja proposta se baseia em conhecer a rotina, a estrutura física e o modo como o paciente interage com o local onde mora ou frequenta, de modo a identificar alguma carência no ambiente e buscar adequar os recursos do local às necessidades do idoso. É importante ressaltar que os cuidadores/familiares devem evitar mudanças bruscas e constantes de objetos de lugar, com vistas a tornar os assessórios da casa mais acessíveis para o paciente, facilitar a identificação dos mesmos e não gerar situações confusas para o portador de Alzheimer.

A estimulação cognitiva também se apresenta como uma técnica satisfatória no tratamento de pessoas acometidas por uma demência. Por meio dela, as funções cognitivas (memória, atenção, linguagem, dentre outros) são estimuladas através de dados da própria realidade do paciente. Esta técnica pode ser aplicada de modo a estimular a memória por meio de registros (fotos, gravuras, letras, cartas, dentre outros), a associação de ideias por meio de estímulos que lembram um determinado acontecimento (música, quadro, aroma, dentre outros), estimular a atenção através de situações ou elementos atrativos e que despertam o interesse do paciente, entre outros. Ainda sobre a estimulação cognitiva, hipotetizando que o paciente tenha interesse por cozinhar, pode-se utilizar de elementos (cheiro, gosto, textura do alimento, dentre outros) para fazê-lo recordar de suas experiências na culinária, por exemplo. Os autores ressaltam a importância de sempre partir da realidade do paciente, reforçar os ganhos que ele obtiver diante de cada desafio e evitar situações que possam frustrá-lo ou desencoraja-lo. (CAMARA, et al., 2009).

Considerando que o Alzheimer é uma doença que não só acarreta prejuízos para o indivíduo, como também situações desafiantes, se faz necessário envolver, de acordo com Botino e colaboradores (2002), a família/cuidador no processo de reabilitação, fornecendo a estes orientações de como adequar o ambiente às necessidades do

paciente, bem como lidar com situações adversas que o portador vier a sofrer durante o tratameto e os desafios pelos quais os mesmos passarão. É válido pontuar que o cuidado com o paciente de Alzheimer não é uma tarefa fácil e tranquila, antes requer que os responsáveis disponham de muita paciência e compreensão acerca da doença. Para isto, oferecer um suporte emocional ao cuidador é fundamental para que o mesmo tenha informação e estrutura psicológica para dar à pessoa acometida pela referida patologia um tratamento adequado e satisfatório.

O trabalho multidisciplinar é de extrema importância no processo de reabilitação do paciente de Alzheimer, visto que a patologia não reflete negativamente somente na sua capacidade cognitiva, como também nos aspectos comportamentais, sociais, laborais e emocionais. Logo, se faz necessário, a partir de uma avaliação adequada, encaminhar o paciente para outras especialidades, para que o mesmo tenha acesso a um tratamento completo e obtenha qualidade de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou analisar o Alzheimer enquanto um transtorno neurodegenerativo que acomete pessoas do mundo todo, acarretando prejuízos nas habilidades cognitivas (memória, atenção, orientação, dentre outros) do paciente, como também comprometimentos comportamentais e sociais.

Diante das pesquisas realizadas não ficou claro o motivo pelo qual uma pessoa pode apresentar o Alzheimer, sendo que fatores como a idade, o histórico de vida, o sexo, dentre outros, foram apontados como gatilhos para a manifestação da doença, mas não como determinantes.

O estudo apontou que a neuropsicologia tem um papel fundamental no processo de reabilitação do Alzheimer, visto que pode auxiliar outros profissionais na identificação de habilidades comprometidas e dos aspectos preservados, ajudar no fechamento do diagnóstico, traçar um plano de tratamento para cada paciente e também aplicar, em parceria com outros profissionais, técnicas de reabilitação cognitiva, com o objetivo de amenizar os danos provocados pela referida patologia. .

Foi possível constatar que o tratamento do Alzheimer não se concentra em apenas uma linha de trabalho, envolvendo intervenções farmacológicas (medicamentos) e não medicamentosas (reabilitação neuropsicológica, treino cognitivo, psicoterapia, terapia ocupacional, entre outras).

A presente pesquisa também revelou a importância do trabalho de reabilitação ser realizado não somente no ambiente clínico, como também se estender aos diversos contextos aos quais, o idoso se encontra inserido (ambiente familiar, social, casa, dentre outros).

Desta forma, realizar adequações no ambiente no qual o idoso vive, desenvolver estratégias de superação de desafios e estimular comportamentos adequados, são ferramentas que complementam o plano de tratamento e dão ao mesmo um caráter de continuidade, visto que as interrupções no tratamento podem prejudicar o desempenho da pessoa que convive com o Alzheimer.

Engajar a família a se implicar no processo de reabilitação é de extrema relevância, visto que com o progresso da doença o paciente desenvolve um grau maior de dependência, logo, se faz necessário preparar estes familiares/cuidadores para lidar com a nova condição do paciente e também dar-lhes um suporte emocional.

No cuidado da pessoa com Alzheimer, é importante que os familiares/cuidadores não percebam o idoso como um ser incapaz devido a sua condição, mas vejam nele um ser de potencialidades, que apesar da sua limitação pode realizar tarefas, interagir com ambiente em que vive e até aprender atividades novas, mediante um tratamento adequado à sua necessidade.

Ficou evidente o longo caminho pelo qual as ciências neuropsicológicas devem percorrer afim de desenvolver mais pesquisas em torno da temática em questão, de modo a ampliar as discussões acerca do Alzheimer e propiciar que novas técnicas sejam elaboradas para auxiliar o paciente acometido pela referida patologia no processo de reabilitação.

REFERÊNCIAS

ÁVILA, Renata. Resultados da reabilitação neuropsicológica em pacientes com doença de Alzheimer leve. **Revista Psiquiatria Clínica**. São Paulo, v. 4, n. 30, p. 139-146, set/ago, 2003. Disponível em:<http://www.scielo.br/pdf/rpc/v30n4/v30n4a04>. Acessoem 16 ago. 2019.

BOTINO, Cássio M.C; CARVALHO, Isabel A.M; ALVAREZ, Ana Maria M.A; ÁVILA, Renata; ZUKAUSKAS, Patrícia R; BUSTAMANTE, Sonia E. Z; ANDRADE, Flávia, C; HOTOTIAN, Sérgio R; SAFFI, Fabiana; CAMARGO, Cândida H.P. Reabilitação cognitiva em pacientes com doença de Alzheimer. **Arquivo Neuropsiquiatria**. São Paulo, n. 60, v. 1, p. 70-79, mai,/set, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/anp/v60n1/8234.pdf>. Acesso em 16 ago. 2019.

CAMARA, Vilma Duarte; GOMES, Simone S.; RAMOS, Flávia; MOURA, Sandra; DUARTE, Rosângela; COSTA, Sheila Alves; RAMOS, Paula Ângelo Ferreira; LIMA, Jamaci de A. Machado Corrêa; CAMARA, Izabel C. Gomes; SILVIA, Licínio E. da; SILVA, Anabete Braga da;

RIBEIRO, Martha Camargo; FONSECA, Andrea Alfadique da. Reabilitação cognitiva das demências. **Revista Brasiliera de Neurologia**. Niterói, v. 45, n. 1, p. 25-33, jan./mar, 2009. Disponível em;< http://files.bvs.br/upload/S/0101-8469/2009/v45n1/a003.pdf>. Acesso em 16 ago. 2019.

CANCELA, Diana Manuela Gomes. O **processo de envelhecimento**. 2007. Disponível em:<http://www.psicologia.pt/artigos/textos/TL0097.pdf>. Acesso em 07 mar 2019.

CORRÊA, Suzane Elisa Sedrez; SILVA, Derivan Brito da. Abordagem cognitiva na intervenção terapêutica ocupacional com indivíduos com doença de alzheimer. **Revista Brasileira Geriatria Gerontologia**. Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, p. 463-474, 2009. Diponivel em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-98232009000300463&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 16 ago. 2019.

COUTO, Ana Lúcia Azeredo; KUHNER, Christine Heinle; SILVA, Daiane do Nascimento; RODRIGUES, Tatiane Cantiliano. Reabilitação neuropsicológica aplicada à doença de alzheimer. **Revista Ciência (in) Cena**. Salvador, v. 1, n. 5, p.13-29. 2017. Disponível em:<>. Acesso em 16 ago. 2019.

D'ALENCAR, Raimunda Silva; SANTOS, Evani Moreira Pedreira; PINTO, Joelma Batista Tebaldi. **Conhecendo a doença de Alzheimer: Uma contribuição para familiares e cuidadores**. Bahia: UESC, 2010.

FAZZIO, Débora Mesquita Guimarães. Envelhecimento e qualidade de vida – uma abordagem nutricional e alimentar. **Revisa**. v. 1, n. 1, p. 76-88, jan/jul, 2012. Disponível em: <file:///C:/Users/user/Downloads/15-20-1-PB.pdf>. Acesso em 04 abr. 2019.

GIL, A. C. **Como elaborar um projeto de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

KUZNIER, Tatiane Prette. **O significado do envelhecimento e do cuidado para o idoso hospitalizado e as possibilidades do cuidado de si**. 2007. Dissertação (Mestrado em Engermagem) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007. Disponível em: <http://www.ppgenf.ufpr.br/Disserta%C3%A7%C3%A3oTatianeKuznier.PDF>. Acesso em 04 abr. 2015.

OLIVEIRA, Antônia Rozeli Roberto de. O envelhecimento, a doença de Alzheimer e as contribuições do programa de enriquecimento instrumental (PEI). **Cuad. Neuropsicol**. Santiago, v. 4, n. 1, p. 31-41, 2010. Disponível em:<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-41232010000100003&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 16 ago. 2019.

OLIVEIRA, Maria de Fátima; RIBEIRO, Marlene; BORGES, Raquel; LUGINGER, Sónia. **Doença de Alzheimer: Perfil Neuropsicológico e Tratatemento**. 2005. Disponível em:<http://www.psicologia.pt/artigos/textos/TL0032.PDF>. Acesso em 16 ago. 2019.

PINHEIRO, Marta. Aspectos históricos da neuropsicologia: subsídios para a formação de educadores. **Educar**. Curitiba, n. 25, p. 175-196, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n25/n25a11.pdf>. Acesso em 16 ago. 2019.

SCHNEIDER, Rodolfo Herberto; IRIGARAY, Tatiane Quarti. O envelhecimento na atualidade: aspectos cronológicos, biológicos, psicológicos e sociais. **Estudos de Psicologia**. Campinas, v. 4, n. 25, p. 585-593, out,/dez, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2008000400013>. Acesso em 16 ago. 2019.

SERENIKI, Adriana; VITAL, Maria Aparecida Barbato Frazão. A doença de Alzheimer: aspectos fisiopatológicos e farmacológicos. **Revista Psiquiatria Rio Grande Sul**. Porto Alegre, v. 30, n. 1, (1 supl), 2008. Disponível em:**<**http://dx.doi.org/10.1590/S0101-81082008000200002 >. Acesso 16 ago. 2019.

ZANINI, Rachel Schlindwein. Demência no idoso: aspectos neuropsicológicos. **Revisão**. Santa Catarina, v. 2, n. 18, p. 220-226, jan,/fev, 2010. Disponível em:<http://www.revistaneurociencias.com.br/edicoes/2010/RN1802/262%20revisao.pdf>. Acesso em 16 ago. 2019.

A ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO BRASILEIRO NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO E AS ESCOLAS CÍVICO-MILITARES

Gomes, Iago Rodrigo[10]

RESUMO
Trata-se de um artigo que irá fazer uma apresentação breve e histórica, sobre o Ministério Público no Brasil, trazendo aspectos conceituais de diferentes épocas, perpassando por Brasil Colônia, Brasil Império e finalmente Brasil República, onde a partir deste último, o autor fará um recorte relativo à atuação ministerial no âmbito da educação brasileira, trazendo ao presente trabalho entendimentos de diversos Ministérios Públicos espalhados pelo Brasil acerca das escolas cívico-militares.
São apresentadas ao leitor, diferentes características dadas ao colendo Ministério Público brasileiro através do tempo, listando as principais alterações constitucionais para que a instituição viesse a ter em seu escopo as funções atribuídas hoje pelo artigo 127 da CF 88, além dos aprimoramentos dados por constituintes anteriores, como por exemplo, a de 1985, que conseguiu trazer em seu bojo a Ação Civil Pública, além dos aperfeiçoamentos posteriores que tratariam de uma atuação mais resolutiva da instituição, no campo extrajudicial – tais como as recomendações, as audiências públicas e os termos de ajustamento de conduta, essenciais em tempos de falta de celeridade, por parte do poder judiciário, ou então, na defesa de direitos urgentes, homogêneos e/ou indisponíveis.

PALAVRAS-CHAVE- Ministério Público; Educação; Escola Cívico-Militares

MINISTÉRIO PÚBLICO

O Excelso Ministério Público têm diariamente nas funções e designações de seus servidores, a árdua missão de garantir em outras palavras, a isonomia de uma nação, como para o caput do artigo 127 da Carta Magna: "é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis".
Complementa (TOLEDO, sd):

> É instituição estatal dotada de autonomia e independência funcional, sem qualquer subordinação aos Poderes Legislativo, Executivo ou Judiciário. [...] Por instituição permanente entende-se que o Ministério Público deve sempre existir, como corolário da democracia. Isso significa ser o Ministério Público inerente ao Estado Democrático de Direito

[10] Graduando em Políticas Públicas na Universidade Federal Fluminense

> em que vivemos, dele não podendo se separar. [...] Quando o texto constitucional determina que o Ministério Público é essencial à função jurisdicional do Estado, refere-se à sua imprescindibilidade nos processos onde predomina o interesse público. [...] Ao preconizar a Lei Maior que cabe ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, quer dizer que deve sempre zelar pelo efetivo respeito ao ordenamento jurídico, dentro da esfera de atuação que a Constituição Federal lhe confere. [...] A Constituição Federal atrelou, ainda, a função do Ministério Público à defesa do regime democrático. Assim, o Ministério Público ora fiscaliza o processo eleitoral, ora defende a representatividade popular, bem como o exercício dos direitos políticos.

No Mesmo diapasão, encontra-se em suas designações, a garantia constitucional de subsídios para manutenção de uma sociedade mais igualitária possível – em se tratando das Promotorias e Procuradorias de Tutela Coletiva – através de instrumentos jurídicos e/ou extrajudiciais que de tempos em tempos se renovam, como nos casos da Ação Popular (4.717/65), da Ação Coletiva (8.078/90 Arts 81,82,91 a 100,103,104), da Ação Civil Pública (7347/85), dentre outras, senão como garantidoras de Direitos Transindividuais, Metaindividuais – ou simplesmente Direitos Difusos, Direitos Coletivos (6.938/81 Art.14) e Direitos Individuais Homogêneos como exemplos de instrumentos jurídicos – como também da manutenção da lei e da ordem, ou até trabalhando através de audiências públicas, oitivas, inquéritos civis (Ato 484/CPJ/2006, 7347/85 Art. 8 §1) e procedimentos preparatórios (734/93 Art. 104 I.2, Art. 106, Ato 484/CPJ/2006 Art.23, Res. 23/2007 CNMP), de maneira a mitigar tanto os efeitos, quanto as consequências de atos nocivos sem que estes tenham que ser submetidos à morosidade da justiça brasileira – através de resoluções extrajudiciais.

Complementa (TOLEDO,sd):

> O Ministério Público também atua na tutela dos interesses sociais, ou seja, na tutela dos direitos difusos e coletivos, sendo estes todos os ligados à coletividade, bem como na defesa dos interesses individuais, desde que indisponíveis, que são os direitos essenciais da personalidade, também chamados fundamentais, absolutos, personalíssimos, pois inerentes da pessoa humana, sendo o direito à vida, o direito à liberdade, o direito à honra, o direito à integridade física e psíquica, o direito ao estado civil, o direito ao nome, o direito à igualdade perante a lei, o direito à intimidade, o direito aos alimentos, dentre outros.

De certo modo, a reforma constitucional do texto da Carta Magna no ano de 1988, propiciou não só a sociedade brasileira uma instituição mais rígida, capaz de atender condignamente os interesses coletivos do povo, como também garantiu ao Parquet agir de maneira realmente autônoma, o que não acontecia plenamente nos textos

anteriores e merece atenção no quesito evolução desta Augusta Instituição, já que a partir do ano de 1988, nos escritos da Constituição Federal Brasileira, pôde-se notar uma larga ampliação ao que se refere à organização, estrutura e desenvolvimento de uma Interna Corporis capaz de esmiuçar ao máximo as atividades ali produzidas (PFLUG – MEYER.2012).

Como para (PFLUG – MEYER.2012) ao que se refere às funções institucionais do Ministério Público no Brasil:

> Pode-se dizer que, por meio de sua atuação, o Ministério Público passou a ser um dos esteios da democracia. Não há negar-se que o Ministério Público é investido de parcela de soberania estatal e, como tal, participa de sua estrutura, uma vez que faz parte de sua organização; por esta razão o seu funcionamento acaba por refletir as características do Estado do qual faz parte. Em assim sendo o Ministério Público pode existir tanto num regime democrático como num regime totalitarista, desempenhando distintas funções nos dois sistemas.

Vale ressaltar, que o Ministério Público como é conhecido hoje, através de seus ramos de atuação tais como Ministério Público da União, Ministério Público dos Estados, Ministério Público Federal, Ministério Público do Trabalho e Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, é uma instituição relativamente nova (1832), se observarmos as datas de criação de cada um de seus ramos, em contrapartida, a mudança de funções de tempos em tempos, até a última promulgação de Constituição Federal, esta de 1988 (MAZZILLI.1991).

É necessário destacar que antes mesmo da existência da instituição denominada Ministério Público, já existiam postos e pessoas responsáveis por atuar sob a égide dos papéis do Promotor de Justiça, ou Promotor Público, como no caso da Relação da Bahia promulgada em 7 de março de 1609, que uma pessoa ligada à coroa portuguesa exercia as funções de Promotor de Justiça, segundo Pierangelli. 1983 p. 73-4 (apud MAZZILLI.1991).

Essa relação de poder centralizado, perdurou até pouco antes do fim do Brasil Império, onde continuava a exercer essa função o oficial designado pela coroa para controle externo de atividades imposto por Portugal. Cabe ressaltar que a essa altura, não poderia se falar em "Ministério Público" ou simplesmente "órgão", já que todas as atribuições eram remetidas a essa pessoa de confiança de Portugal, não existindo autonomia ou segurança alguma que instituísse realmente os promotores públicos como classe independente, já que nessa época ainda faziam parte do poder executivo, não podendo se falar em separação dos poderes (MAZZILLI.1991).

É imprescindível destacar inclusive, que o Ministério Público ora como instituição, ora como membros que o compõe, dadas suas características de autonomia e organização, podem fazer parte tanto

de governos autoritários como também de nações diplomáticas, efetuando funções diversas daquelas inicialmente elucubradas, se levado em consideração que mesmo sendo uma instituição de quarta via, ou seja, que não faça parte de nenhum dos 3 poderes, é investido de partículas estatais que o possibilita fiscalizar ambos poderes (MEYER.2012).

Já em 1824, ao oficial da Coroa Portuguesa – agora designado também como procurador da Soberania Nacional – fora facultado o ato delegativo de participar da parte acusatória nos tribunais, porém levando em consideração que essa ação também poderia erigir do parlamento. Somente no ano de 1832, o extinto Código de Processo Criminal detalhava as funções dos promotores e quais seriam as principais regras para serem nomeados. Conforme observado por Camargo Freitas (apud MAZZILLI.1991), somente em 1841 foi-se exigida uma espécie de formação dos promotores públicos para que estes pudessem ser nomeados.

No mesmo diapasão acima, ainda que expandido o leque acerca dos promotores e dos promotores públicos, a instituição Ministério Público ainda continuava obsoleta perante o poder centralizado da Corte Portuguesa, que continuava a indicar através do Imperador e dos responsáveis pelas províncias os promotores públicos, que tinham como requisito para continuar no posto, a defesa dos chamados serviços públicos. Nos demais textos constitucionais, o Ministério Público continuava sem ser sequer citado. (CAMARGO FREITAS, 2009).

Já no Brasil República ainda em 1891, o Colendo Ministério Público ainda não era referendado publicamente como instituição, apesar do avanço significativo de delimitarem textualmente, a indicação do Exmo. Procurador Geral e de suas competências revisionárias. Eis que Campos Salles de maneira inteligente, através de uma série de decretos, não só instituiu o Ministério Público como órgão oficial, como também dava os primeiros passos para organizar a justiça, tal como conhecemos hoje, através da designação das justiças, em especial, a Federal e a do Distrito Federal. (MAZZILLI.1991)

Dessarte, apesar de todo o processo ter sido de certa maneira top down, é interessante destacar que logo aqui, as aludidas articulações do órgão para ser intitulado como instituição começavam e que após pressão do então Ministro de Justiça da época, o texto constitucional já tinha leis e capítulos reservados para o Ministério Público, por o Ministro entender como de suma importância a existência do órgão como oficial, para manutenção da justiça e organização territorial na época – como de fato ocorreu.

Por quase todo o período de Brasil República, o Ministério Público passou por épocas áureas de articulação, crescimento e organização de suas estruturas e atribuições. Somente no período compreendido

da primeira ditadura militar (1937), esse avanço contínuo fora interrompido. (MAZZILLI.1991).

Porém, 4 anos mais tarde os avanços continuaram. Com a criação e o desenvolvimento do Código de Processo Penal, agora entendido como instituição, o Ministério Público ganhou a atribuição da Ação Penal, novos desenhos institucionais que permitiam a execução de novas diligências, bem como da criação e permissão da instauração de Inquérito Policial e fortalecimento enquanto instituição fiscalizadora. (MAZZILLI.1991).

Apesar do período nebuloso encarado pela instituição no ano de 1937, é de se destacar que em todos os Códigos de Processo Civil até a década de 73, o MP ganhava cada vez mais autonomia e visibilidade como instituição fiscalizadora e de intervenção jurídica. (MAZZILLI. 1991).

Entre as décadas de 81 e 85, fora alcançado o auge pela instituição: em ordem, os anos que o órgão ganhara seu primeiro documento que regimentava as atividades Interna Corporis dentro de seu corpo, como também do advento da lei da Ação Civil Pública, que propiciou ao MP o alcance da segurança jurídica inclusive dos direitos difusos e fundamentais. (MAZZILLI.1991)

ATUAÇÃO MINISTERIAL NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO.

No Brasil, os objetivos da educação são definidos no artigo 205 de nossa Carta Magna, corroborados através do ECA em seu artigo 53: o pleno desenvolvimento da pessoa humana, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Porém, se faz necessária para uma análise holística da educação, a observação do Princípio da Prioridade Absoluta, presente no artigo 227º da constituição e também no artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), expostos desta maneira:

> Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.
>
> Art. 4º. É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à conveniência familiar e comunitária.
>
> Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende:
>
> a) primazia de receber proteção e socorro em qualquer
> circunstâncias;
>
> b) precedência de atendimento nos serviços públicos e ou
> de relevância pública;

> c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;
> d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas
> relacionadas com a proteção à infância e juventude.

Pode-se dizer que a atuação do Ministério Público brasileiro, não se limita somente ao campo judicial, levando em consideração a demora à apreciação dos processos pelo poder judiciário ou então retornos aquém do esperado, não limitando também, a atuação do órgão em casos isolados, que envolvem um ou outro adolescente ou criança em situação de risco (TOLEDO, sd).

(TOLEDO, sd) Irá colocar que em seu dia-a-dia, o Ministério Público terá atuação mais abrangente, uma vez que suas intervenções se dão de diversas maneiras, envolvendo a família, a sociedade e de certo modo a tutela coletiva inclusive, ao cobrar de todos estes e também do poder público em nome de uma coletividade, um maior empenho na aplicação de políticas públicas, ajudando na implementação destas, como também atuando como órgão fiscalizatório, no cumprimento de certo número de vagas numa escola, no respeito às cotas, na melhoria do sistema educativo – participando ativamente no controle de sua qualidade – do acesso à educação, do combate à evasão escolar e a correta observância do que deve ser investido na área de educação.

Sobre os instrumentos de atuação ministerial, (TOLEDO apud MAZZILLI,1991) irá colocar a importância de firmar o termo de ajustamento de conduta (TAC), proveniente do bojo de inquérito civil, quando houver direito transindividual desrespeitado ou sob ameaça, que servirá de modo extrajudicial - § 6º do artigo 5º da Lei nº 7.347/85 – e, após este ser devidamente formalizado, devendo ser encaminhado ao Conselho Superior do Ministério Público para apreciação, que pode se converter em homologação, ou não.

Outra via de atuação do MP Brasileiro abordada por (TOLEDO apud MAZZILLI,1991), são as audiências públicas, que em suas palavras, são dirigidas com o objetivo de aproximar a comunidade escolar, acerca de temas complexos e/ou polêmicos, ao que tangem direitos de crianças e adolescentes, com fulcro nas leis 8625/93 (artigo 27, caput e parágrafo único, inciso IV) e 9784/99.

É destacada também, a importância da recomendação ministerial, sempre que possível dirigida a entidades públicas e/ou privadas que prestam serviços à coletividade, com o devido envio da requisição, para que tal informação seja disponibilizada a todos de forma visível e quando possível de forma imediata, além de constar a resposta por escrito, também com fulcro na lei 8625/93 (artigo 27, caput e parágrafo único, inciso IV, parte final) (TOLEDO apud MAZZILLI, 1991).

Deste modo, conclui (TOLEDO, sd.):

> Acresce-se ademais, que na área da educação, bastante válidas e eficazes as ações sugeridas pelo Ministério Público com base nas percepções dos Promotores de Justiça, que funcionam como sensores capilares dos problemas mais graves que afligem as crianças e adolescentes e atuam como agentes mobilizadores, articuladores, incentivadores do trabalho em parceria, priorizando diálogos e acordos.
> A celeridade na resposta desta atuação traz resultados mais exitosos, garantindo o resguardo dos Princípios da Proteção Integral e da Prioridade Absoluta preconizados na Carta Magna e no Estatuto da Criança e do Adolescente.

De maneira resumida, conforme preconizado em nossa Carta Magna, também complementado o que já foi exposto por (TOLEDO, sd), (NUNES, sd.) irá colocar algumas sugestões de atuação para o Ministério Público de São Paulo, que são elas:

> 1 – Diagnóstico da situação;
> 2 – Estabelecimento de canais de conversação e núcleos de articulação;
> 3 – Plano de atuação no município;
> 3.1. Zelar pela correta aplicação das verbas de financiamento da educação;
> 3.2. Verificação da existência e da regularidade no funcionamento dos Conselhos municipais relacionados à Educação, a saber: Conselho Municipal de Educação, Conselho do Fundeb e Conselho da Alimentação Escolar;
> 3.3. Verificar como está a situação da educação infantil;
> 3.4. Plano Municipal de Educação;
> 3.5. Verificar a não criação/implantação do Plano de Carreira dos Profissionais da Educação Básica;
> 3.6. Incentivo ao funcionamento dos Conselhos Escolares;
> 3.7. Cobranças para uma escola mais inclusiva;
> 3.8. Segurança escolar;
> 3.9. Prevenção e combate à evasão escolar;
> 3.10. Vigilância quanto aos sistemas apostilados de ensino.

AS ESCOLAS CÍVICO-MILITARES PARA DIFERENTES MINISTÉRIOS PÚBLICOS BRASILEIROS

Como já exposto anteriormente, o Ministério Público Brasileiro divide-se em alguns ramos, sendo eles Ministério Público da União, Ministério Público Militar, Ministério Público Eleitoral, Ministério Público de Contas, Ministério Público do Trabalho, Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e por fim, os Ministérios Públicos Estaduais.

Por serem instituições autônomas e independentes, além de corresponderem ao status de "unidade", para cada qual necessidade surgir para a sociedade, desde que aprovado internamente dentro dos limites constitucionais e de certa maneira, do teto de gastos da instituição, o MP pode se dividir em demais células como associações – por exemplo a ABRAMPA, sigla para Associação Brasileira de Membros do Ministério Público do Meio Ambiente – ou como no caso

do MP Pró Sociedade, associação que congrega membros conservadores de diversos ministérios públicos brasileiros.
Como colocam em seu Twitter (HTTPS://TWITTER.COM/M_PPRO?LANG=EN.2019) "O Ministério Público Pró-Sociedade é uma associação de membros do MP brasileiro, com perfil conservador, voltada a difundir e a promover a Ordem, a Liberdade e a Justiça como valores sociais fundamentais."
A partir dessa premissa, nesse capítulo buscaremos abordar notícias de jornal que envolvam diversos MP'S e suas posições, a favor e contra, as escolas cívico-militares, como o próprio MP Pró Sociedade, onde de acordo com (OGLOBO.COM . 2019) até a data da publicação da matéria, a associação havia se contraposto a então Procuradora Geral da República à época, Raquel Dodge, defendendo a legalidade dos decretos instituídos pelo presidente da república Jair Messias Bolsonaro. Cita (OGLOBO.COM . 2019):

> [...] A nota da associação cita "nomes de expressão nacional" que se formaram em escolas militares. Entre eles, Agildo Ribeiro, Castrinho, Ivan Lins e o senador Jaques Wagner (PT-BA). "Não são quartéis, mas ambientes escolares, os quais seguem os planos estabelecidos pelo MEC e os princípios constitucionais e legais, mas impondo ordem compatível com a faixa etária e com o nível de discernimento dos alunos, os quais têm de manter o uniforme impecável e o cabelo dentro de um padrão imposto a todos independentemente da cor, sexo, classe social."

Para tal associação, o ensino cívico militar é regido por disciplina e ordem, impostos de forma constitucional, já que se seguem os planos estabelecidos pelo Ministério da Educação, como por exemplo, a manutenção impecável dos uniformes.
É colocado ainda, que em nenhum momento o projeto das escolas cívico-militares é imposto aos colégios, ocorrendo sua proposta de maneira facultativa, ou seja, sem a obrigação de adesão e que por isso os decretos por todo o Brasil não são ilegais, já que através do âmbito da gestão democrática de ensino e a tese da liberdade de escolha, as escolas têm o poder de escolher o sistema de educação de sua preferência (OGLOBO.COM . 2019).
Conforme já citado, um dos instrumentos de atuação dos ministérios públicos brasileiros, no processo de formação do convencimento dos promotores, bem como da coleta de informações junto à população, a audiência pública como modalidade de consulta à comunidade, também fez parte da análise dos projetos de escolas cívico-militares por parte do MP de Amapá, onde a promotoria de justiça de Mazagão procurou ouvir diretores, alunos pais e professores de duas escolas da região, sobre o programa lançado pelo MEC dia 5 de setembro de 2019 (MPAP.2019). Conforme (MPAP.2019) coloca:

> O programa foi lançado pelo Ministério da Educação (MEC), no dia 5 de setembro de 2019. Após o seu lançamento, o

> promotor de Justiça Marco Valério Vale dos Santos reuniu com os diretores das Escolas Estaduais Dom Pedro I (Mazagão Novo) e Evilásio Pedro de Lima Ferreira (Central do Maracá), professores Ademias Baia e Joelson Costa, respectivamente, para falar sobre a viabilidade de inscrever as escolas no programa e instaurou Notícia de Fato nº 000335-77.2019.9.04.0003 para acompanhamento do processo de inscrição.
> As consultas públicas realizadas nas respectivas escolas é uma das etapas exigidas pelo MEC para habilitação. Participaram da consulta professores, estudantes, coordenadores e familiares de alunos das escolas que serão contempladas com o programa, caso sejam selecionadas pelo MEC. Em ambas as consultas houve adesão pela grande maioria do público presente.

Como destacado, a consulta pública em questão, é procedimento obrigatório a ser realizado em conformidade com o Ministério da Educação, principalmente para discussão de quaisquer projetos educacionais. Também se leva em consideração, a adesão voluntária de boa parte da população nas consultas, apesar de ainda depender do MEC a inscrição dos colégios da região no projeto.
Sobre o programa, explica (MPAP.2019):

> O Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares, criado pelo Governo Federal, pretende criar escolas de ensino cívico-militar em regiões de vulnerabilidade social, e/ou com média baixa no Índice de Desenvolvimento Básico da Educação (Ideb).
> Os objetivos do programa são abranger as áreas; Didático-pedagógica, com atividades de supervisão escolar e psicopedagogia para melhorar o processo de ensino-aprendizagem, preservando as atribuições exclusivas dos docentes; Educacional, para fortalecer os valores humanos, éticos e morais bem como incentivar a formação integral do cidadão e promover a sensação de pertencimento no ambiente escolar; Administrativa, para aprimorar a infraestrutura e a organização da escola, melhorando a utilização de recursos disponíveis na unidade escolar.
> O projeto trará melhorias para a comunidade, aumentando a participação dos alunos na escola, melhorando o desempenho deles dentro e fora de sala de aula e ampliando as oportunidades para os estudantes, em sua maioria, de baixa renda.
> O governo deu um prazo do dia 6 a 27 de setembro, para que as unidades federativas indiquem duas escolas que poderão receber o programa em formato piloto, já no primeiro semestre de 2020. Os colégios devem ter de 500 a 1.000 alunos do 6º ao 9º ano do ensino fundamental e/ou do ensino médio.

Conforme aparentemente parece, a referida promotoria de justiça de Mazagão, não só entende como benéfico o projeto no âmbito escolar da comunidade em questão, como também, por consequência

entende o programa dentro das competências constitucionais do poder executivo, ou seja, dentro da legalidade, conforme o promotor de justiça Marco Valério:

"Este projeto é muito importante para as crianças e adolescentes dessas escolas, pois, oportuniza uma melhoria na qualidade de ensino destes estudantes, aumentando seu desempenho e oportunizando para comunidades carentes como esta, uma melhoria de vida por meio da educação" (MPAP.2019).

Apesar de parecer consenso da categoria, conforme já colocado outrora no presente trabalho, o Ministério Público brasileiro goza de certa autonomia e independência funcional de seus membros, o que significa que não necessariamente toda categoria pense igual, a favor da legitimação do projeto de militarização das escolas, como no caso que ocorreu no MPF em 13 de setembro de 2019, através de órgão colegiado e comissão que o compõe.

Foi o caso da Comissão Permanente de Educação do Grupo Nacional de Direitos Humanos, órgão integrante do Conselho Nacional de Procuradores Gerais – conselho integrado por membros do MPF e dos MP'S dos estados – que aprovou enunciado entendendo ser o Programa Nacional das Escolas Cívico Militares, parcialmente ilegal.

O órgão entende que o referido programa fere algumas situações previstas na lei

De Diretrizes e Bases da Educação e do Plano Nacional de Educação, como por exemplo ferir os princípios de reserva legal, da gestão democrática do ensino público e da valorização dos profissionais da educação (MPF.2019).

O (MPF.2019), coloca que enunciados como este, são documentos vinculativos expedidos com fim de orientar o trabalho dos MP'S do Brasil todo, produzidos por órgãos superiores e/ou colegiados do MPU, investido da capacidade de produzir entendimentos sobre determinadas matérias a eles dirigidas.

Por último, podemos citar o entendimento das Promotorias de Justiça e de Defesa da Educação do MPDFT, conforme explicitado por (R7.COM .2019), que após questionamentos de deputados distritais, expediu nota defendendo a legalidade deste.

Em análise de portarias publicadas no âmbito do Distrito Federal por tal secretaria, as promotoras titulares da PROEDUC, entende que estas foram expedidas respeitando os limites regulamentares do poder executivo, ou seja, estas entendem não se tratar de matéria que deve ter suas competências invadidas por outro poder – no caso o poder judiciário – (R7.COM.2019).

Coloca (R7.COM.2019):

> A nota técnica emitida pelas promotorias diz que a portaria está "em consonância com os princípios norteadores da educação, entre os quais o da gestão democrática, universalidade e gratuidade do ensino público, e com a efetiva realização das finalidades educacionais: pleno

> desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho".

Divergindo do entendimento de outros MP'S brasileiros, é o que a nota expedida pela referida promotoria defende.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como apresentado pelo presente trabalho, conseguimos entender algumas noções do que seria o Ministério Público brasileiro, que perpassa desde sua criação há séculos atrás, até os dias de hoje, nos ditames da Constituição Federal de 1988, que ampliou e consolidou os poderes da referida instituição, além de garantir autonomia, unidade e independência funcional aos membros do Ministério Público.

Houve também, o esforço de apresentar alguns entendimentos de Ministérios Públicos do Brasil todo e autores, do que seria a atuação ministerial no âmbito da educação, em especial observado o projeto das escolas cívico-militares, seja de acordo com normativas mais técnicas, no caso do que a Carta Magna reserva para a atuação ministerial para a área da educação, sejam para diversas realidades de nosso dia-a-dia, para uma atuação ministerial mais voltada para acontecimentos de nosso cotidiano, que ensejam dos promotores e procuradores de justiça, a emissão de opiniões pessoais e confecção de notas técnicas conjuntas.

Pudemos compreender também, que desde que a atuação funcional dos membros do Ministério Público esteja pautada no que vem sendo embasado na Carta Magna Brasileira e em normativas de órgãos colegiados e superiores do MP, uma única matéria a nível nacional, respeitadas as particularidades de cada região, podem ensejar diversos entendimentos a favor e contra determinada pauta, levando em consideração justamente a autonomia e independência de diferentes MP'S no Brasil.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Constituição Federal**, Brasília – DF, 1988;

_____Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm> . Acesso em: Novembro/2019.

_____Lei da Ação Civil Pública. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7347orig.htm>. Acesso em Novembro/2019;

MAZILLI, Hugo Nigro. **Manual do Promotor de Justiça**, 2ª ed.,Saraiva, 1991;

_____**Conceito de Inquérito Civil.** Disponível em: <http://www.mazzilli.com.br/pages/artigos/concinqciv.pdf>. Acesso em Novembro/2019;

MEYER, Samantha Ribeiro **O MINISTÉRIO PÚBLICO NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 THE PUBLIC ATTORNEY IN 1988 FEDERAL CONSTITUTION**, Revista Jurídica da Escola Superior do Ministério Público de São Paulo, v2. Págs. 177 a 192, ISSN: 2316-6959, 2012;

MPAP**. Promotoria de Mazagão Realiza Consulta Pública em Escolas do município Sobre Adesão do Programa de Escolas Cívico Militares.** Disponível em: <https://www.mpap.mp.br/noticias/gerais/promotoria-de-mazagao-realiza-consulta-publica-em-escolas-do-municipio-sobre-adesao-do-programa-escolas-civico-militares>. Acesso em: Novembro/2019.

MPF. **Enunciado Considera que Programa de Escolas Cívico Militares Fere os Princípios da Reserva Legal e da Gestão Democrática do Ensino Público.** Disponível em:**<**http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/educacao-enunciado-considera-que-programa-de-escolas-civico-militares-fere-os-principios-da-reserva-legal-e-da-gestao-democratica-do-ensino-publico>. Acesso em: Novembro/2019.

MPSP; NUNES, Antonio Carlos Ozório. **O Ministério Público e algumas contribuições possíveis à qualidade da educação.** Disponível em: <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/Educacao/qualidade_da_educacao/textos_qualidade_da_educacao/O_Minist%C3%A9rio_P%C3%BAblico_e_alguma_contribui%C3%A7%C3%B5es_poss%C3%ADveis_%C3%A0_qualidade_da_educa%C3%A7%C3%A3o.pdf> . Acesso em: Novembro/2019.

OGLOBO**. Em Oposição a Dodge, Grupo Conservador do MP, defende Decreto de Jair Messias Bolsonaro, Sobre Escolas Militares.** Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/em-oposicao-dodge-grupo-conservador-do-mp-defende-decreto-de-bolsonaro-sobre-escolas-militares-23953907> . Acesso em: Novembro/2019.

R7.COM. **MP Considera Legal Portaria Sobre Escolas Cívico Militares.** Disponível em: <https://noticias.r7.com/educacao/mp-considera-legal-portaria-sobre-escolas-civico-militares-18022019>. Acesso em: Novembro/2019.

TOLEDO, Vera Lúcia Acayaba. **O MINISTÉRIO PÚBLICO NA DEFESA DA EDUCAÇÃO.** DOC. sd.

A RESISTÊNCIA NO USO DAS TICs NOS AMBIENTES ESCOLARES E A TRANSFORMAÇÃO TECNOLÓGICA DO SETOR

Santos, Luzimar Von Randow Vieira dos

RESUMO

O avanço tecnológico vem influenciando as relações humanas em vários âmbitos e o presente artigo traz uma reflexão sobre o acesso e o uso das novas tecnologias no meio educacional. Como recurso de gestão ou pedagógico, o mesmo divide-se entre a aceitação e a resistência dos profissionais da educação, que frente a tantas mudanças reagem de forma positiva ou negativa. As tecnologias também influenciaram as gerações mantendo uma relação direta com o aluno que traz do seu ambiente de convívio suas próprias experiências com as tecnologias. Por vezes este acesso se dá de forma precoce, aumentando cada vez mais seus anseios para que a escola acompanhe as evoluções compartilhadas pela sociedade, e, diminuindo drasticamente seus métodos tradicionais, vistos por muitos como ultrapassados. A resistência ao uso das tecnologias no ambiente educacional por parte dos profissionais da educação, vem na contramão desta nova geração de alunos cada vez mais habituados às ferramentas tecnológicas e do sistema já imposto. A partir desta preocupação desenvolveu-se uma pesquisa discursiva de caráter bibliográfico a fim de apontar as causas desta resistência no uso das TICs no ambiente escolar, apontando a eficácia pedagógica destas ferramentas em sala de aula, a fim de identificar os motivos pelos quais ainda há escolas que não incorporam as mesmas em seu planejamento e se o uso das mesmas influencia na qualidade de ensino. O desenvolvimento deste deu-se com base em livros e em artigos científicos publicados na web em rede mundial.

PALAVRAS-CHAVE: Tecnologias. Uso. Aceitação. Resistência. Influência.

INTRODUÇÃO

As tecnologias existem desde os tempos antigos e tem evoluído conforme as necessidades e demandas da humanidade. Assim como foi a invenção da energia, do carro, do telégrafo, entre tantas outras invenções surgiu o computador e o mundo virtual, considerado por muitos como ápice da evolução tecnológica. Para muitos estudiosos, a sociedade atual vive o pós-modernismo em todos os setores e o grande avanço tecnológico deixou de ser a distração de 15 anos atrás e passou a ser a

realidade de uma grande parcela da humanidade, que já não trabalha, nem estuda, se relaciona ou vive sem estar constantemente conectada ao mundo virtual (FORRESTER, 1997).

Os avanços tecnológicos trouxeram benefícios como agilidade e qualidade, mas, também consequências como o desemprego ocasionado pela mão de obra desqualificada. No setor privado o crescimento em muitos setores foi estrondoso. Contudo no setor público esta evolução tem encontrado grandes entraves que apontam um grande atraso em todos os âmbitos governamentais. A era das novas tecnologias no setor público tem sido marcado por baixo investimento, falta de treinamentos, softwares e programas computacionais de baixa qualidade, aparelhagem defasada, falta de recursos, normas extremamente burocráticas e até desnecessárias. O grande vilão apontado no setor educacional como o mais presente e conflituoso é a resistência ao uso das tecnologias e sua adequação em sala de aula (FERRETTI, 2003).

Nesta temática, muitos autores buscam achar um ponto onde a educação e as tecnologias possam se unir em prol do desenvolvimento e conhecimento humano. Assim, definiu-se em apontar como as novas tecnologias podem ser inseridas no ambiente escolar, e em como lidar com a grande resistência ao uso da mesma como recurso pedagógico. A pesquisa limitou-se ao setor educacional público, sendo este identificado como o setor de maior resistência e dificuldades em lidar com as TICs seja em sala de aula, nos processos administrativos ou no planejamento escolar.

Diante do exposto, questionou-se como se dá o acesso tecnológico nas instituições de ensino públicas e quais os fatores de resistência ao uso das tecnologias em sala de aula?

Assim, a pesquisa teve como objetivo geral apontar as causas da resistência no uso das TICs na gestão e no processo de ensino-aprendizagem escolar. Para isso definiu-se como objetivos específicos: Destacar o uso das novas tecnologias na gestão e no processo pedagógico da educação pública conceituando termos importantes usados para nomear as TICs: software educacional e de gestão, blog, hiperlinks, ciberespaço, atividade interativa, educação digital, entre outros termos; Identificar como se dá o acesso tecnológico no setor educacional e seus enfrentamentos; e Relacionar os benefícios que o uso das tecnologias traz à qualidade de ensino proporcionada aos alunos.

A justificativa para esta pesquisa pauta-se nos entraves que a tecnologia encontra no setor educacional observado na resistência que profissionais da educação apresentam em inserir o uso das TICs no ambiente educacional, ao lidar com as novas gerações de alunos que vivenciam constantemente esse mundo virtual ou que já nasceram conectadas, e que, portanto possuem uma visão muito diferenciada das tecnologias, grande habilidade no seu uso, capacidade de assimilar multitarefas, distanciando-se do sistema tradicional de educação.

Portanto, a importância desta pesquisa se dá no fato de que a mesma pode contribuir diretamente com as instituições públicas de ensino, proporcionando dados e informações que comprovem a eficácia no uso das TICs, conscientizando servidores públicos sobre os desafios e os benefícios que as tecnologias e suas ferramentas proporcionam à educação enquanto profissão e serviço prestado. Destaca-se a relevância desta pesquisa, ao apontar fatores que podem contribuir com esta resistência ao uso das TICs no ambiente escolar como a falta de estrutura adequada, ausência de treinamento e capacitação de educadores, e nos conflitos entre educadores e alunos quanto a este uso.

A metodologia usada foi a bibliográfica, pois, esse tipo de pesquisa serve como base na elaboração que qualquer outra pesquisa, visto que a mesma se dá no estudo a respeito do tema investigado e publicadas em livros, revistas, trabalhos acadêmicos, reportagens e conteúdos da Web como as bases de dados Scielo e Goolgle Acadêmico e ainda na observação dos processos diários no ambiente educacional e em sala de aula. Nesta pesquisa também fora usada a abordagem qualitativa que visa compreender um determinado grupo e fatores que os envolve de forma mais completa.

Para a elaboração desta pesquisa utilizou-se de três meses de levantamentos bibliográficos, estudos e na construção desta pesquisa que se divide a partir deste ponto em três momentos os quais buscaram responder aos objetivos estabelecidos. Cada momento fora desenvolvido como um dos objetivos específicos a fim de se chegar ao objetivo geral pretendido, respondendo a problemática estudada e confirmando a justificativa apresentada.

A EVOLUÇÃO TECNOLÓGICA NOS AMBIENTES ESCOLARES

Ao longo dos anos a sociedade mundial viu-se marcada por Revoluções Industriais, sendo a Primeira Revolução Industrial inglesa ocorrida no século 18 que trouxe a invenção da máquina à vapor. Uma Segunda Revolução Industrial, entre meados do século 19 e meados do século 20, com invenções importantes como: automóvel, telefone, televisor, rádio, e avião que passaram a ser produzidos e comercializados dando início a uma vida de consumo diferenciada, conforme Matos (2006).

A Segunda Guerra afetou a economia mundial trazendo transformações diferenciadas das duas anteriores, e que marcaram o início da Terceira Revolução Industrial, numa nova fase marcada por processos tecnológicos originados da integração física entre ciência e produção, e que era chamada de revolução Tecnocientífica, pois, o avanço tecnológico acelerado era cada vez maior por novos produtos e novas máquinas, exigindo também o aprimoramento de equipamentos informáticos e robóticos.

O estilo de vida da sociedade antes das revoluções industriais era muito dependente do esforço e da presença humana. Com o advento das máquinas deu-se a substituição do homem pelos novos meios de

produção que traziam o aumento da produtividade. Porém, tais mudanças por um lado afetaram o emprego e os salários dos trabalhadores, e por outro trouxeram crescimento com especialização, modernização e desenvolvimento tecnológico.

Contudo, as mudanças não pararam e o surgimento da internet, suas aplicações; softwares; Web (World Wide Web); celulares, computadores, smartphones, e Iphones sofisticados; transmissões ultramodernas; dados e armazenamentos de informações infinitos; a participação de robôs em cirurgias, montagens e educação, juntamente com todo o aparato do mundo virtual propiciaram um ambiente favorável a uma Quarta Revolução Industrial conhecida como a Revolução Tecnológica marcada pela Internet das Coisas, a Computação na Nuvem, e os Sistemas Ciberfisicos (LÉVY, 2003).

Outrossim, esta grande última revolução veio modificando a mente das novas gerações que já nascem com grandes habilidades tecnológicas, muito à frente das demais gerações, que atualmente trabalham em departamentos públicos e privados e se veem na necessidade de se atualizar no mercado de trabalho devido a estas mudanças. No entanto, muito dos profissionais veem-se extremamente pressionados e assim, como houve resistência e consequências negativas nas demais revoluções, esta não tem sido diferente.

Conforme Cunha e Miranda (2013), as revoluções sempre foram marcadas por estes conflitos que vão sendo superados em longo prazo. Contudo, esta quarta revolução tem sido marcada por algo diferenciado na sociedade que é o imediatismo. Pessoas têm exigido de pessoas um ritmo extremamente acelerado de informações, capacitação, adequação, pois, as características mais marcantes deste mundo tecnológico e virtual é a rapidez, a agilidade e a velocidade. Isto tem confrontado as gerações mais velhas que foram educadas e criadas num ritmo bem menos acelerado e distante das tecnologias.

Esses conflitos são observados entre as chamadas gerações Baby Boomer, X, Y, Z, W e a Alfa (A ou α), e que nascidas em épocas diferentes carregam consigo a cultura, a educação, a profissionalização, o ritmo e estilo de vida, influenciados por cada período correspondente. Desde os anos 40 que marcaram a primeira geração Baby Boomer até 2010 quando deu-se o início da última geração, muitas mudanças ocorreram nos modos de vida, produção e consumo, sendo o advento tecnológico a mais importante. Disseminado no Brasil desde os anos 90, o setor tecnológico cresceu de forma acelerada, a partir dos anos 2004 e 2005.

As diferenças entre gerações quanto ao acesso e habilidades para lidar com os aparatos tecnológicos são reais em vários âmbitos e muitas vezes manifestam-se em conflitos entre gerações e resistências ao uso das TICs no dia a dia escolar.

As mudanças ocorridas devido ao crescimento das novas tecnologias exigiram mais estudos por meio da análise e verificação de como as

mesmas funcionam para compreender melhor como se dá o acesso tecnológico no setor educacional, os enfrentamentos deste, e benefícios que o mesmo traz ao setor.

O USO DAS NOVAS TECNOLOGIAS NA GESTÃO E NO PROCESSO PEDAGÓGICO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA.

A implantação de novas tecnologias na gestão pública influenciou na relação e interação entre o governo e o povo, proporcionando agilidade, precisão e aprimoramento do setor. Na educação os sistemas foram implantados para melhorar a gestão da merenda escolar, livros, recursos, calendário de atividades, banco de dados, informações sobre alunos, matrículas, informações gerais sobre o ano letivo, observações sobre o aluno ou sobre o professor, e informações gerais sobre a escola como reuniões, transferências, aquisições, eventos, cadastros de funcionários, e sobre o cotidiano escolar (SANTOS, 2005).

A capacidade de guardar tantas informações num espaço cibernético era inimaginável até o final dos anos 90, quando a maior parte dos processos era realizada manualmente, datilografados e no máximo lançados em arquivos de Word, Excel, Access. O que antes eram amontoados de papeis e arquivos escolares gigantescos tornaram-se inúmeros arquivos salvos em disquetes, CD-ROM, drives, e atualmente arquiva-se na rede, na nuvem ou em sistemas de big data.

Segundo Cunha e Miranda (2013), o setor público ainda é marcado por um debate tímido sobre a importância das TICs no atendimento ao público. Houve investimentos por parte do governo federal, no entanto ainda foram poucos. É preciso investir em sistemas de qualidade com um bom suporte e também em treinamento e capacitação para os servidores.

Em sala de aula o uso das novas tecnologias é visto como grande recurso, mas também enfrenta o lado negativo pelo uso excessivo de tecnologias que causam nos usuário transtornos como: individualismo, pensamento acelerado, dificuldade de concentração e de atenção, cansaço e confusão mental. Mesmo não usando tais opções em sala de aula, médicos e especialistas em educação e saúde mental da criança e do adolescente alertam os pais para cuidarem quanto ao uso exacerbado destas tecnologias em casa. Não é preciso extinguir e banalizar os recursos tecnológicos, mas, devem-se buscar condições adequadas para este uso.

No cotidiano escolar podem ser identificados termos tecnológicos que conforme Zanella e Lima (2017) são usados com maior frequência, tais como: Software Educativo e de Gestão que é um sistema ou programa cujo principal objetivo é o ensino ou a autoaprendizagem, ou um sistema para gerir a instituição educacional armazenando dados sobre alunos, professores e servidores, histórico escolar, avaliações, P.P.P e planos de aulas.

Além disso, há Blog ou blogue educativo ou seja, um sítio eletrônico com uma estrutura para rápida atualização de artigos, postagens ou publicações, organizados de forma cronológica inversa, tendo como foco a

temática proposta do blog, podendo ser escritos por uma ou mais pessoas, de acordo com a política do blog.
Ainda mais, há o hiperlink, que é sinônimo de link e caracteriza-se como qualquer endereço eletrônico da web que quando clicada com o lado esquerdo do mouse, abre outra página diferente da internet, do próprio site ou de outro site e até na própria página. Ao clicar no link destacado em cor azul logo ele levará a outra página.
Ciberespaço por sua vez, é um espaço virtual no qual não existe a presença humana para realizar a comunicação, relacionamento e a interconexão digital de todo planeta, com documentos, programas, dados, bem como todas as informações que ela abriga.
Atividades Interativas são atividades dinâmicas realizadas com maior uso da tecnologia e da reflexão que levam o estudante a deixar seu papel de receptor passivo de conhecimentos a um agente ativo no processo de ensino-aprendizagem.
Educação digital envolve inúmeras habilidades e conhecimentos que independem da sabedoria que as pessoas têm sobre a tecnologia em si e define-se num modelo de ensino por meio virtual exercido geralmente à distância visando complementar ou executar totalmente uma aula, curso, disciplina e aprendizado.
Estes e outros termos tecnológicos têm sido usados cada dia com mais frequência na educação, em sala de aula e no dia a dia dos alunos, condicionando também os profissionais da educação, professores, gestores, pessoal do administrativo e coordenadores a entender sobre as tecnologias e saber manuseá-las. Além destes termos tecnológicos específicos da educação, há termos fora do contexto educacional que também podem ser usados, entretanto, conforme a necessidade deverão ser analisados pela coordenação pedagógica e direção criteriosamente para aprovação deste uso.

O ACESSO TECNOLÓGICO NO SETOR EDUCACIONAL E SEUS ENFRENTAMENTOS

O acesso tecnológico no setor público ocorreu conforme a demanda e a necessidade dos mesmos para que se pudesse oferecer um serviço de melhor qualidade e mais ágil ao público. Apesar de toda mudança no setor público passar por planejamento e aprovação para depois ser executada, ainda assim podem ocorrer falhas, principalmente quando não ocorre o devido treinamento. Quando esta etapa não acontece o servidor se vê apenas diante de uma aparelhagem e recursos que ele não sabe operar (ZANELLA; LIMA, 2017).
Quanto ao uso de recursos tecnológicos Moran (1997) já ressaltava sua contribuição na gestão escolar com os softwares que vieram para contribuir proporcionando agilidade, qualidade no serviço, mais tranquilidade para quem trabalha, já que se evita armazenar tanta papelada e organizar espaço para arquivos físicos, e ainda proporciona um ambiente mais limpo e organizado. A informatização e digitalização dos

procedimentos escolares contribuem com o atendimento fornecido à população e no controle do mesmo.

Contudo, a resistência por parte dos servidores em não utilizar certos recursos, ainda é grande, e baseado nos históricos sobre as mudanças ocorridas nas revoluções industriais no passado, observa-se que os mesmos medos e temores ocorrem nesta era tecnológica, na qual o servidor teme ser substituído por alguém mais jovem e atualizado e sente-se pressionado ou até ridicularizado pelo fato de não saber lidar com tantos recursos (LIMA; ANDRADE; DAMASCENO, 2008).

Percebe-se que até a movimentação dos dedos e a anatomia das mãos destas novas gerações mostram-se mais ágeis para manipular os aparelhos tecnológicos, as mentes são velozes e acompanham facilmente o raciocínio exigido. Contudo, colaboradores mais experientes nos setores carregam informações importantes e valiosas que não podem ser dispensadas. Logo, é preciso lidar com estas diferenças e compreender cada situação, com a finalidade de encontrar a melhor solução.

Em sala de aula, a inexperiência do professor com os recursos tecnológicos atrapalha o planejamento de aulas com atividades interativas e na busca e utilização de atividades da Web que envolva o uso das tecnologias (MENEZES, 2001). Acabam caindo na rotina de copiar uma atividade da internet, imprimir, recortar e colar no caderno quando no ensino fundamental, ou pesquisas e seminários quando no ensino médio, tornando essa repetição parte do sistema de ensino. A quantidade de aulas reduzidas também impede o bom desenvolvimento. E quanto ao uso de celulares e smartphones em sala de aula, não autorizado pelo professor e que não proporciona conhecimento, não se caracteriza como recurso tecnológico pedagógico.

Ademais, o controle desse uso e direcioná-lo corretamente é preocupante, pois, à medida que os alunos vão crescendo querem cada vez mais estar conectados e ter disponibilidade de acesso virtual livre, o que não é benéfico devido aos impasses já citados e às leis quanto ao uso tecnológico no Brasil que ainda são brandas e facilitam a ação de pessoas mal intencionadas que podem se aproximar de crianças e adolescentes por meio de um acesso. Neste sentido, a educação digital surge com intuito de educar e conscientizar pais e alunos sobre o uso adequado destas ferramentas. Por meio de treinamentos, capacitações, palestras é possível preparar educadores, pais e alunos.

De acordo com Zanella e Lima (2017), a boa aceitação das mudanças começa quando elas partem de cima, portanto, os gestores são os primeiros que devem dar exemplo; a comunicação interna deve existir para informar e não para gerar rumores desnecessários. Os treinamentos e capacitações devem ocorrer e todos devem participar para que aprendam a lidar com as novas ferramentas uniformemente e os servidores que possuem maior habilidade, podem e devem auxiliar os demais numa ajuda mútua. Deve-se medir o desempenho dos

colaboradores em cada etapa, permitindo administrar o processo de aprendizagem; tratar com naturalidade os erros e acertos para que trabalhem mais tranquilamente e sintam-se à vontade para aprender, dar feedbacks e a corrigir seus erros, abandonando de vez essa resistência.

Os principais fatores que podem dificultar o uso das novas tecnologias são a complexidade de manuseio; o uso inadequado das mesmas; a resistência dos usuários e a falta de apoio na implantação de sistemas e ferramentas tecnológicas, que acabam não cumprindo o compromisso estabelecido de implementação dos sistemas.

A resistência às tecnologias traduz-se numa rejeição aos benefícios que a mesma pode trazer. No setor público a seguridade do cargo gera acomodação e a resistência às mudanças, pois, para o servidor na maioria das vezes este processo não gera melhorias financeiras ou ascensão profissional, mas, apenas atribuições, tarefas e responsabilidades. Para alguns profissionais a resistência ao uso das TICs se dá na dificuldade da aplicação e de inserir as TICs no trabalho e no descontrole ao usá-la. Essa resistência revela o descontentamento do servidor e lhe impede de aderir às mudanças, e consequentemente de agregar mais potencial e empregabilidade à sua profissão prejudicando seu marketing pessoal.

Até meados de 2004 os conhecimentos tecnológicos eram diferenciais profissionais. Mas à medida que o acesso tecnológico se expandiu, tais conhecimentos passaram a ser exigência, pois, a partir das mudanças no Conselho Nacional de Educação (CNE), nas Normas de Conduta para o Corpo Docente e nas Diretrizes Curriculares Nacionais, tais conhecimentos tecnológicos tornaram-se atribuições necessárias ao professor ou qualquer profissional da educação. Portanto, prevê-se que em menos de 5 anos o país já terá dado grandes passos com maiores investimentos no uso de tecnologias no ambiente escolar (LEI n.11.947).

OS BENEFÍCIOS QUE AS TICS PROPORCIONAM AO SETOR EDUCACIONAL

Uma das grandes diferenças da informatização entre o setor público e o privado, é que o primeiro não gera desempregos devido à seguridade dos cargos, enquanto no segundo esse número é real e caracteriza-se pela ausência de mão de obra qualificada que se vê fora do mercado de trabalho. A diferença também se dá no investimento em TICs de melhor qualidade e maiores investimentos com softwares mais modernos e ágeis. Porém, isto não é uma regra e às vezes ambos possuem sistemas com a mesma capacidade (MATOS, 2006).

A transformação digital dos espaços escolares trouxe grandes benefícios como: facilidade na finalização as tarefas; acesso mais rápido às informações; eficiência no uso dos dados; controle dos processos e melhorias no atendimento ao público-alvo. As inovações trouxeram benefícios também na qualidade de vida no trabalho, proporcionando ergonomia às estruturas físicas e ética nas relações de trabalho. Isso

mostra que quanto mais as tecnologias trazem modernidade, mais as relações de trabalham continuam sendo valorizadas e respeitadas.

Quanto aos benefícios no aprendizado dos alunos, as tecnologias conseguem capturar a atenção destas novas gerações que estão habituadas a lidar com TICs no seu dia a dia. Estas proporcionam mais prazer ao estudo; desperta a curiosidade, a sensação de importância, e autorrealização; proporciona variedades infinitas para a execução de uma aula ou atividade; possibilita o conhecimento de experimentos, lugares, línguas, povos e culturas de forma mais real e que somente por meio de livros este conhecimento ficaria fragmentado. Logo, proporciona ao professor mais agilidade e melhor aproveitamento do tempo, precisão e flexibilidade.

Almejando alcançar maiores benefícios com os avanços tecnológicos, o Governo Federal publicou em março de 2018 o Decreto 9.318 que cria o Sistema Nacional para a Transformação Digital (SinDigital). Tal documento visa inserir a Estratégia Brasileira para a Transformação Digital (E-Digital), por meio de 100 ações que visam à inovação e a digitalização em segmentos diferenciados até 2022, como: agronegócio; indústria; e serviços.

Estas adequações já estão beneficiando o cidadão proporcionando dinamismo à economia, especialização da mão de obra produtora, mais qualidade na geração de emprego e renda. Saindo de uma tendência tradicional para uma tendência mais tecnicista e agora tecnológica, este novo tempo traz novas adequações e mudanças que exigirão investimentos em infraestrutura, mais treinamento, mais especialização da mão de obra, a fim de proporcionar crescimento em todos os setores que novamente afetará a economia, as relações e a forma de aprendizado.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Quando questionados sobre o uso das TICs no ambiente escolar, os profissionais da educação reconhecem seus benefícios e são favoráveis à implementação das mesmas e acreditam que seu uso pode se tornar mais efetivo e significativo para os alunos que vivem imersos na questão digital e possuem muito mais facilidade de manipulação do que muitos adultos. Os alunos demonstram maior interesse no uso de recursos digitais em sala de aula a cada ano conforme vão amadurecendo.

Muitos professores e alunos utilizam as tecnologias para a pesquisa na internet, porém o número de pessoas que as buscam como ferramenta de aprendizagem e educação ainda é pequeno. Para a pesquisa de atividades ou para o planejamento e execução das aulas a internet é a maior aliada, e este tem sido um dos recursos computacionais mais utilizados.

Mesmo com os avanços tecnológicos e seus benefícios, as dificuldades no seu uso são reais. No entanto, se identificados os motivos, a gestão escolar poderá traçar um planejamento junto à secretaria de educação, à gestão municipal e ao governo federal, visando incluir o uso das novas

tecnologias por meio da alteração no P.P.P. e do incentivo com investimentos em equipamentos e treinamentos; ampliar os cursos de capacitação e inserir as TICs nos cursos de Licenciaturas e Pedagogia.
Tendo conhecimento dos benefícios e das mudanças nas normas de educação, todo gestor escolar pode identificar os desafios no uso das TICs como: pouca infraestrutura; o interesse dos alunos; a capacitação do professor; e a reformulação do sistema de ensino. Assim, poderão compreender os motivos pelos quais a escola não incorpora as TICs no ambiente escolar como o despreparo dos profissionais da educação para lidar com as ferramentas tecnológicas e a falta de investimentos no setor.

1 CONCLUSÃO

Os recursos tecnológicos são importantes aliados na gestão educacional e como recursos pedagógicos em sala de aula. Mesmo ainda não havendo na quantidade e qualidade desejadas, estes fazem diferença e trazem grandes benefícios ao setor educacional.
Nesta pesquisa o objetivo era apontar as causas da resistência no uso das TICs na gestão escolar e no processo de ensino-aprendizagem. Assim, neste estudo pode-se verificar que a ausência de fatores que facilitam o uso das TICs como: infraestrutura adequada na escola, o interesse pelo uso, o apoio de colegas que dominam as ferramentas tecnológicas, a falta de tempo no planejamento escolar, o acesso aos cursos de capacitação, e a compreensão dos benefícios que as tecnologias trazem ao setor; são os fatores mais implicantes na resistência ao uso.

REFERÊNCIAS

CUNHA, M. A. V. C. DA; MIRANDA, P. R. DE M. **O uso de TIC pelos governos:** uma proposta de agenda de pesquisa a partir da produção acadêmica e da prática nacional. Organ. Soc. vol.20 no.66 Salvador July/Sept. 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1984-92302013000300010> Acesso em 26 de maio de 2019.

DECRETO Nº 9.318, DE 20 DE MARÇO DE 2018. Legislação Informatizada. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2018/decreto-9318-20-marco-2018-786341-publicacaooriginal-155070-pe.html> Acesso em 5 de junho de 2019.

ERRETTI, Celso João et. al: (org). **Novas Tecnologias, trabalho e Educação:** um debate multidisciplinar. 9 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2003. (p.151-166).

LEI Nº 11.947, DE 16 DE JUNHO DE 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm?utm_source=blog&utm_campaign=rc_blogpost> Acesso em 5 de junho de 2019.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura.** Tradução de Carlos Irineu da Costa. 2 ed. São Paulo: Editora 34, 2003. (p.157-167).

LIMA, J. de O.; ANDRADE, M. N. de; DAMASCENO, R. J. de A. **A resistência do professor diante das novas tecnologias.** 2008.

MATOS, M. C. A. A tecnologia e suas consequências para o empregado. Portal de e-governo, inclusão digital e sociedade do conhecimento. 2006. Disponível: **<http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/tecnologia-e-suas-consequ%C3%AA ncias-para-o-empregado>** Acesso em 2 de junho de 2019.

MENEZES, Vera (org). **Interação e aprendizagem em ambiente virtual.** Belo Horizonte: Editora Fale – UFMG; 2001. (p.15-36).

MORAN, José Manuel. **Como utilizar a Internet na Educação.** 1997. Disponível em <www.scielo.br/pdf/ci/v26n2/v26n2-5.pdf > Acesso em 2 de junho de 2019.

SANTOS, I. S. **As Novas Tecnologias na Educação e seus Reflexos na Escola e no Mundo do Trabalho.** II Jornada Internacional de Políticas Públicas, São Luiz, p.2-7, 23 ago. 2005.

FORRESTER, Viviane. **O horror econômico**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista. 1997.

ZANELLA, B. R. D.; LIMA M. DE F. W. P. **Refletindo sobre os Fatores de Resistência no Uso das TICs nos Ambientes Escolares.** SCIENTIA CUM INDUSTRIA, V. 5, N. 2, PP. 78 - 89, 2017. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/scientiacumindustria/article/viewFile/5284/pdf> Acesso em 28 de maio de 2019.